

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS SÃO MATEUS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

ADILSON BULADO MARQUES

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E PATRIMÔNIO: O CASO DO SÍTIO
HISTÓRICO PORTO DE SÃO MATEUS**

**SÃO MATEUS
2019**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M357e Marques, Adilson Bulado, 1991-
Ensino de história local e patrimônio : o caso do sítio histórico porto de São Mateus / Adilson Bulado Marques. - 2019.
140 f. : il.

Orientadora: Maria Alayde Alcantara Salim.
Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

1. Ensino. 2. História Local. 3. Patrimônio. I. Salim, Maria Alayde Alcantara. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro Universitário Norte do Espírito Santo. III. Título.

CDU: 37

ADILSON BULADO MARQUES

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E PATRIMÔNIO: O CASO DO SÍTIO
HISTÓRICO PORTO DE SÃO MATEUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Orientador (a): Prof. Dra. Maria Alayde Alcantara Salim

SÃO MATEUS

2019

Adilson Bulado Marques

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E PATRIMÔNIO: O CASO DO SÍTIO
HISTÓRICO PORTO DE SÃO MATEUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Aprovada em 28 de junho de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr.ª. Maria Álayde Alcântara
Salim

Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora



Prof. Dr. Ailton Pereira Morila

Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Sandro Nandolpho de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. André Malverdes

Universidade Federal do Espírito Santo

À minha mãe Marlene Bulado (*in memoriam*) que, desde muito cedo, por meio de suas narrativas das histórias de família, me ensinou a valorizar as memórias.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa de mestrado é uma trajetória entrecruzada por inúmeros desafios, tristezas, incertezas, alegrias e muitos percalços pelo caminho. Soma-se, a isto, a sensação de solidão que o processo de pesquisa e escrita nos impõe. No entanto, trilhar este percurso só foi possível com o apoio, a força e o incentivo de diversas pessoas, as quais serei eternamente grato.

Em primeiro lugar, agradeço à Professora Doutora Maria Alayde Alcantara Salim, por ter acreditado em mim e no meu projeto, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes ao longo desses dois anos. Por tantas vezes nos reunimos até mesmo fora de seu horário de trabalho, devido às minhas rotinas conturbadas nas escolas em que leciono. Muitas vezes, cheguei em sua sala exausto e abatido, no entanto, suas orientações, alguns minutos de conversa e umas palavras de incentivo e lá estava eu, animado e determinado em prosseguir até fim.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Ailton Morila, Prof. Dr. Sandro Nandolpho e Prof. Dr. André Malverdes, que prontamente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação. As contribuições de vocês são indispensáveis na consolidação desta pesquisa.

Ao Kayo Lucas Dalfior Gonçalves, meu companheiro, que esteve ao meu lado durante todo este tempo me incentivando, me apoiando nos momentos mais difíceis e sendo compreensivo nas vezes em que não pude estar tão presente.

Aos familiares, que me incentivaram ao longo da pesquisa, principalmente meu irmão Renan Bulado Marques que, mesmo distante, sempre me apoiou em todas as minhas decisões.

À amiga Gabryelle Souza Ribeiro por ter me apresentado o Sítio Histórico, os Museus e a Biblioteca Municipal. Nossos fins de tarde no Porto foram experiências fundamentais para a minha aproximação com a história, a cultura local e, conseqüentemente, para a construção da narrativa desta pesquisa.

Às grandes amigas que fiz dentro do PPGEEB, em especial, à Clara Zandomênicó pelas contribuições desde a escrita do meu pré-projeto de pesquisa; e à Marli Quinquim que caminhou e viveu comigo cada etapa da pesquisa.

Aos professores de História da Rede Municipal de Ensino de São Mateus que concederam entrevistas, as quais contribuíram imensamente para a construção da pesquisa. Em especial, agradeço a minha grande amiga prof. Franscielly Vago Moschen pelo incentivo e apoio de sempre.

Aos amigos de trabalho das escolas onde lecionei nos últimos anos, especialmente da EMEF Dora Arnizaut Silvaes e EEEM Ceciliano Abel de Almeida, companheiros de luta que sempre me estenderam as mãos quando precisei e foram tão compreensivos nos momentos em que não pude estar tão presente nos projetos da escola.

À Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Mateus, em especial à Domingas Dealdina, Secretária de Cultura, que não mediu esforços para atender aos meus pedidos.

À Secretaria Municipal de Educação do Município de São Mateus, pelas informações e dados fornecidos, em especial à Rosângela Bueno, sempre solícita aos meus pedidos.

Atualmente ando gostando de pensamento
chão.

Pensamento chão é poema que nasce do
pé.

É poema de pé no chão.

Poema de pé no chão é poema de gente
normal,

Gente simples, gente do espírito santo

Viviane Mosé - pensamento chão

RESUMO

A presente pesquisa aborda o ensino de história local e regional, especificamente analisa os usos e as possibilidades que o Sítio Histórico Porto de São Mateus pode oferecer enquanto fonte para a pesquisa e ensino da história. Relatos e registros históricos mencionam a região de São Mateus desde os primórdios da colonização portuguesa, e o Porto teve papel central no desenvolvimento regional sendo, por muito tempo, a única maneira de adentrar a região, visto que a mesma ainda não possuía estradas. Com a decadência das atividades portuárias e abertura das estradas que cortam esse espaço, o Porto foi perdendo sua função original, o comércio foi transferido para a cidade alta e os antigos sobrados transformados em cabarés e, estes, foram fechados no contexto da ditadura militar. Após seu quase desaparecimento, o Porto foi tombado como patrimônio histórico pela Secretaria Estadual de Cultura. No entanto, apesar de sua importância histórica, segue esquecido e marginalizado pela população local. Quanto ao ensino de História, ressalta-se que o município possui legislação que obriga o ensino de história local nas escolas da rede municipal, e conta com carga horária maior da disciplina para o ensino de conteúdos locais. Porém, ao analisarmos o Programa de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, percebemos que o mesmo está em desacordo com as novas tendências historiográficas. Sendo assim, investigamos como acontece o ensino de história local em São Mateus e os usos do Sítio Histórico Porto nesse processo. Para tanto, valemo-nos de entrevistas com os professores de história da rede municipal de ensino, estas que evidenciaram distanciamentos entre os docentes e o referido patrimônio cultural. Além disso, analisamos documentos oficiais, tais como a lei que regulamenta o ensino de história local em São Mateus, bem como do Programa de Ensino de História. Por fim, à luz de Walter Benjamin (1996) e Marc Bloch (2001) com seus respectivos conceitos de experiência e fonte histórica analisamos e apontamos possibilidades que o Sítio Histórico Porto de São Mateus e os discursos sobre o mesmo podem oferecer em prol de uma história local mais significativa.

Palavras-chave: Ensino. História Local. Patrimônio.

ABSTRACT

This research addresses the teaching of local and regional history, specifically analyzes the uses and possibilities that the Porto de São Mateus Historic Site can offer as a source for history research and teaching. Historical accounts and records mention the region of São Mateus since the beginning of Portuguese colonization, and Porto played a central role in regional development and for a long time, the only way to enter the region, since it had no roads. With the decay of port activities and the opening of roads that cut this space, Porto was losing its original function, trade was transferred to the upper city and the old houses transformed into cabarets, and these were closed in the context of the military dictatorship. After its near disappearance, Porto was listed as a historical heritage by the State Department of Culture. However, despite its historical importance, it remains forgotten and marginalized by the local population. As for the teaching of history, it is noteworthy that the municipality has legislation that requires the teaching of local history in schools of the municipal network, and has a greater workload of discipline for teaching local content. However, when analyzing the Teaching Program of the Municipal Secretariat of Education, we realize that it is in disagreement with the new historiographic trends. Thus, we investigate how the teaching of local history in São Mateus happens and the uses of the Porto Historical Site in this process. To this end, we used interviews with the teachers of the history of the municipal school system, which showed distances between the teachers and the referred cultural heritage. In addition, we have reviewed official documents, such as the law governing local history teaching in Sao Mateus, as well as the History Teaching Program. Finally, in the light of Walter Benjamin (1996) and Marc Bloch (2001) with their respective concepts of experience and historical source, we analyze and point out possibilities that the São Mateus Port Historic Site and the discourses about it can offer in favor of a most significant local history.

Key-words: Teaching. Local History. Patrimony.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Porto de São Mateus por Eutychio d'Oliver (1908)	108
Fotografia 2	Vista parcial do Porto de São Mateus.....	109
Fotografia 3	Inauguração do mercado do Porto	112
Fotografia 4	Casarão antigo no Porto de São Mateus	114
Fotografia 5	Vista parcial da Praça Graciano Neves Porto de São Mateus.....	115

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CCP – Centro Cultural Porto

CEUNES – Centro Universitário Norte do Espírito Santo

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

FJSN – Fundação Jones dos Santos Neves

FVC – Faculdade Vale do Cricaré

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPGEEB – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura

SME – Secretaria Municipal de Educação

SINCADES - Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA.....	12
1.2. REFLEXÕES TEÓRICAS	18
1.3. CAMINHOS METODOLÓGICOS	22
2. O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NA HISTORIOGRAFIA	29
2.1. A HISTÓRIA LOCAL NO BRASIL	37
2.2. PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM SÃO MATEUS	44
2.3. O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL: O QUE DIZEM OS PROFESSORES	50
2.4. A PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA LOCAL EM SÃO MATEUS	56
3. O QUE É PATRIMÔNIO?	60
3.1. O PORTO DE SÃO MATEUS: DOS ASPECTOS HISTÓRICOS À SITUAÇÃO ATUAL	66
3.2. DECADÊNCIA E TOMBAMENTO	73
3.3. O SÍTIO HISTÓRICO PORTO E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM SÃO MATEUS.....	82
4. O PORTO DE SÃO MATEUS E SUAS POSSIBILIDADES ENQUANTO FONTE PARA ENSINO E PESQUISA DA HISTÓRIA LOCAL	91
4.1. VÍDEOS E DOCUMENTÁRIOS	102
4.2. FOTOGRAFIAS.....	106
4.3. JORNAIS	116
5. PARA NÃO CONCLUIR	122
REFERÊNCIAS	125
RELAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS	133
PUBLICAÇÕES OFICIAIS.....	133
ENTREVISTAS.....	134
FONTES ICONOGRÁFICAS.....	135
TEXTOS JORNALÍSTICOS.....	135
ANEXOS	137
APÊNDICES	139

1 INTRODUÇÃO

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (BENJAMIN, 1996)

1.1 APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA

O presente trabalho tem como objeto de estudo o ensino de história local e regional. Especificamente, analisaremos seu ensino em São Mateus, município localizado na região norte do Estado do Espírito Santo tendo como referência o Sítio Histórico Porto de São Mateus. O interesse por essa temática nasceu de uma inquietação não tão recente. Recordamos que desde criança havia interesse pela história da pequena cidade onde morávamos, no interior de Minas Gerais. Influenciados pelas histórias de família contadas por nossa mãe, procurávamos nas narrativas dos grandes vultos locais rastros que chegavam até nossa família, vizinhos, amigos. Nesse sentido, as palavras de Marc Bloch (2001) definem, cabalmente, esse interesse por história:

Como germe e como estímulo, seu papel foi e permanece capital. Antes do desejo de conhecimento, o simples gosto; antes da obra de ciência, plenamente consciente de seus fins, o instinto que leva a ela: a evolução de nosso comportamento intelectual abunda em filiações desse tipo [...] (P.43).

Na graduação em história, tivemos ciência que aquele interesse da infância era por história Local e regional, uma modalidade que, segundo Bittencourt (2009, p.168): “[...] geralmente se liga à história do cotidiano”. E que, segundo Martins (2009), é aquela “[...] que vê o lugar, a região e o território como a natureza da sociedade e da história e não apenas como o palco imóvel onde a vida acontece [...]” (p.143).

Findada a graduação, no ano de 2014, lecionamos na rede municipal de ensino da cidade natal (Simonésia-MG), onde tivemos a oportunidade de conhecer mais profundamente a cultura e a história local. No ano de 2016, diante da aprovação em um concurso público, assumimos uma cadeira de professor de história na Rede Municipal de Ensino de São Mateus-ES. Aqui, a história local novamente despertou nossa atenção. Já nos primeiros passeios pelos lugares da memória ficou evidente o

quanto a parte histórica da cidade vem sendo deixada de lado: museus fechados, prédios históricos destruídos e a flagrante falta de incentivo e conscientização quanto à preservação da parte histórico-cultural do município.

O panorama que nos deparamos é de uma cidade histórica, rica em memórias e patrimônios culturais - tanto materiais quanto imateriais - situada em região que já era citada em registros históricos, bem como na cartografia produzida em meados do século XVI, mas que, na atualidade, parece dar pouca importância a assuntos relacionados à história local. Apesar de ser um campo fértil para a pesquisa histórica, inicialmente identificamos poucos estudos que contemplassem temas locais.

Quanto aos patrimônios culturais, um em especial nos chamou a atenção. Trata-se do Sítio Histórico Porto de São Mateus. Primeiramente, tivemos contato com informações sobre o mesmo através de uma rápida pesquisa na internet, afinal, estávamos indo para uma cidade Histórica prestar um concurso e, obviamente, usaríamos o tempo livre para conhecer pessoalmente um pouco da cultura e os pontos turísticos locais. Recordamos que na manhã de um domingo, descemos uma ladeira que se inicia na cidade alta e chegamos ao Porto. De fato, um lugar bonito: o casario em estilo colonial, as pedras das ladeiras, os bancos dispostos frente ao cais formavam uma paisagem incrível. No entanto, o local despertava também uma sensação de abandono. Onde estavam os turistas? Onde estavam os artesãos vendendo seus trabalhos? Para que eram usados aqueles casarões fechados? Qual a história daquele local?

Outro fato que despertou-nos atenção foi que durante as primeiras aulas que lecionamos na EMEF Dora Arnizaut Silvaes, escola situada em uma região periférica de São Mateus, percebemos que grande parte dos alunos ignoravam temas relacionados à história local. Esses fatores motivaram-nos a fazer alguns questionamentos sobre a história de São Mateus e principalmente como ela era ensinada.

Meses mais tarde, buscando informações junto à Secretaria Municipal de Educação (SME) que nos auxiliassem na construção do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação, surpreendeu-nos, positivamente, a descoberta de que o município dispunha de legislação específica que garantia o ensino de história local e regional. Estávamos diante de um impasse. Como uma região que aparece nos relatos

históricos, fontes cartográficas, entre outras, desde as primeiras décadas da colonização portuguesa ignora sua história e pouco investe na construção, ensino ou divulgação da mesma? Esse questionamento levou-nos à elaboração do problema que norteou a pesquisa: Como o uso do Sítio Histórico Porto de São Mateus pode contribuir para o ensino da história local?

Ressaltamos, ainda, nossa participação como aluno especial na disciplina de Ensino de História na Educação Básica, ministrada pela Prof. Dra. Maria Alayde Acantara Salim. Foi neste momento que tivemos um contato mais aprofundado com autores da Nova História, tais como, Marc Bloch (2001) e Le Goff (2013). Além disso, mencionamos a oportunidade de ler alguns autores ligados à história cultural e que foram de grande importância na elaboração do referencial teórico da pesquisa. Dentre eles, destacamos Carlo Ginzburg (2006), Peter Burke (2008) e, especialmente, Walter Benjamin (1996). Tais autores mostraram-nos possibilidades de uma história mais humana e atenta às realidades cotidianas das pessoas comuns que, na maioria das vezes, não são sujeitos históricos na narrativa tradicional.

Desde então, buscamos informações que ajudassem a compreender um pouco mais a história local. A maioria dos textos lidos afirmavam que o desbravamento da região, onde hoje se situa o município de São Mateus, remonta aos anos iniciais da colonização, “[...] teve início em 1534, quando o navio português “Olinda” fugindo dos frequentes ataques à sede da capitania do Espírito Santo, subiu o rio Cricaré e aportou em sua margem [...]” (SÃO MATEUS, 1981, p.4). Portanto, trata-se de uma narrativa histórica que perpassa quase todos os momentos da História do Brasil.

No entanto, apesar da relevância histórica, na região de São Mateus, verificamos pouco interesse em construir e até mesmo contar sua história. São raras as pesquisas históricas que contemplam temas regionais. Para Russo (2007), tal situação pode ser explicada pelo fato de que

[...] houve uma tendência da historiografia capixaba em privilegiar mais o sul da província. Tal destaque deve-se ao maior desenvolvimento da cultura cafeeira naquela região e da maior concentração da imigração estrangeira, devido à expansão da fronteira agrícola cafeeira do Vale do Paraíba e pela proximidade com a Corte, o maior centro econômico do Império (p.9).

A maioria dos trabalhos escritos sobre a região de São Mateus e que circulam nas escolas e biblioteca municipal limita-se a livros de memória escritos por historiadores

amadores. Segundo Maria Auxiliadora Schmidt (2009), “[...] as obras sobre História Local reportam-se à história de pequenas localidades, escritas por pessoas de diferentes segmentos sociais, não necessariamente historiadores [...]” (p.137).

Bittencourt (2009) também aponta para o caráter amador da história local. Segundo a autora, esse tipo de história “[...] tem sido elaborada por historiadores de diferentes tipos. Políticos ou intelectuais de diversas proveniências têm-se dedicado a escrever histórias locais com objetivos distintos [...]” (p.168). Ainda de acordo com a historiadora, autores que escrevem sem o devido rigor científico da ciência histórica “[...] geralmente são criadores de memórias mais do que efetivamente de história [...]” (p.168). Sobre a relação entre história e memória, afirma Le Goff (2013):

Em primeiro lugar, porque há pelo menos duas histórias e voltarei a este ponto: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os mass media, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros [...] (p.33).

Não podemos confundir memórias com história, mas é por meio delas que, de acordo com Bittencourt (2009) “[...] que se chega à história local” [...] “As memórias precisam ser evocadas, confrontadas [...]” (p.170). É aí que entra o papel do professor enquanto pesquisador e produtor de conhecimento. Tal atitude se faz necessária frente às dificuldades para o ensino de história local e regional. Nessa perspectiva, “[...] Ensino e pesquisa, teoria e prática terão que ser definitivamente associados, respeitando-se, é claro, as situações concretas vividas pelos profissionais de história [...]” (MARTINS, 2009, p.146).

Com relação ao ensino da história local em São Mateus, destacamos que o município possui legislação específica que garante tal conteúdo nas escolas da Rede Municipal de Ensino. De acordo com o Art. 199, inciso VIII da Lei Orgânica de São Mateus,

VIII - fica assegurada a inclusão, no currículo das escolas municipais, as matérias de história do Município, Estudo das Manifestações Culturais Populares (cultura popular) e Ecologia, sendo obedecidas as bases fixadas pela Legislação Federal e as disposições supletivas da Legislação Estadual (SÃO MATEUS,1990).

Além da menção na Lei Orgânica de 1990, foi aprovada pela Câmara Municipal a Lei N° 583/98 que regulamenta o ensino de história local em São Mateus. De acordo com seu texto, no “Art. 1º- É obrigatório o ensino e a inclusão da matéria ‘História e Geografia do Município de São Mateus’ na grade Curricular das Escolas de 1º e 2º Graus da rede municipal de ensino” (SÃO MATEUS, 1998).

Além da legislação que garante o ensino de história local e regional, é importante ressaltar que na Rede Municipal de Ensino de São Mateus a disciplina de história conta com uma hora/aula a mais por semana para que sejam trabalhados os temas da história local. Sem dúvida, a obrigatoriedade do ensino desse tipo de história por força de lei, bem como a carga horária ampliada da mesma são avanços significativos no ensino de história. Porém, questionamos o tipo de história local e como esta vem sendo ensinada em São Mateus, uma vez que:

[...] a história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho da migração, das festas [...] (BITTENCOURT, 2004, p 169).

No Programa de Ensino de História da Secretaria Municipal de Educação (SÃO MATEUS, 2013) foram incluídos alguns tópicos contendo temas de história local e regional. No entanto, percebemos que os mesmos estão em desacordo com as novas tendências historiográficas, pois alguns apresentam um viés claramente positivista exigindo que conheçam nomes de políticos importantes do Espírito Santo e de São Mateus, como por exemplo, “Conhecer os administradores de São Mateus no período imperial” ou ainda, “Conhecer as disputas de poder no Espírito Santo, destacando o papel de Florentino Ávidos para economia cafeeira capixaba” (SÃO MATEUS, 2013).

Além disso, a versão antiga do programa de ensino trazia uma indicação de bibliografia de apoio aos professores para o trabalho com história local. Tal referência bibliográfica trata-se de um livro de memórias no formato de corografia (NARDOTO; OLIVEIRA, 1999). De acordo com Martins, “[...] as corografias eram monografias municipais e regionais, que misturavam história, tradição e memória coletiva. Esses trabalhos tomavam como fundamento espaços bem recortados politicamente, que eram estudados em si mesmos [...]” (MARTINS, 2010, p. 140). No caso do livro de

Nardoto e Oliveira (1999), facilmente percebemos uma narrativa linear, permeada pela ideia de progresso e que privilegia os grandes personagens e acontecimentos locais.

Para Bittencourt (2009), o ensino de história local e regional cumpre seu papel na medida em que possibilita “[...] a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência, não se limitando a descrição dos grandes feitos dos heróis locais [...]” (p 168). Além do mais, “[...] um dos importantes objetivos do ensino de história é contribuir para que o aluno conheça e aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo [...]” (SCHMIDT, 2009, p.140). No caso de São Mateus, diante da flagrante falta de conscientização sobre a importância do patrimônio, é urgente repensar como vem sendo trabalhado o patrimônio cultural local em sala de aula, uma vez que segundo Figueira e Miranda (2012),

A educação patrimonial possibilita ao aluno perceber que o patrimônio cultural faz parte de sua própria história. Tal percepção lhe propicia a oportunidade de conhecer e vivenciar os costumes e a cultura locais, construindo laços de afetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde vive (p.8).

Conscientes da importância da história na formação humana do educando, especialmente da história local que possibilita ao aluno a compreensão de seu entorno e, diante das indagações e inquietudes suscitadas pelo próprio exercício da docência é que surgiu esta pesquisa de mestrado que tem como objetivo geral analisar como acontece o ensino de história local, bem como as possibilidades dos usos do sítio histórico Porto de São Mateus como fonte para pesquisa e ensino nos anos finais do ensino fundamental em Escolas da Rede Municipal de Ensino de São Mateus. A opção pela abordagem das escolas da Rede Municipal de Ensino se deu em primeiro lugar pelo fato da nossa atuação como professor na mesma e, conseqüentemente, perceber algumas mazelas presentes no ensino de história local. A experiência enquanto professor de história em São Mateus foi decisiva para nos aproximarmos da percepção de história local existente em São Mateus, ou seja, uma narrativa que contempla, na maioria das vezes, apenas os grandes heróis, os grandes fatos.

Para tanto, buscamos, especificamente, compreender, por meio de entrevistas, como os professores lidam com a história local em suas aulas, analisando suas principais dificuldades no trato com a mesma. Analisaremos também como a história local está

colocada nos documentos oficiais que tratam do assunto, tais como, o programa de ensino da rede municipal e a lei que trata da obrigatoriedade do ensino de história local em escolas da rede pública municipal de São Mateus. Além disso, investigamos como o Sítio Histórico Porto de São Mateus vem sendo usado pelos professores em suas aulas. Por fim, buscamos apontar, à luz de Marc Bloch (2001) e Walter Benjamin (1996), possibilidades de utilização do Sítio Histórico Porto, bem como os discursos produzidos sobre o mesmo, no ensino da história local e regional. Para tanto, compreendemos o referido bem cultural como um monumento fruto de uma montagem, que, de acordo com Le Goff (2013) deve ser desmontado, desconstruído para ser compreendido. Portanto, o referido monumento histórico será aqui compreendido enquanto fonte para a pesquisa histórica local, em consonância com as ideias sobre o alargamento da definição de fonte histórica defendido por Bloch (2001).

1.2 REFLEXÕES TEÓRICAS

De acordo com Bittencourt (2009), o estudo da “[...] história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência [...]” (p. 168.). Ainda de acordo com a autora,

A história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de Histórias, tanto no presente como no passado [...] (p.168).

Para Peter Burke (1992), ao discorrer sobre a participação das pessoas comuns na história, “a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos” (p.12). Em contrapartida, “[...] vários novos historiadores estão preocupados com ‘a história vista de baixo’; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social [...]” (p.12).

Para o historiador Carlo Ginzburg (2006),

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixando de lado ou simplesmente ignorando. “Quem construiu Tebas das sete pedras”? “-perguntava o “leitor operário” de Brecht”. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso (p.11).

Outro pensador que também defende, em seus escritos, uma história contada a partir dos vencidos, daqueles que foram esquecidos pela história contada por aqueles que sempre vencem é Walter Benjamin (1996). O pensador berlinense chama a atenção para o fato de que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (p.223) e, portanto, seus escritos, nos levam a questionar a forma como temos trabalhado história local em nossas aulas, quais os temas e sujeitos temos privilegiado em nossas abordagens.

Benjamin (1996) foi um grande crítico da história metódica e positivista, e seu pensamento vem contribuindo significativamente para analisarmos a forma como abordamos a história. Para ele, “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi” (p.224), como pensam fazer os historiadores positivistas. Assim, diante da renovação historiográfica que marcou o século XX não é possível pensar um ensino de história que se limita ao ato de conhecer ou decorar nomes e datas, afinal um ensino de História que se preocupa em dialogar com as novas tendências historiográficas não pode ficar preso a um modelo tão positivista ou metódico. Faz-se necessário, portanto, um novo olhar sobre a história local, um olhar atento àqueles que foram vencidos e esquecidos pela história tradicional.

Nessa perspectiva de renovação historiográfica que embalou o século XX, é importante destacar também a influência francesa iniciada pelos *Annales* na década de 20. Esta tendência historiográfica saiu em defesa de uma história mais crítica e a ampliação das suas fontes. O movimento de renovação iniciado por Marc Bloch (2001) em 1929 possibilitou a ampliação dos territórios de pesquisa do historiador estabelecendo a relevância de aspectos da vida privada, das mentalidades e da cultura como temas importantes para o estudo da história. Além disso, bem como se vê, a partir de então, um alargamento considerável da concepção de fonte histórica, que agora passa a ser entendida como tudo aquilo deixado pelos seres humanos. E a História, que antes se voltava somente para os grandes homens e grandes fatos, se

interessa por todos os homens. O bom historiador, como compara Bloch (2001), “[...] se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (p.54).

No caso de São Mateus, a grande maioria dos escritos sobre a história local, como veremos de maneira mais aprofundada em capítulo posterior, remontam a fragmentos da história do poder local. Tal abordagem, por mais diletante que seja, sempre deixa lacunas. Nesse sentido, fazemos como nosso o questionamento de Samuel (1989): “porque será, então que tanta história local embora escrita como um trabalho de amor, é tão repetitiva e sem vida? [...]” (p.222).

Para o autor, mesmo com as técnicas e metodologias desenvolvidas e aplicadas pelos estudiosos da história local como, por exemplo, a demografia, parece faltar algo na realização da mesma. Samuel afirma que “[...] apesar da acumulação de detalhes, no entanto, é possível que o povo permaneça escondido [...]” (SAMUEL, 1989, p. 225). Em sua escrita é perceptível que a “vida” e o “povo” que faltam aos estudos locais referem-se aos significados das ações, aos sentidos, as crenças. É em busca de uma história local redimida no sentido benjaminiano, que privilegie os esquecidos e vencidos é que me valho das contribuições de autores ligados à história cultural. Para Pesavento (2004),

Das imagens às materialidades do mundo dos objetos, o Historiador da Cultura se dispõe a fazer as coisas falarem. Casas, prédios, monumentos, traçados das ruas, brinquedos apontam no sentido de que as coisas materiais são detentoras de significados e se prestam à leitura (p.98).

É da Alemanha que vem a contribuição da história cultural. Os gestos, as crenças, os saberes, o amor, as crianças e o simbólico passam a fazer parte da preocupação da ciência histórica. O realismo, outrora pretendido, sofre uma ruptura e diferentes interpretações do passado passam a ser construídas. Esse olhar da História para a cultura é resultado de uma aproximação desta com a antropologia:

Um dos aspectos mais característicos da prática da história cultural entre as 1960 e 1990 foi a virada em direção à antropologia. [...] muitos historiadores aprenderam a usar o termo “cultura”, no sentido mais amplo [...] uma das mudanças mais significativas que se seguiu a esse longo momento de encontro [...] (BURKE, 2008 p.44).

Nesse sentido, como afirma Burke (2008), “O antropólogo que inspirou a maioria dos historiadores culturais da última geração, especialmente nos Estados Unidos foi Clifford Geertz [...]” (p.51). Geertz (1978) assim define cultura:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (p.14).

Um dos autores que exemplifica o encontro entre história e antropologia é Darnton (1986). Para ele,

A maioria das pessoas tende a pensar que a História Cultural aborda a cultura superior, a Cultura com C maiúsculo. A história da cultura com c minúsculo remonta a Burckhardt, se não a Heródoto; mas ainda é pouco familiar e cheia de surpresas. Então, o leitor pode querer uma palavra de explicação. Enquanto o historiador das idéias esboça a filiação do pensamento formal, de um filósofo para outro, o historiador etnográfico estuda a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo. Tenta descobrir sua cosmologia, mostrar como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento. Não tenta transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia. Operando ao nível corriqueiro, as pessoas aprendem a “se virar” – e podem ser tão inteligentes, a sua maneira, quanto os filósofos. Mas, em vez de tirarem conclusões lógicas, pensam com coisas, ou com qualquer material que sua cultura lhes ponha a disposição, como histórias ou cerimônias (DARNTON, 1986, p. XIV).

Eis que a História se aproxima da antropologia e passa a se interessar pelo significado das ações, das expressões, dos símbolos nas sociedades, nos homens no período e no espaço onde estão situados. Dessa forma, rompe com o realismo pretendido e engessado do positivismo e a concepção marxista de que a cultura é apenas parte de uma superestrutura.

Sendo assim, se numa perspectiva de ensino alicerçada em fundamentos do positivismo e do historicismo, a história era ensinada como algo pronto e acabado, mostrando as cenas que os alunos deveriam apenas decorar, hoje com as novas tendências e concepções historiográficas, a história aparece como uma constante construção e reconstrução. Essas mudanças refletiram na maneira como ela é e deve ser ensinada nas salas de aula.

Da forma positivista como a história local está proposta no Programa de Ensino do município de São Mateus, o aluno é um mero espectador que tem, inclusive, que conhecer nomes de antigos presidentes da província do Espírito Santo. Prática

destituída de sentido e a muito tempo abolida dos ideais e finalidades do Ensino de História.

Enfim, mesmo com o avanço alcançado pela legislação que trouxe a obrigatoriedade do ensino de história local e regional na Rede Municipal de Ensino em São Mateus é preciso analisar e repensar como essa história está sendo ensinada, esse é o movimento proposto com esta pesquisa: reconhecer os avanços, identificar as dificuldades e analisar a possibilidade e as potencialidades da inserção da educação patrimonial, valendo-se da perspectiva da história cultural, mostrar que é possível um ensino mais significativo da história local e regional afinal,

Hoje, todos sabemos que a finalidade básica do ensino de história na escola é fazer com que o aluno produza uma reflexão de natureza histórica, para que pratique um exercício de reflexão crítica que o encaminhe para outras reflexões, de natureza semelhante, na sua vida e não só na escola. Afinal de contas, a história produz um conhecimento que nenhuma outra ciência produz e nos parece fundamental para a vida do homem – indivíduo eminentemente histórico [...] (FERNANDES, 1995, p. 44).

De acordo com Salim (2009),

[...] o ensino de história, o estudo de História, a partir do enfoque nos aspectos históricos e culturais locais, é capaz de propiciar aos alunos uma melhor compreensão dos temas mais genéricos, tornando tais temas menos abstratos e mais próximos da percepção dos alunos, considerando que a utilização de referenciais históricos e culturais próximos dos alunos nos possibilita vivenciar, de maneira mais concreta no ensino, o processo de construção do conhecimento histórico (p. 103).

Portanto, faz-se necessário um distanciamento do ensino de história que vê o passado como algo morto, destituído de significados para os alunos. O patrimônio, assim como a história não deve ser visto como algo estanque, um retrato fiel do passado, mas sim objeto que passa por ressignificações ao longo do tempo. Sendo assim defendo um ensino de história problematizador, que questione os significados, que evidencie os anseios, as dificuldades locais a fim de suscitar futuras transformações na sociedade em que o aluno está inserido.

1.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, se enquadra na modalidade qualitativa através de uma abordagem exploratória e histórica, se insere no contexto do ensino e aprendizagem de história local e, enquanto pesquisadores, somos também componente do cenário estudado, uma vez que atuamos como professor de história na rede municipal de ensino de São Mateus há, aproximadamente, três anos.

De acordo com Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a deixá-lo mais explícito. Para tanto, na maioria das vezes os autores que se valem dessa metodologia utilizam levantamento bibliográfico e entrevistas com sujeitos que tiveram experiências práticas com o tema pesquisado.

Acerca da pesquisa histórica, constata-se que a mesma “[...] tem por objeto relacionar eventos passados com seus efeitos presentes buscando uma compreensão crítica desses efeitos” (CASTRO; FERREIRA; GONZALEZ, 2013, p. 12). Sendo assim, também em sintonia com os pressupostos teóricos de Bloch (2001) a respeito da história problema, buscamos, ao longo do texto, recorrer à pesquisa histórica, em especial no capítulo 3, onde procuramos fazer um levantamento histórico do Porto de São Mateus no intuito de compreender sua centralidade para a compreensão da história local, sua constituição enquanto patrimônio tombado e as possíveis causas de seu esquecimento.

Ressaltamos, que não é objetivo da presente pesquisa produzir um material engessado, pronto e acabado contendo a “História de São Mateus” como tantos outros que já existem por aí, mas, atento às dificuldades enfrentadas pelos professores que lidam diariamente com temas relacionados ao local e regional, buscamos apontar possibilidades para o ensino que aliem pesquisa histórica, educação patrimonial e ensino da história local. Portanto, o foco da pesquisa é o processo de construção do conhecimento histórico produzido a partir da experiência do professor enquanto pesquisador e produtor de conhecimento histórico. Nesse sentido, fazemos como nossos os questionamentos de Esteban e Zaccur (2002):

[...] E a professora da escola básica? Seria ela apenas uma consumidora passiva do conhecimento produzido pelos pesquisadores acadêmicos? Não lhe deveria caber a parceria na construção da mudança que desejamos ver implantada no interior da escola? E se defendemos que ao seu aluno seja

garantida a condição de produtor do conhecimento, não seria uma incoerência não garantir o mesmo estatuto à professora? (p.12).

O antigo programa de ensino de história do município de São Mateus trazia uma referência como sugestão a ser utilizada nos temas relacionados aos estudos locais, trata-se do livro “História de São Mateus” de Nardoto e Oliveira (1999). Tal livro conta com duas edições e ambas foram distribuídas em todas as escolas da rede municipal e também da rede estadual de ensino em São Mateus e, em decorrência da falta de materiais para o ensino da História Local, tornou-se um tipo de cânone da História de São Mateus. Em matéria especial feita pelo jornal “A GAZETA”, meses antes do livro ser publicado, os autores afirmaram que “[...] não há um levantamento tão abrangente quanto este. É um trabalho inédito no Espírito Santo [...]” (PESQUISADORES, 1998, p.2).

O esforço desta pesquisa é mostrar que existem alternativas possíveis para levar um conhecimento histórico local mais significativo aos alunos. Sendo assim, a pesquisa vai de encontro a uma necessidade flagrante no que se refere ao ensino de história local: mostrar que a história não é um conhecimento estanque, pronto e acabado, mas é construído a cada dia, à cada releitura e sua escrita se faz a partir da dúvida, do questionamento e seu ensino não deve ser diferente. O ensino de história deve levar o professor e o aluno a questionarem aquilo que estão vendo ou lendo. Nesse sentido, afirma Viviane Mosé (2013):

[...] Ensinar não pode ser transmitir conhecimentos, mas, antes de tudo, provocar interesse e dúvidas, fazer com que brotem questões e desenvolver métodos de pesquisa, de filtragem e seleção de dados, de ordenação de conteúdos, de construção da argumentação. Só há conhecimento quando há interpretação. O contrário não é aprendizado (p.13).

Partindo dessas premissas, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de três momentos. Primeiramente, realizamos uma pesquisa bibliográfica abordando a trajetória histórica, bem como, as principais tendências atuais para a pesquisa e o ensino da história local. Para tanto, procuramos destacar a importância da mesma em Países da Europa. Procuramos também analisar as principais características desse tipo de história no Brasil que, como veremos, é marcada por pesquisas amadoras.

Num segundo momento, nosso esforço foi no intuito de compreender como acontece o ensino de história local com foco na educação patrimonial em São Mateus, identificando as principais dificuldades para sua concretização. Para tanto, recorreremos aos textos que são considerados referência para o ensino da história local no município, referindo-nos, especificamente, ao livro *História de São Mateus* de Nardoto e Oliveira (1999), bem como outros textos locais que não constam como indicação bibliográfica no Programa de Ensino de História, mas são também usados pelos docentes. Valemo-nos também do Programa de Ensino de História da referida Rede e também da lei municipal que trata do trabalho com história local nas escolas do município.

Neste momento da pesquisa, foram de grande importância as entrevistas realizadas com alguns professores de história da Rede Municipal de Ensino. Estas objetivaram a compreensão de como esses educadores lidam com a história local e o patrimônio cultural em suas aulas. Tais entrevistas se caracterizaram pelo formato semiestruturado, ou seja, as perguntas predefinidas eram feitas como ponto de partida para a conversa. Dentre os questionamentos feitos durante a entrevista, destacam-se a importância dada pelos professores ao ensino da história local, as principais dificuldades para colocá-lo em prática, o trabalho com o patrimônio cultural em sala de aula e especificamente, os usos do patrimônio histórico local denominado Sítio Histórico Porto de São Mateus.

Realizamos também uma pesquisa bibliográfica acerca da definição e evolução do conceito de patrimônio. Conjuntamente, fizemos uma pesquisa histórica sobre o bem patrimonial abordado nessa pesquisa, ou seja, o Sítio Histórico do Porto, quando procuramos abordar sua centralidade na história de São Mateus, o declínio das atividades portuárias, o período em que o mesmo abrigou vários cabarés e, por fim, o tombamento e a restauração do casario. Neste ponto, fizemos uso de fontes diversas, e dentre estas, livros de historiadores locais, matérias de jornais, teses e dissertações que abordam o Porto.

A fim de compreender um pouco mais o cotidiano da região do Porto, ao longo desta pesquisa, realizamos algumas visitas ao mesmo. Nestas, observamos o dia a dia das pessoas que ali residem ou trabalham e também conversamos com alguns moradores e comerciantes. Desenvolvemos, também, uma entrevista com a atual secretária de

cultura do município de São Mateus, Domingas dos Santos Dealdina, visto que a secretaria de cultura tem sua sede em um dos antigos casarões e é o órgão no município responsável direto por gerir e preservar o Sítio Histórico. Na conversa com Domingas, procuramos entender a atual situação do Porto, no que se refere à preservação do casario, os projetos que acontecem em torno do referido bem e as principais dificuldades enfrentadas para a conservação e manutenção do mesmo, bem como as perspectivas futuras em relação ao mesmo.

No último momento, identificadas as dificuldades para o ensino da história local, bem como o “esquecimento” do Porto pela população local, procuramos, à luz de autores como Walter Benjamim (1996) e Marc Bloch (2001) e seus respectivos conceitos de experiência e fonte histórica, pensar possibilidades que o referido patrimônio histórico pode oferecer enquanto documento e fonte em prol da pesquisa e de um ensino da história local mais significativos para nossos alunos.

Sendo assim, em consonância com as palavras de Marc Bloch (2001) quando afirma que “[...] A História só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos [...]” (p.27) e nos escritos de Le Goff (1990) , quando este menciona que “A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história [...] fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicação do documento” (p. 28), o patrimônio será entendido aqui enquanto fonte e memória para a produção de conhecimento histórico local.

É importante ressaltar que existem várias outras possibilidades de fontes históricas para o estudo da história local. A título de exemplo, destacamos os relatos como o de Pedro de Magalhães Gandavo que em seu texto “Tratado da Terra do Brasil” escrito por volta de 1570 que figura entre os primeiros a mencionar o rio que corta a região de nosso estudo:

Alguns índios lhes deram notícia segundo a menção que faziam que podiam estar cem léguas da serra das pedras verdes que iam buscar, e que não havia muito dali ao Peru, finalmente que com os amigos que recreiam¹⁸ e pela gente que adoecia tornaram-se outra vez em almadias por um rio que se chama Cricaré, onde se perdeu numa cachoeira a canoa em que vinham os grãos de ouro que traziam pera mostra. Nesta viagem gastaram oito meses, e assim desbaratados chegaram a esta Capitania de Porto Seguro (GANDAVO, 2008, p.76).

Além disso, os documentos cartográficos como os feitos por João Teixeira Albernaz para ilustrar o livro “Razão do Estado do Brasil” de Diogo Campos Moreno (1616). Tais documentos, segundo Santos (2017), “constituem importantes fontes primárias documentais e iconográficas, porque revelam conhecimento da região” de São Mateus.

Outra fonte importante que pode auxiliar muito na compreensão da história local na região norte do Espírito Santo é o livro “O desbravamento das Selvas do Rio Doce” engenheiro Ceciliano Abel de Almeida (1957) que atuou na Região do Rio Doce durante a construção da ferrovia Vitória-Minas por volta de 1905. O autor traz relatos importantes sobre a destruição das matas e o extermínio de índios. No trecho a seguir, o autor evidencia um desses conflitos:

A tribo dos Botocudos vagueia nas florestas, à beira do Rio Doce, até as nascentes deste na capitania de Minas Gerais. Esses selvagens têm oferecido até agora obstinada resistência aos portugueses. Se algumas vezes se mostraram amigáveis em certo lugar, cometeram excessos e hostilidades em outro; daí nunca ter havido um entendimento duradouro entre eles. Muitos anos atrás havia um posto militar de sete soldados a oito léguas Rio Doce acima, no local onde hoje se ergue a população de Linhares; esse posto estava guarnecido com uma peça de canhão para proteger a projetada estrada nova para Minas. A peça, a princípio, manteve os selvagens à distância, mas, à proporção que foram conhecendo melhor os europeus e suas armas, os temores desapareceram. De uma feita assaltaram repentinamente o quartel, mataram um dos soldados, e teriam também massacrado os outros, se estes não tivessem fugido e escapado pelo rio, tomando uma canoa, que aconteceu justamente vir chegando com a salvação. Não podendo alcançá-los, os selvagens encheram o canhão de pedras e retiraram-se para as selvas. Depois desse fato, o último ministro de Estado, conde Linhares, declarou-lhes guerra formal, numa proclamação bem conhecida; ordenou que os postos militares já estabelecidos à margem do rio Doce fossem reforçados e que se instalassem outros, a fim de proteger os estabelecimentos dos europeus e as comunicações com Minas através do rio. Desde então não se deu trégua aos Botocudos, que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo; e só de vez em quando, em determinadas ocasiões, crianças muito pequenas foram poupadas e criadas (1957, p.153).

No entanto, optamos por abordar nessa pesquisa a possibilidade da inserção do patrimônio cultural local, especificamente, o Sítio Histórico Porto de São Mateus, como fonte para os estudos locais, visto que o mesmo, apesar de sua relevância na história da região, é pouco utilizado pelos docentes no ensino da história local. Fato lamentável, visto que,

O ensino de história cumpre especial papel na discussão, na realização de atividades e na proposição de projetos voltados para a educação patrimonial. Como componente curricular, deve proporcionar situações didáticas que permitam aos aprendizes conhecer os bens culturais, a fim de compreender e valorizar aquilo que é comum a determinado grupo social (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p.8).

Comumente, o significado de patrimônio é confundido com a definição de patrimônio arquitetônico. Tal confusão pode ser explicada pelo fato de que por muito tempo, o que se preservou no Brasil foram edifícios e monumentos ligados principalmente à elite colonial. Porém, atualmente a definição de Patrimônio cultural é bem mais ampla e compreende o patrimônio material e o patrimônio imaterial como constatamos na Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

No que se refere à região de São Mateus, é possível constatar a forte presença de patrimônios culturais tanto materiais quanto imateriais. Como exemplo, destacamos o sítio Histórico do Porto, a Igreja Velha, as práticas de Capoeira, Reis de Bois e Jongo. No entanto, coerente com as ideias de Bloch (2001) sobre a necessidade de delimitar espacialmente o estudo histórico, privilegiaremos a análise da possibilidade do Sítio Histórico do Porto de São Mateus enquanto lugar da memória e fonte histórica para a pesquisa e ensino da história Local e regional.

Nesse sentido, é de grande importância que a escola e, especificamente, a disciplina de história promovam ações com intuito de desenvolver no aluno a noção do conceito de patrimônio e sua importância para a compreensão da realidade local.

2 O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NA HISTORIOGRAFIA

Até poucas décadas atrás, a história local no Brasil sobrevivia às margens da “verdadeira” história produzida por historiadores de ofício. O interesse da academia, por ela, é algo recente. Ao que se percebe, grande parte da produção histórica local era escrita por historiadores diletantes, sem formação acadêmica, porém, apaixonados pela trajetória histórica de suas terras natais. Segundo Correa (2002),

A história local tem uma posição marginal na historiografia brasileira. Sua escrita predominantemente diletante e sua narrativa demasiado subjetiva parecem ser as principais responsáveis pelo seu descrédito em círculos acadêmicos, embora ainda seja grande a preferência que ela goza junto ao público leigo e avesso, muitas vezes, à linguagem hermética dos historiadores profissionais (p.11).

Nesse sentido, este capítulo foi desenvolvido em torno das seguintes questões norteadoras: o que é história local? O que difere a história local brasileira da europeia? Sendo a história local no Brasil produzida, em grande parte, por historiadores sem formação acadêmica, quais os desafios de ensiná-la em sala de aula? Quais os principais aspectos da história local no Município de São Mateus-ES e as implicações em seu ensino?

Trilhar os caminhos da história local é, sem dúvida, se aventurar por um domínio “[...] vasto e complexo, quer pelo extenso território temático que ela explora, quer pela diversidade documental que convoca [...]” (PEREIRA, 2012, p.23). Domínio que no Brasil ainda é vítima de certo preconceito acadêmico. Aqui no Brasil, diferentemente da Europa, a história local ainda é produzida, em sua grande maioria, por historiadores amadores. Não se trata de menosprezar tal tipo de história diletante, mas compreender que a abordagem local é de grande importância para a compreensão da totalidade histórica e merece uma atenção maior por parte da academia.

Segundo Golbert (1992), a história local é “[...] aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média [...] ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum [...]” (p.70). Golbert estabelece limites espaciais para a história local. No entanto, entendemos que a história local vai além da definição geográfica. Nesse sentido, comungamos com a ideia de Neves (2008) quando afirma que

[...] A localidade se constitui no espaço onde uma comunidade se estabelece e se desenvolve. Configura, portanto, uma construção humana, empreendida em organizações comunitárias, com identidades internas e vinculações externas, de modo que extrapola as circunscrições projetadas por governantes, técnicos, estudiosos e incorpora fatores históricos de natureza social, econômica, política e cultural (p. 25).

Falar de localidade em história nos remete à sua própria definição. Barros (2005) afirma em seu artigo “História, região e espacialidade” que “[...] antes de se tornar ‘estudo’, a História fora muitas coisas, inclusive algo que – de maneira igualmente óbvia para os homens de outro tempo – definira-se como o registro do passado Humano[...]” (p.96) e foi com os *Annales* que a história passou a ser estudo do homem no tempo (BLOCH, 2001). Ainda segundo Barros (2005), essa definição exige mais um aspecto:

Definir a história como o estudo do homem no tempo foi, portanto, um passo decisivo para a expansão dos domínios historiográficos. Contudo, a definição de História, no seu aspecto mais irredutível, deve incluir ainda uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. Na verdade, a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço [...] (p.96).

Sendo assim, o “Espaço” dessa pesquisa é o “Local”. E é Preciso, antes de prosseguirmos, fazer uma distinção entre o “local” e o “regional”, visto que em vários textos os autores não trazem uma definição clara referente aos mesmos e, em alguns casos, os empregam como sinônimos. Para Albuquerque Júnior (2015), existe um descuido por parte dos historiadores que tratam de temáticas como o “local” e o “regional”, pois, lhes faltam reflexões teóricas e conceituais a respeito das mesmas:

[...] Os equívocos, os anacronismos, as indefinições, as naturalizações que os historiadores cometem ao fazerem recortes espaciais nascem, no fundo, da exígua reflexão que estes profissionais dedicam ao campo da teoria, a pouca preocupação em refletir sobre os conceitos que utilizam, notadamente quando se trata de noções ligadas ao espaço [...] (p. 44).

Os anacronismos que o autor menciona estão relacionados ao fato de que alguns historiadores se valem de divisões político-administrativas para definir as “regiões” ou “locais” que estudam sem, no entanto, criticarem tais definições, uma vez que tal “local” ou “região” pode ter tido outras extensões ou configurações espaciais em outros períodos. Dessa forma, não podemos encarar as regiões ou locais como algo natural. Nesse sentido, cito Bloch (2001), um dos primeiros a tratar metodologicamente os estudos locais: “O historiador não tem que usar quadros administrativos anacrônicos;

cabe a ele fazer-se por si mesmo, cada vez, sua região, regulando-se sobre as condições do tempo estudado” (p.389).

Sendo assim, é preciso problematizar o conceito de “região” ou “local”. Não se pode considerar a região como algo natural e exterior a própria história. As regiões são invenções, fruto de disputas e conflitos e isso deve ser levado em conta na definição de um “local” de pesquisa. No caso do município de São Mateus, essa é uma observação pertinente, pois os limites político-administrativos do que hoje é município de São Mateus sofreram transformações ao longo dos anos. Cabe também ressaltar que em outros períodos, São Mateus sequer pertencia à capitania do Espírito Santo, mas sim à capitania de Porto Seguro. Como demonstrado por Santos (2017) a respeito dos limites territoriais e administrativos da de São Mateus,

Na historiografia colonial da região, dos três séculos, é possível constatar por vários momentos, a sobreposição de poderes – administrativo / militar, eclesiástico e judiciário – que sofriam alterações nos seus limites, consonante as dificuldades ou interesses da coroa, dos governos e das próprias localidades (p.44).

Santos (2017, p.44) elaborou em sua pesquisa um quadro explicativo para compreendermos melhor essa questão dos limites territoriais e administrativos da região de São Mateus. Nele pode-se perceber que por vezes as questões administrativas e militares e judiciais subordinavam-se à Bahia e o poder eclesiástico era exercido pelo Rio de Janeiro. A grosso modo, a partir da constituição da capitania de Porto Seguro São Mateus passa a integra-la, situação que só será revertida após o processo de independência do Brasil, quando a região volta a pertencer ao Espírito Santo. A pesquisadora ainda conclui que

Esta sucessiva alteração de jurisdições esteja relacionada com diferentes interesses, que diretamente originaram a ocupação e desenvolvimento da região, mas também não se exclui que tenham sido os moradores da região quem mais tenha procurado despertar diversos interesses nas duas capitanias (p.48).

Outro ponto a ser destacado acerca das mudanças nos limites territoriais de São Mateus foram os desmembramentos das Vilas que deram origem a outros municípios e cidades como é o caso, por exemplo, de Nova Venécia, Conceição da Barra e Barra de São Francisco.

Portanto, o historiador que deseja estudar história de São Mateus não deve estender os limites atuais do município ao passado, visto que estaria cometendo um tipo de

anacronismo. Nesse sentido, quando se trabalha história local deve-se ir além das definições político-administrativas. Sendo assim, o conceito de “localidade” com o qual compartilhamos nesse trabalho se assemelha ao conceito de territorialidade defendido por Albuquerque Júnior, para ele,

[...] Uma territorialidade tem uma dada base física, tem fronteiras que são demarcadas tanto do ponto de vista político, como do ponto de vista simbólico. [...] uma territorialidade é constituída por camadas de experiência, memórias e práticas humanas; é um espaço que faz sentido e tem significado para os homens; é produto das lutas sociais, significa dados regimes de domínio e dadas relações de poder que a cartografam (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 52).

“De modo mais amplo que numa localidade, a ideia de região fundamenta-se também no espaço e no tempo, com uma perspectiva social e se associa à noção de sistema nas relações entre grupos humanos articulados interna e externamente [...]” (NEVES, 2008, p. 27). Desse modo, a categoria “região”, apesar de definir-se “do mesmo modo que uma localidade, em relação aos seus componentes de tempo, espaço, etnia, cultura, atividade econômica” (NEVES, 2008, p. 28) refere-se a um espaço mais amplo que o “local”, uma vez que, o local ao qual nos referimos é o pequeno município, o bairro, a comunidade. De acordo com Barros (2005),

Grosso modo, uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela poder ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites [...] (p. 98).

O professor Ruy H. A. Medeiros (2015), afirma em seu livro “História Local e Memória” que “é necessário entender que esses textos são ‘de certo tipo de história’ tal como antes se entendeu que os cronistas medievais escreveram obras históricas” (p.22). Nesse sentido, a história local é um tipo de história, assim como a história geral, a história política. Porém, apesar de seu livro ser um estudo bem produzido sobre a história local, o referido autor define a história local de maneira restrita. Ainda para Medeiros (2015), “a história local adentra a historiografia como história, tal como produção de historiadores não científicos” (p.33).

Se concordarmos com tal afirmativa estaremos ignorando o fato de que a história local possui uma história, uma trajetória. Negaríamos sua atual importância em Países

como a França, Portugal e Itália, pois a história local europeia é majoritariamente escrita por historiadores de ofício. Nesse sentido afirma Correa (2002):

Em outros países como Portugal e Espanha, a história local se encontra consolidada. Em Portugal, tem-se disciplinas de história local e regional, como a oferecida pela doutora Margarida Sobral Neto, no Instituto de História Econômica e Social da Faculdade de Letras de Coimbra, e também cursos de mestrado tal como o de História Regional e Local do Departamento de História da Universidade de Lisboa, sob a coordenação do doutor Pedro Barbosa (p.12).

A produção de história local na Europa não é algo recente. Ela possui uma história e é Golbert (1992), autor de um artigo referência na área, que nos auxilia a trilhar esse caminho. Segundo ele, até meados da Revolução Industrial e a invenção da locomotiva, “[...] o ponto de referência da maioria dos europeus era a paróquia, no campo, ou a pequena cidade e os seus arredores [...]” (p.70). A possibilidade de percorrer longas distâncias era bastante limitada e a vida transcorria no limite da localidade. Sobre a produção intelectual em tais localidades, o autor menciona que

Num tipo de vida tão confinada, as atividades intelectuais da pequena minoria relacionavam-se ou com reflexões sobre textos antigos — gregos e romanos, principalmente —, ou com a história da região, entendendo-se esta como sendo as terras da família. Quando tentavam produzir histórias [...] davam ênfase à tradição** às particularidades e aos atos heroicos célebres da cidade ou província. Nos fins do século XVI, eram lugar comum histórias provinciais que se resumiam em meras listagens de famílias nobres, castelos, feudos, abadias e ordens religiosas, ou histórias de cidades, simples enumerações de títulos, privilégios, nomes famosos e mexericos sobre a cidade natal do escritor [...] (p.70).

Diante das limitações impostas pela dificuldade de comunicação e contato entre regiões distantes, Martins (2009) reitera que “[...] A centralidade do ‘local’ e do ‘regional’ é exemplo, portanto, de uma estrutura que moldou a vida social por milênios, seja no Egito faraônico ou na França dos Bourbon [...]” (p.135). Para o autor, “[...] O ataque à independência da fortaleza regional é o trabalho da modernidade” (p.136).

Ainda segundo Martins (2009) alguns fatores contribuíram para derrubar a centralidade do “local” e do “regional”: as grandes navegações que conectaram a Europa, a América e o litoral africano; a emergência dos Estados Modernos que forjaram a ideia de nação resultando em maior uniformidade de comportamentos; o iluminismo que apostou firmemente na uniformização das sociedades. O autor ainda

cita que se acreditou que a globalização e capitalismo forçariam o fim das barreiras regionais.

No entanto, o que observamos nas últimas décadas é que “flexível, o capitalismo assume, por conseguinte, colorações diversas sobre a superfície do planeta e/ou dando novos significados a certos aspectos das culturas e dos espaços nacionais, regionais e locais” (MARTINS, 2009, p.138). Nesse sentido, Martins (2009) avalia que

Neste momento, reaparecem as regiões, de mãos dadas com a revalorização da memória. Ao olharem ao redor, as pessoas buscam encontrar elementos de continuidade, alguma quantidade de símbolos de permanência, certo legado do passado. Sem essas referências, tudo se torna insuportavelmente fugidio, transitório, sem sentido. [...] Para novamente se sentirem sujeitos, as pessoas querem “voltar a viver em lugares”, entendidos como espaços concretos tecidos por relações sociais que conformam cotidianamente suas experiências individuais [...] (p.139).

É visível que nas últimas décadas ressurge o interesse pelo local. Diante disso é importante uma breve reflexão sobre como o “local” e o “regional” são vistos pela história desde que esta é compreendida enquanto ciência.

É com o positivismo que a história ganha status de conhecimento científico. Para Reis (2006) “[...] A história-ciência estabeleceria leis - de ordem, de relação, de evolução – com as quais o historiador poderia conhecer o passado e prever o futuro [...]” (p.27). E é com a emergência desse novo paradigma historiográfico que história local cai no descrédito dos ditos historiadores de ofício. Afinal,

[...] A história geral era política, militar, diplomática, administrativa e eclesiástica. Estudar o Estado envolvia o estudo dos estadistas; estudar a guerra possibilitava o estudo das proezas militares dos generais; estudar relações internacionais implicava na publicação de memórias de embaixadores; estudar religião levava à reconstituição dos feitos de papas e bispos, geralmente santos e devotos; o estudo da história administrativa (escrita a partir de registros burocráticos encontrados em Paris) era entendida como sendo o estudo da história de todo um povo [...] (GOUBERT, 1992, p.72).

Apesar de desprezada pelos positivistas, a história local continuou sendo escrita nos moldes dos mesmos. Assim como a história dita oficial se interessava pelo grande estadista a história local se interessava pelo prefeito, pelo padre, porém essa história era e continua sendo, em sua grande maioria, principalmente no caso do Brasil, escrita por historiadores diletantes. Nesse sentido, afirma Correa (2002):

Em geral, a escrita da história local diletante contém uma avaliação positiva do processo histórico devido ao tratamento demasiado subjetivo por parte do seu autor, ao selecionar os “acontecimentos” que são artificialmente ordenados a fim de lograr uma linearidade lógica e harmoniosa ao desenvolvimento local [...] (p.14).

Para Golbert (1992), as primeiras tentativas sérias em história local foram feitas por historiadores que se situam entre os melhores, como é o caso de Sébastien Vauban, que se opoñdo à tese da despovoação, postuladas por Montesquieu e Voltaire, por meio de análises estritamente regionais provou que a população francesa cresceu perceptivelmente entre o final dos séculos XVII e XVIII. Mas foi somente nas últimas décadas que as pesquisas históricas voltadas para o âmbito local cresceram, principalmente na Europa:

[...] Em Portugal, por exemplo, ganhou foro de atividade científica a partir do Colóquio sobre Áreas Regionais Portuguesas, promovido pela Academia Portuguesa de História, em 1975 e desde então, difundiu-se como método válido para a produção historiográfica. (NEVES, 2008, p. 29)

O retorno à temática local justifica-se pela “[...] insatisfação em relação aos métodos históricos vigentes e da preocupação com o estabelecimento de novos tipos de questões históricas [...]” (GOUBERT, 1992, p.73). O responsável pelo interesse por novos temas é o movimento da nova história iniciado pelos Annales. Segundo Burke (1992),

[...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. [...] nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo. [...] O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural” sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço (p. 11).

Para Golbert (1992), a retorno a história local também está associada à noção de totalidade histórica, à ideia de que a história deve se interessar por todos, vejamos:

A volta à história local origina-se de um novo interesse pela história social — ou seja, a história da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes, a governavam, oprimiam e doutrinavam — pela história de grupos humanos algumas vezes denominados ordens, classes, estados. Tal história tinha um interesse tão grande em corpos e mentes de muitos quanto nos planos universais e reflexões profundas de poucos; tão preocupada com a história do pão, do óleo e do vinho, quanto com a história de estatutos corporativos e regras militares (p.73).

É perceptível que a nova história se esforça para escrever um novo tipo de história local, ou seja, ela se traduz “[...] numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território [...]” (NEVES, 2008, p. 31). É uma história de todos e não é a história local de outrora que não fazia mais do “[...] selecionar os acontecimentos que são artificialmente ordenados a fim de lograr uma linearidade lógica e harmoniosa ao desenvolvimento local [...]” (CORREA, 2002, p.14), uma vez que, ainda segundo Correa (2002), esse tipo de História Local foi rejeitado pelos *Annales*:

[...] Mas como uma das características do projeto de renovação da história da primeira metade do século XX foi sua contraposição às correntes anteriores, em especial a positivista, o seu discurso historiográfico foi, geralmente, de encontro àquela visão linear e de continuidades que se encontra muitas vezes na escrita da história local. Além desta visão historiográfica, a escrita da história local tem outras características que concorrem para o seu descrédito junto ao círculo de historiadores profissionais [...] (p.14).

Sendo assim, a nova história procura lançar um novo olhar sob a história local, abandonando as premissas positivistas de outrora, uma vez que vários trabalhos foram construídos nesses moldes. Nesse sentido,

[...] a história como área de saber foi ganhando prestígio e o seu enquadramento acadêmico, através de importantes investigações, encontros científicos, publicações criteriosas e, mais tarde, cursos de pós-graduação, conferiu à História Local e Regional exigências de rigor que agora são comumente reclamadas (PEREIRA, 2012, p.27).

Ainda sobre a história local no meio acadêmico, afirma, Neves (2008):

[...] A aceitação acadêmica e a qualificação metodológica da história regional e local, não decorreram, pois, do reconhecimento de eventuais méritos dos cronistas e eruditos locais, mas da instituição e subsequente generalização dos estudos pós-graduados em história, em todo o hemisfério ocidental, e da consequente evolução dos métodos da elaboração historiográfica (p. 30).

É inegável que na Europa houve um grande reconhecimento e aceitação da história local nos meios acadêmicos. Segundo Constantino (2004),

A academia não apenas aceitou a história local, mas até mesmo incentivou os homens para que entrassem em contato com uma História que narrasse o seu próprio passado. Uma nova forma de produzir História conquistava espaço, difundida a partir do grupo dos *Annales* (p. 03).

É também inegável a contribuição dos Annales e suas pretensões de história total na aproximação da academia e a história local. O movimento dos Annales ampliou significativamente os domínios da história possibilitando a inclusão de novas fontes e novos métodos que passaram fazer parte da ciência histórica. A história local é uma das possibilidades da nova história. Ela se justifica para os Annales na ideia de que a história é feita por todos e não somente os grandes vultos. Há também a possibilidade, em história local, de se questionar as versões cristalizadas e tão afirmadas pela história tradicional. Por meio do estudo local se pode corrigir vícios e generalizações que podem acontecer na história geral.

2.1 A HISTÓRIA LOCAL NO BRASIL

Se na Europa os estudos locais, como vimos, já se configuram como um importante instrumento nas investigações históricas, no Brasil a realidade é outra. Aqui os estudos locais e regionais, em sua grande maioria, ainda são feitos por historiadores amadores. Mas, como veremos, esse quadro dá sinais de mudança, uma vez que nas últimas décadas tem aumentado o número de estudos acadêmicos que privilegiam abordagens locais, bem como, surgiram cursos de pós-graduação que tem em suas linhas de pesquisa a temática local. Além disso, é perceptível que tais temáticas vêm ganhando espaço nos diversos currículos pelo país, inclusive amparados por lei, como é o caso do município de São Mateus.

Entretanto, faltam materiais, faltam pesquisas históricas relacionadas às tantas histórias locais que poderiam e deveriam ser ensinadas, debatidas em sala de aula. Suprindo essa falta, recorreremos aos textos de historiadores diletantes, amadores, sendo estes inclusive indicados no currículo da Rede Municipal de Ensino de São Mateus como bibliografia básica para os estudos locais.

Não se trata de desqualificar a história local amadora ou afirmar que esta é menos importante que a história produzida na academia. Como vimos, ela é um tipo de história como tantos outros tipos. Mas é necessário, antes de ensiná-la em sala de aula, submeter esse tipo de história à crítica. “Crítico a história local não significa negá-la” (MEDEIROS, 2015, p.26). Se a historiografia é o estudo dos diversos meios

e modos de escrever a história ao longo do tempo, é preciso compreender história local dentro de seu tempo, seu espaço.

Sendo assim, a fim de compreender a atual configuração dos estudos de história local no Brasil, traçaremos, a seguir, um breve histórico da historiografia brasileira com foco nos estudos locais e nos usos da história local em sala de aula. Como ponto de partida, destacamos a constituição da história enquanto “[...] matéria de pleno direito [...]” (NADAI, 1993, p. 145) determinada pelo colégio Pedro II, instituição que “[...] durante o Império funciona como estabelecimento-padrão de ensino secundário, o mesmo ocorrendo na República, sob a denominação de Ginásio Nacional [...]” (NADAI, 1993, p.146).

É importante destacarmos também a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Tal instituição surge no contexto de afirmação do Brasil enquanto nação no período pós-independência e tinha a função, dentre outras, de escrever a história do Brasil. De acordo com a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (1998),

Na verdade, composto, em sua maior parte, da ‘boa elite’ da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais [...] (p.127).

Nesse cenário de escrever uma história para o Brasil, sob a responsabilidade do IHGB e seus congêneres nas províncias, ganham força as corografias as quais eram escritas, em sua grande maioria por membros do Instituto. Tais membros eram representantes de classes de pessoas “[...] bem situadas nas hierarquias sociais e políticas da época” (MARTINS, 2009, p.140). Ainda segundo Martins (2009), tais “[...] corografias eram monografias municipais e regionais, que misturavam história, tradição e memória coletiva. Esses trabalhos tomavam como fundamento espaços bem recortados politicamente, que eram estudados em si mesmos” (p.140).

Na parte histórica das corografias eram expostos os fatos e acontecimentos considerados marcantes relacionados ao passado local estudado. Tais acontecimentos eram ordenados cronologicamente e eram atribuídos à grandes vultos da história local. Sobre a organização das corografias, Martins (2009) afirma que elas

Traziam descrições fisiográficas das regiões, exposição da fauna e da flora, inventários de recursos naturais. Em seguida, havia relatos das atividades econômicas; por último, os autores das corografias elaboravam efemérides e pequenas biografias de pessoas destacadas da história regional e local (p.141).

Para Medeiros (2015), “As corografias, estimuladas pelo instituto histórico e geográfico e pelos governantes tinha evidente finalidade de compor o quadro geográfico e histórico da nação, ou seja, conhecer suas localidades, algo indispensável para a construção da história nacional” (p.20). Para Martins (2009),

[...] as corografias forneceram até pelo menos a década de 60, os moldes e os elementos informativos para a elaboração de material didático usado nas escolas das localidades e regiões brasileiras, quando não foram, elas próprias, os textos de consulta direta das crianças nas aulas sobre história local e regional [...] (p.141).

No entanto, o que percebemos é que a escrita da história local e o seu uso no ensino de história local e regional no Brasil em formato de corografia não cessaram na década 60. Ao contrário, pelo menos nos médios e pequenos municípios ainda predominam as narrativas com estruturas que se assemelham às corografias. Apesar de uma recente e ainda tímida inclinação da academia em direção aos estudos locais, o caráter amador ainda é um traço marcante na escrita da história Local.

Nas últimas décadas, é possível percebermos um maior interesse por parte da academia pelos conteúdos locais. Isso se deu através da expansão e criação dos cursos universitários de graduação e principalmente pós-graduação em história. Entre os cursos de pós-graduação é importante citar cursos específicos voltados para o estudo local como, por exemplo, o mestrado em História Regional e Local existente na Universidade do Estado da Bahia – UNEB que tem produzido importantes estudos acerca da pesquisa e ensino da história local no estado da Bahia.

Com relação ao ensino de história no Brasil, Bittencourt (2009) aponta que a mesma aparece integrando o currículo denominado de humanismo clássico inspirado no modelo Francês, o qual privilegiava a história da Europa Ocidental e apresentava-a como a verdadeira história da civilização. Dentre os conteúdos, o que mais se aproximavam de uma abordagem mais relacionada à realidade do aluno era a história da Pátria que de acordo com Nadai (1993),

[...] surgia como um apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas (p.146).

Dessa forma, a história da pátria era ensinada como forma de despertar o patriotismo além do senso de moral e civismo. É importante acrescentarmos que o ensino de história era permeado por temas religiosos, característica marcante mesmo após a proclamação da república e a separação entre estado e igreja. De acordo com Bittencourt (2009),

A moral cívica vinculava-se então a uma moral religiosa. Esta predominava nos textos escolares, sendo comum a utilização e preleções com histórias sobre a vida dos santos, personagens que serviam como exemplo de caráter, de moral e de fé e tornavam-se, muitas vezes, heróis pelo martírio (p. 62).

Esse modelo de história que vemos surgir no Brasil nos primórdios do Império foi influenciado pelo paradigma positivista. Trata-se de uma história que narra os grandes feitos dos grandes homens da nação regida pelo método científico apropriado das ciências naturais e que tem como sentido o progresso da humanidade. Através dos documentos oficiais acreditava-se ser possível reconstruir o passado com exatidão, de forma objetiva e neutra. Segundo Bittencourt (2009),

A reconstituição do passado da nação por intermédio dos grandes personagens serviu como fundamento para a História escolar, privilegiando-se estudos das ações políticas, militares e de guerras, e a forma natural de apresentar a história da nação era por meio da narrativa (p.141).

Com o advento da república, o modelo de história centrado nos estudos europeus e fundamentado no modelo positivista permanecem, porém, como mostra Bittencourt (2009), o currículo humanístico sofre duras críticas no final do século XIX o que leva a uma mudança no tipo de currículo que, em consequência de uma maior especialização das disciplinas, passa a ser denominado currículo científico. Para Bittencourt (2009),

A história integrou-se nesse currículo sem maiores problemas. Seus objetivos ainda associados à formação de uma elite, mas com tendências mais pragmáticas. E a disciplina passou a ter uma função pedagógica mais definida em relação à sua importância na formação política dessa elite (p.80).

Nesse sentido, a história permaneceu por um longo período servindo para “legitimar um passado que explicasse a formação do Estado – Nação e para desenvolver o espírito patriótico ou nacionalista” (BITTENCOURT, 2009, p.81) fato que se perpetuou nos conteúdos da disciplina de história no Brasil. No entanto, os conteúdos relacionados à pátria, à história da nação ficavam em segundo plano:

[...] Prevalencia a ideia de que a identidade nacional deveria sempre estar calcada na Europa – o “Berço da Nação” – e de que a história nacional havia surgido naquele espaço. Esse ideário explica a razão de os estudos de História do Brasil começarem fora do espaço nacional. O Brasil nasce em Portugal e é fruto de sua expansão marítima. O povo brasileiro, constituído de mestiços, negros e índios, continuava alijado da memória histórica escolar e da galeria de heróis fundadores e organizadores do Estado-nação (BITTENCOURT, 2009, p. 81).

Um aspecto importante que deve ser ressaltado acerca do ensino de história nos tempos do império e também nas primeiras décadas da república é o seu caráter decorativo, ou seja, a memorização dos fatos e personagens históricos que prevaleceu durante esse período. Nesse sentido, cito Murilo Mendes (1935):

Nossos adolescentes também detestam a história. Voltam-lhe ódio estranhado e dela se vingam sempre que podem, ou decorando o mínimo de conhecimentos que o ‘ponto’ exige ou se valendo levemente da ‘cola’ para passar nos exames. Demos ampla absolvição à juventude. A história como lhes é ensinada é, realmente, odiosa [...] (p.41).

O relato é de 1935, uma distância temporal considerável em relação ao nosso tempo e refere-se a forma como a história era ensinada, afinal, “[...] aprender história significava saber de cor nomes e fatos com suas datas, repetindo exatamente o que estava escrito no livro ou copiado nos cadernos [...]” (BITTENCOURT, 2009, p.67).

De acordo com Bittencourt (2009), a Era Vargas foi marcada pela consolidação de uma memória histórica nacional e, além disso, verifica-se neste período, o surgimento do Ministério da Educação e, conseqüentemente, uma organização mais rígida e centralizada dos conteúdos escolares. Ainda de acordo com a autora, duas características marcaram o ensino de história neste período: “[...] a sedimentação de culto aos heróis da Pátria, consolidando Tiradentes como o ‘herói nacional’ e os festejos também nacionais do 7 de setembro [...]” (BITTENCOURT, 2009, p. 67).

Sendo assim, o estudo da história era caracterizado pelo acúmulo da maior quantidade possível de informações. No entanto, convém fazermos algumas indagações: seria possível afirmar que o ensino de história atual superou esse método de ensino? Os currículos ainda guardam marcas dessa forma de ensinar história? Mesmo que os currículos tenham sido totalmente reformulados, a forma do professor concretiza-lo em sala de aula, ou seja, os currículos praticados, foram reformuladas?

No currículo da rede municipal de ensino de São Mateus existem alguns conteúdos que sugerem que o aluno apenas conheça o nome de alguns políticos considerados importantes para o estado, como já demonstramos anteriormente. Sendo assim, indagamos: O quão significativo é para os alunos apenas conhecerem os nomes de determinados presidentes de província ou governadores de estado? Vale mencionar que o referido currículo passou por uma reformulação recentemente, porém, ainda persistem tópicos com um viés positivista que fogem completamente dos atuais princípios que norteiam o ensino de história.

Como vimos, desde sua constituição enquanto disciplina no Brasil, a História tinha seu foco no estudo da Europa, sendo os conteúdos nacionais deixados em segundo plano, com quantidades de aulas ínfimas. O conteúdo local não era exigência no ensino de história e seu estudo estava restrito às monografias regionais denominadas corografias. É somente a partir da década de 1930, com a implantação dos estudos sociais em substituição à história e à geografia que o local passa a ser exigido nas aulas de história.

Para Bittencourt (2009), os estudos sociais visavam a integração do aluno na sociedade auxiliando sua inserção em sua comunidade. A autora argumenta que em relação ao ensino da história local, tal fundamentação sugeria que os “[...] estudos fossem iniciados com base nas realidades próximas das crianças, tanto no tempo como no espaço. Nessa perspectiva, o passado mais próximo era, antes de tudo, o imediato: o familiar, o local o escolar [...]” (p.73). Dessa forma, os conteúdos eram selecionados a partir do princípio dos “círculos concêntricos”, ou seja, os estudos se organizavam de acordo com o espaço mais próximo para o mais distante. Nesse modelo, a história local era usada, principalmente nas séries iniciais, como introdução do aluno na compreensão de seu em torno e posteriormente eram introduzidos sucessivamente os temas regionais, nacionais e mundiais.

Os estudos referentes à história local no Brasil começam a receber maior atenção por parte da academia a partir dos diversos cursos de pós-graduação influenciados pela Nova História que surgiram pelo país após a década de 1970 pelo país como destaca Fernandes (1995):

Com a renovação teórico-metodológica da Ciência da História, ocorrida no Brasil a partir dos anos 70/80, e a criação dos cursos de mestrado e doutorado em História no país, abriram-se perspectivas para uma produção historiográfica que desse conta das especificidades locais. Assim, a História Local passa a ser paulatinamente objeto de investigações científicas (p. 45).

Martins (2009) também discorre sobre a inclinação da academia em direção a história local que ocorre inicialmente no estado de São Paulo. De acordo com ele,

Nas décadas de 1960 e 1970, quando o grosso da produção historiográfica brasileira já ocorria no âmbito da universidade, assistiu-se ao embaralhamento do nacional e do regional. A Universidade de São Paulo (USP) lançou uma torrente de pesquisas históricas, atualizadas e rigorosas [...], abordando principalmente aspectos da história paulista. A hegemonia econômica de São Paulo possibilitou a identificação de sua história com a história do Brasil mais recente [...] (p.141, 142).

E sobre os estudos regionais fora de São Paulo, Martins (2009) afirma que os mesmos ganharam força a partir da década de 1980. Segundo ele,

[...] No interior dos programas de pós-graduação em História, os estudantes ampliaram o trabalho com temas e acervos documentais regionais, preocupando-se com a construção de bancos de dados variados [...]. Desenvolveu-se, portanto, nas novas gerações de historiadores brasileiros o apreço pelas conexões intrincadas e oblíquas entre o regional, o local e o nacional, em que o elemento espacial ganha relevância, ombreando-se ao tempo (p. 142).

A história local ganha espaço nas universidades em consequência de uma maior descentralização dos cursos de mestrado e doutorado que foram implantados nas universidades pelo interior do país a partir da década de 1980. Nesse sentido, a partir da multiplicidade de temas e fontes regionais, a história local contribuiu e ainda contribui para rever temas que outrora eram tratados de forma generalizada pela história nacional ou geral, afinal o estudo local é capaz de ver mais de perto, ver as especificidades de seu objeto. Como relata Graça filho (2009), a história local é “[...] capaz de revelar os detalhes mais finos e variados da experiência humana, corrigindo as generalizações apressadas que distorcem a realidade” (p.48).

Segundo Figueira e Miranda (2012),

O panorama que se percebe atualmente nas universidades brasileiras e em outros importantes centros universitários pelo mundo tem demonstrado maior receptividade aos estudos da história local e regional. Talvez esse crescimento esteja ligado às próprias vicissitudes e transformações aceleradas que se vivem, atualmente, em função da realidade incontestável da globalização econômica e cultural que atinge em cheio todo o planeta (p.111).

Não demorou muito para que essa nova história local passasse a integrar os currículos pelo país. O PCN de história para os anos iniciais do ensino fundamental “[...] tem como conceitos básicos a cultura, a organização social e do trabalho e noções de tempo/espaço históricos a serem introduzidos a partir do processo de alfabetização [...]” (BITTENCOURT, 2009, p. 113). Assim como as propostas baseadas nos círculos concêntricos, a história local nos PCN’s também é utilizada como meio de introduzir o aluno na compreensão da realidade local, porém, “[...] a preocupação maior, na atualidade, é estabelecer articulações constantes, nas diferentes séries, entre o local, o nacional e o geral [...]” (BITTENCOURT, 2009, p.114). De acordo com Fernandes (1995),

O ensino de história local vem, de certa forma, romper com esta visão tradicional em que se priorizava o estudo da chamada “História Geral da Civilização Brasileira” na tentativa de se passar para nossos alunos a ideia de um Brasil homogêneo, sem diferenças, conflitos e contradições sociais e um passado unívoco a ser “decorado” e utilizado apenas nos exames de arguições [...] (p. 46).

A reflexão que propomos é direcionada ao uso acrítico da história local amadora no ensino de história, uma vez que nas últimas décadas ela figura entre os currículos e conteúdos básicos para o ensino de história desde os anos iniciais até o ensino médio. No caso específico de São Mateus, o espaço de estudo deste trabalho, a história local aparece como conteúdo obrigatório amparado por lei municipal, fato que analisaremos em capítulo posterior. Sendo assim, muitos currículos adotaram bibliografias amadoras como referência à história local. Nosso questionamento, aqui, é quanto a ideia de veracidade trazida por tais conteúdos. Tais referências podem ser encaradas e entendidas como a “verdadeira história local” quando, na verdade, deveriam ser apenas ponto de partida para a investigação da história local.

2.2. PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM SÃO MATEUS

A partir deste ponto, faremos algumas considerações acerca da pesquisa histórica local e seu ensino nas escolas da rede municipal de ensino de São Mateus. Como demonstrado, tais estudos em São Mateus, na sua grande maioria, são feitos por historiadores amadores, fato que pode ser facilmente verificado. A princípio, destacamos uma obra, em especial: trata-se da primeira edição do livro “História de São Mateus” de autoria de Nardoto e Oliveira publicado em 1999. O motivo pelo qual começamos essa abordagem mencionando este livro, é o fato do mesmo ser a bibliografia básica indicada no currículo da rede municipal de ensino para trabalhar história Local.

Em uma matéria especial publicada pelo jornal A Gazeta no ano de 1998, em comemoração aos 454 anos de São Mateus, uma parte é dedicada ao livro de Nardoto e Oliveira (1999), que estava nos momentos finais para ser concluído e publicado. De acordo com o jornal,

A ideia surgiu a partir da constatação dos autores que, apesar da Lei Orgânica do município, no inciso VIII, do artigo 199, de abril de 1990, determinar que o ensino histórico do município nas escolas, não há material para que os professores repassem isso para os alunos (PESQUISADORES, 1998).

Chama a atenção o fato de que alguns meses antes da publicação do livro, fora aprovada na Câmara Municipal a lei 583 de 1998 que obriga o ensino da história e geografia nas escolas do município. A partir de então, a história local aparece no currículo de ensino da rede municipal trazendo como referência básica o livro de Nardoto e Oliveira (1999). Exemplos do livro foram entregues em todas as escolas de São Mateus e se tornaram referência básica para leigos e até mesmo pesquisadores que se interessassem pela história de São Mateus. Cabe ressaltar que recentemente o referido livro foi reeditado e, novamente, exemplares foram distribuídos em escolas do município, tanto da rede municipal quanto da rede estadual de ensino.

O livro de Nardoto e Oliveira (1999) trata-se de uma publicação em formato de corografia que apresenta a história local com viés positivista, linear, vista de cima e com foco nos grandes líderes e feitos locais. Entendemos o referido material como a narrativa de uma sucessão de eventos até então considerados importantes para a história local. Tomamos a liberdade de classificar tal livro valendo-nos das palavras

de Bertolt Brecht (2000, p.144): “em cada página uma vitória”. No entanto, quem preparava os banquetes comemorativos, “quem pagava as despesas? ” Onde estão os vencidos na história de São Mateus?

Nesse sentido, apesar de sua importância enquanto fonte de pesquisa para a pesquisa e o ensino da história local, a obra de Nardoto e Oliveira (1999) carrega uma noção de temporalidade vazia e homogênea. Em sua narrativa facilmente percebemos um acúmulo de fatos e acontecimentos, geralmente ligados à história dos vencedores, além da ideia de progresso que contempla uma evolução desde os primórdios, com a chegada dos primeiros desbravadores até os dias atuais. Quanto à abordagem do Porto em tal obra, constatamos que acontece de forma vaga, com poucas menções, portanto, trata-se de uma história a ser contada, redescoberta, ressignificada a partir de outras metodologias e pontos de vista.

Além da referência acima citada, existem outros livros produzidos por historiadores amadores que, apesar de não constarem nas indicações do currículo de história da rede municipal, são bastante utilizados pelos professores no trato com a história local, referimo-nos às obras escritas por Maciel de Aguiar. Dentre suas várias publicações, destacamos a coleção história dos vencidos que aborda a história de alguns personagens que se destacaram entre os escravizados como, por exemplo, Zacimba Gaba, Negro Rugério. O autor, já na introdução da referida coleção, afirma estar trazendo a história dos vencidos, que o mesmo diz ser a verdadeira história de São Mateus (AGUIAR, 2005).

É preciso então fazer um questionamento: livros como o de Nardoto e Oliveira (1999), devido ao seu modelo historiográfico considerado ultrapassado pela ciência histórica, deveriam ser descartados pelos professores? Quem nos responde é Darnton (1986). De acordo com ele, “[...] é sempre possível fazer perguntas novas ao material antigo”. Sendo assim, diante da situação de falta de materiais descrita pelos professores, todos os escritos sobre a história local têm potencial para nos ajudar a compreendê-la. O historiador que se inspira nas ideias da História Nova tem consciência de que até mesmo um livro precisa ser interrogado. Uma das grandes contribuições de Bloch (2001) é justamente inaugurar a história problema, aquela que se faz a partir das

dúvidas, dos questionamentos. Para o pai dos *Annales*, as fontes não falam por si, é necessário interrogá-las.

Com relação à Lei 583/98 que obriga o ensino de história no município de São Mateus, cabe fazer algumas observações e questionamentos. Diante das condições pelas quais foi aprovada, até que ponto tem como foco principal a efetivação do ensino de história local? A lei é cumprida? A Secretaria Municipal de Educação – SME oferece condições para que o ensino de história local aconteça de maneira satisfatória e significativa?

O artigo 4º da lei menciona que:

Caberá à Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde – Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Obras e Transportes a articulação necessária às escolas para elaboração dos Projetos e programação das aulas práticas, no que concerne ao deslocamento dos alunos aos locais de interesse histórico e geográfico do município de São Mateus (SÃO MATEUS. Lei 583, 1998, art. 4).

Entendemos como suporte necessário, principalmente o transporte dos alunos até os lugares da memória de São Mateus para uma possível aula de campo, bem como, o apoio para pesquisas e confecção de materiais referentes à história local. Para tanto, é necessário planejamento para que a mesma não se transforme em um mero passeio ao Sítio Histórico, mas que produza bons frutos em prol de um ensino de história local e regional.

Outro ponto importante trazido pela lei refere-se à formação continuada de professores. De acordo com artigo 5º, a “Secretaria Municipal de Educação deverá, no início de cada ano letivo, capacitar o corpo docente organizando cursos, seminários, e encontros que venham a elevar o conhecimento sobre a história e geografia do município de São Mateus” (SÃO MATEUS, 1998). Quanto a este trecho da lei, em especial, acreditamos ser importante relatar que após seis meses atuando como docente, somente quando recorremos à SME em busca de dados e fontes para o projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação é que descobrimos a existência da referida lei. Assim, outros professores desconheciam-na, fato compreensível, uma vez que muitos dos aprovados no último concurso vieram de outros municípios e até mesmo outros estados. Portanto, é notório que a formação

continuada se faz necessária visto que os professores enfrentam dificuldades para trabalhar a história local e até mesmo a desconhecem.

Outro aspecto importante acerca do ensino da história local em São Mateus refere-se ao Programa de Ensino da Rede Municipal de Ensino. Analisaremos a partir desse momento as duas últimas versões do referido documento, ou seja, a do ano de 2013 e a última versão que passou a vigorar a partir de 2019. Na versão antiga identificamos 34 tópicos relacionados à temas locais e regionais distribuídos entre o sexto ao nono ano do ensino fundamental, sendo que, o sexto ano é o que menos contempla tais temáticas, apresentando apenas o seguinte tópico: “Caracterizar o modo de vida primitiva do norte do ES, valorizando os sítios arqueológicos locais bem como a contribuição dos estudos e pesquisas para compreendermos melhor a cultura do nosso povo” (SÃO MATEUS, 2013).

Na mesma versão antiga (SÃO MATEUS, 2013), no tocante aos temas específicos sobre São Mateus, identificamos um total de 19 tópicos. Percebemos que, em partes, os mesmos estão em consonância com as orientações trazidas pelos PCN’s para o ensino de história, pois os tópicos estão distribuídos de maneira integrada aos conteúdos da História do Brasil e Geral. No entanto, o ponto que questionamos é o fato de o currículo ainda carregar um viés demasiado positivista, principalmente no que se refere aos temas locais. Isso fica muito evidente em alguns trechos em que o mesmo exige apenas que os alunos conheçam determinados políticos e suas ações, como podemos perceber no tópico “Conhecer os administradores de São Mateus no período imperial” ou ainda “Conhecer os prefeitos de São Mateus e caracterizar suas administrações”. Quanto a essas constatações, é importante mencionar que, como defende Bittencourt (2009) a história local não deve se prestar a apenas contar a história do poder local, privilegiando grandes personagens. Goubert (1992) também nos ensina que

“[...] A volta à história local origina-se de um novo interesse pela história social — ou seja, a história da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes, a governavam, oprimiam e doutrinavam — pela história de grupos humanos algumas vezes denominados ordens, classes, estados [...]” (p.73).

Portanto, da forma como alguns conteúdos são apresentados no currículo, o aluno é apenas um espectador que assiste a história passar, quando, na verdade, o ensino de história local deve ajudar a inserir o aluno na realidade da localidade onde vive,

evidenciando suas mazelas, dificuldades e contradições. É dessa maneira que, “O trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar a historicidade e a identidade dele” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.139)

O referido currículo da rede Municipal de Ensino passou por uma reformulação recentemente com o objetivo de adequá-lo às exigências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a qual contou com a participação de uma comissão formada por cinco professores de história da rede municipal de ensino. A nova versão do programa de ensino foi apresentada pela Coordenação de Área de História aos demais professores em um planejamento coletivo ocorrido no dia oito (08) de abril de 2019. Nessa nova versão percebe-se a supressão de alguns dos tópicos referentes à história de São Mateus. No entanto, quanto aos conteúdos locais que permaneceram no currículo constata-se que estes ainda são fortemente marcados pelo viés positivista como é o caso dos seguintes tópicos: “Conhecer os administradores de São Mateus no período imperial” e “Conhecer os presidentes provinciais do Espírito Santo” (SÃO MATEUS, 2019).

Outra observação a ser feita a partir dessa nova versão do programa de ensino é o fato do mesmo não trazer mais as indicações de bibliografias para o trabalho com história local e regional. No entanto, foi entregue aos professores no mesmo dia da apresentação do novo currículo, um material elaborado pela Coordenação de Área de História para suprir a carência de materiais e facilitar o trabalho dos professores no trato com as temáticas locais. Ao analisá-lo, percebe-se que se trata de uma caracterização do Estado do Espírito Santo e do município de São Mateus com informações relativas aos símbolos oficiais, aspectos históricos e geográficos, econômicos e climáticos.

Com relação aos aspectos históricos, o material não difere muito do livro de Nardoto e Oliveira (1999), pois também traz uma narrativa linear que contempla apenas grandes acontecimentos locais como, por exemplo, a Batalha do Cricaré, a criação do município de São Mateus e a escravidão. Além disso, menciona o Porto e sua centralidade no desenvolvimento proporcionado pela farinha de mandioca e a compra e venda de escravos.

Não se trata de menosprezar tais temas, como se estes não fossem necessárias para o conhecimento e a formação intelectual de nossos alunos e, portanto, deveriam ser

banidos do currículo. Obviamente, é importante que nossos jovens aprendam sobre a batalha do Cricaré bem como, a história econômica e política Local. O que questionamos é a narrativa histórica que privilegia apenas tais assuntos, quando na verdade, hoje já se tem a consciência de que a história não se faz somente nos campos de batalhas ou nos gabinetes dos governantes. Ela acontece também no cotidiano das pessoas comuns e isso deve ser levado em conta quando trabalhamos o local em sala de aula.

2.3. O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL: O QUE DIZEM OS PROFESSORES

No intuito de nos aproximarmos da visão dos professores sobre a história local em São Mateus realizamos com os mesmos um total de onze entrevistas semiestruturadas, procurando colher informações que ajudassem a compreender como acontece tal ensino e quais as dificuldades enfrentadas pelos mesmos para colocá-lo em prática.

As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2018 e foram de grande importância para esta pesquisa, uma vez que, tivemos a oportunidade de ter contato com outros professores, envolvidos em realidades distintas de outras escolas, de outros bairros de São Mateus. Salientamos que, por uma questão ética, os nomes verdadeiros dos professores foram substituídos por nomes fictícios, a fim de preservar suas identidades.

Para analisar as entrevistas valemo-nos de três categorias de análise que julgamos ser pertinentes para alcançar os objetivos da pesquisa. Em primeiro lugar, buscamos compreender qual a importância dada pelos professores ao ensino de história local. Posteriormente, buscamos identificar e analisar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes para colocar em prática o ensino de conteúdos históricos locais. E por fim, procuramos descobrir como, mesmo diante das dificuldades, esse tipo de história tem sido ensinada, quais os métodos usados pelos professores e a quais materiais eles têm recorrido.

No que se refere à importância dada pelos professores ao ensino de história local, pudemos perceber que a maioria pareceu reconhecer a relevância de tais conteúdos. De acordo com uma professora,

[...] é fundamental trabalhar a história local, a história do município de São Mateus em sala de aula. Porque, de certa maneira, o aluno vai perceber que a história não é algo tão distante dele. [...]. É quando você vai ensinar sobre o município, sobre os fatos que aconteceram aqui, e vai relacionar isso ao patrimônio local, o aluno irá perceber que a história está próxima dele. E quando ela está em torno dele, ela fica mais atrativa, não é tão distante, não é só a história do presidente, dos generais. É a história dele também, da família dele, então ela se torna mais atrativa e isso é fundamental. (MOURA, 2018)

Um outro professor entrevistado menciona o fato do aluno se perceber enquanto sujeito histórico a partir do estudo da história local em sala de aula. De acordo ele, com o ensino desse tipo de história,

[...] O aluno consegue se perceber dentro da história. Você consegue ali mostrar para o aluno que essa história que eles veem ali, muito mais a história do Brasil não é algo distante, ele está inserido nela. E aí quando você traz isso para uma história local, você vê que o aluno se sente sujeito da história (FERNANDES, 2018).

Outro ponto relevante acerca da história local mencionado por um dos professores entrevistados é a sua contribuição para a formação da identidade do aluno. De acordo com a professora Lorena, a história local é “[...] de extrema importância, porque [...] é a identidade do aluno, é onde ele se conhece, ele se pertence [...]” (SANTOS, 2018). Nessa mesma perspectiva, a professora Alessandra menciona que “[...]os nossos alunos precisam conhecer a própria história para ter uma identidade” (RODRIGUES, 2018).

Portanto, o que pudemos perceber ao analisar as entrevistas buscando entender a importância dada a história local pelos professores é que na maioria vezes apresentou-se consciência da relevância de tais conteúdos na formação do educando. Além disso, os argumentos usados pelos docentes, na maioria das vezes, estão em harmonia com os autores que discorrem sobre a relevância da história local. A ideia de uma história mais próxima da realidade do educando, que mostra ao mesmo que ele é um sujeito no processo histórico e também a questão da formação da identidade dos alunos estão presentes em Bittencourt (2009), Schmidt e Cainelli (2009).

Apenas um dos professores apresentou como justificativa a ideia de que primeiramente o aluno deve conhecer a sua história para depois conhecer a história dos outros. De acordo com suas palavras:

[...] até porque eu penso que você precisa conhecer, de fato, a sua história, aonde você está inserido inicialmente, para depois você partir para a história dos outros. Então mais do que nunca, você conhecer a sua própria história, a história local onde você vive, a história do povo que te cerca, com certeza a história da sua família, para depois conhecer os outros (OLIVEIRA, 2018).

Tal forma de se ensinar história, ou seja, partindo de uma realidade mais próxima do aluno para uma mais distante, foi analisada por Bittencourt (2009). Segundo a autora, esse tipo de história se enquadra na modalidade dos círculos concêntricos. No entanto, na atualidade os autores trabalham com a ideia de uma história local integrada à temas mais gerais e nacionais. De acordo com as palavras da autora,

Diferentemente das propostas baseadas nos círculos concêntricos, que também utilizam a história local como forma de introduzir o aluno na compreensão do mais próximo, a preocupação maior, na atualidade, é estabelecer articulações constantes, nas diferentes séries, entre o local, o nacional e o geral (p.114).

Procuramos, também, analisar a partir das entrevistas quais as principais dificuldades percebidas pelos professores para se colocar em prática o ensino de história local. O que chamou bastante a atenção foi o fato de que dos onze professores entrevistados, dez afirmaram que um dos principais empecilhos para o ensino da história local decorre da falta de materiais. De acordo com Maria Helena,

[...] são materiais, realmente, porque cada escola municipal tem suas dificuldades de estar fornecendo material [...] as dificuldades são mesmo materiais, mas o que tem a gente explora. Eu explorei muito, eu exploro muitos livros do Maciel e os livros do Eliezer Nardoto (DUTRA, 2018).

A professora Ellen, quando perguntada sobre a dificuldade que enfrenta para ensinar a história local, responde de maneira enfática que:

É, sem dúvida alguma, a maior dificuldade é material para se trabalhar [...] E aí que está a maior dificuldade: é muito complicado encontrar esse material, os poucos livros que nós temos no município, alguns até possuem informações duvidosas, então a gente tem que saber muito bem o que a gente escolhe para trabalhar em sala de aula. Não é fácil. Produzir material para trabalhar com história local, história de São Mateus em sala de aula, hoje não é uma tarefa fácil (MOURA, 2018).

Portanto, de acordo com as entrevistas junto aos professores, ficou evidente que para eles a carência de materiais é o principal problema que dificulta o ensino de história local. Porém, é preciso fazer alguns questionamentos sobre tais materiais. O que seria

um material de história local? Estaríamos apenas considerando o texto didático, pronto e acabado como nosso único material de ensino? A ideia do alargamento das fontes iniciada por Bloch (2001) não deve ficar somente limitado no campo acadêmico onde se pesquisam e se escrevem as grandes teses históricas. Ela pode e deve acontecer também dentro das salas de aula. Professores precisam compreender que, até mesmo em sala de aula, a noção de fonte histórica deve extrapolar o texto escrito, ou as produções didáticas.

Como observado por Bittencourt (2009), não se trata de transformar o aluno em um “pequeno historiador”, visto que, “[...] para os historiadores, os documentos têm outra finalidade, que não pode ser confundida com a situação do ensino de História” (p.328). Quanto ao uso dos mesmos em sala de aula, Bittencourt nos diz que além de ser usado como ilustração para reforçar uma ideia trabalhada pelo professor, o documento

Pode servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos, etc., ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de *situação-problema*, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou o tema histórico a ser pesquisado (2009, p.330).

Uma última categoria de análise utilizada nessa etapa da pesquisa refere-se à forma como os professores, mesmo em meio às dificuldades mencionadas, têm trabalhado a história local em sala de aula e a quais materiais tem recorrido. Um fato relevante neste ponto é que a maioria dos professores informaram abordar a temática local de maneira integrada aos conteúdos de história geral e história do Brasil. Vejamos algumas respostas dadas pelos docentes. De acordo com um deles, atualmente trabalha tais conhecimentos

[...] de forma bem superficial a gente tenta fazer um...casar o conteúdo que a gente já trabalha normalmente, presente aí na grade, e quando existe a oportunidade de trazer para a realidade local. [...] a gente tenta sempre buscar um gancho, né? Chegar ao ponto de que o conteúdo que está sendo trabalhado permita a gente fazer um parêntese e tentar trazer para a realidade deles, quando possível. Então conteúdos que, de repente, não sejam possíveis fazer esse gancho, realmente passa, né? (GOMES, 2018).

De acordo com a afirmação do professor, ele trabalha tais conteúdos históricos [...] quase sempre fazendo uma relação da história mais ampla com a história local. Sempre que cabe algum exemplo, para que o aluno possa entender dentro da

realidade dele, da história local, eu ensino a história local nesse sentido [...] (OLIVEIRA, 2018).

Uma das entrevistas, em especial, chamou-nos mais atenção, pois nela foi possível perceber maior zelo e preocupação com o ensino de história local. Segundo a professora entrevistada,

Atualmente, eu trabalho com turmas de ensino fundamental II, sextos anos e nonos anos. E eu sempre coloco os conteúdos de história local junto com os conteúdos de história do Brasil. Então, por exemplo, no sexto ano a gente trabalha sobre indígenas, a formação, o início da formação do povo brasileiro, né? Então, querendo ou não, eu trabalho sobre a história do município de São Mateus e os povos nativos que viviam aqui antes da chegada dos colonizadores, antes da chegada dos portugueses. Falo sobre a cultura deles, sobre religião, como eles viviam, quais eram as características dos povos que aqui habitavam. E no nono ano normalmente relaciono a história de São Mateus, mas principalmente a história, querendo ou não, social e política à história do Brasil. Então eu pego o governo na época, o presidente, por exemplo do período, e relaciono o que estava acontecendo nessa época aqui dentro de São Mateus (MOURA, 2018).

Um dos docentes, menciona os recursos utilizados em suas aulas para abordar a história local. De acordo com ela,

Quando a gente não tinha os recursos midiáticos, eu trabalhava com livro, com quadro, passando os tópicos mais interessantes. Mas agora não, agora eu preparo as aulas em Power Point e passo para meus meninos de uma forma mais agradável, porque a gente não tem material para todos os meninos. E aí a gente trabalha dessa forma (RODRIGUES, 2018).

Sendo assim, foi possível perceber que parte dos professores, coerentes com as ideias defendidas por autores como Bittencourt (2009), compreendem a história local como conteúdo que não deve ser trabalhado separadamente, mas integrado aos conteúdos gerais. No entanto, para alguns dos entrevistados, apesar de compreenderem a importância da história local, afirmaram que tais conteúdos são incluídos apenas quando é possível trazer algum exemplo referente a realidade local, ou seja, para alguns docentes esse tipo de história ainda é encarado como um mero exemplo para ser usado durante as aulas.

Um fato que chamou atenção nas falas de um dos entrevistados refere-se a falta de conhecimento a respeito da história local. Segundo a professora Lorena, quando perguntada se aborda conteúdos históricos locais em suas aulas, afirmou que “Nem sempre. Eu tento, na medida do possível. Mais pela falta de conhecimento sobre a história local do que pela minha vontade” (SANTOS, 2018). A fala da entrevistada é

importante pois nos leva a fazer algumas considerações acerca do tratamento dado pela Secretaria Municipal de Educação às questões relacionadas à história local, no que se refere à formação continuada dos docentes.

Recordamos que ao longo desses três anos atuando em São Mateus não aconteceu, por parte da Secretaria Municipal de Educação, nenhuma formação voltada para assuntos relacionados à história local. Sendo que a única ocorrida neste período fora ofertada como projeto de extensão intitulado: “Formação Continuada em História”, por meio do curso de Pedagogia, em parceria com os programas de mestrado da Faculdade Vale do Cricaré, Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional e Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação. Tratava – se de parte da pesquisa de mestrado intitulada *O reconhecimento do patrimônio cultural imaterial nas aulas de história nos anos finais do ensino fundamental em São Mateus* - es de Marília Alves Chaves Silveira (2017). De acordo com a pesquisadora, o trabalho

[...] objetivou propiciar aos docentes, informações conceituais, legais e sugestões de práticas pedagógicas que contemplem temas atuais do ensino de História, dentre eles, o ensino de História e suas contribuições para o reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial local, além de ser um momento para a coleta de dados da pesquisa (p.55).

Apesar dos encontros terem acontecido em finais de semana, dias destinados ao descanso dos professores, avaliamos como positiva a iniciativa da pesquisadora em ofertar o curso de formação continuada. Porém, o que questionamos é o papel do poder público nesse processo, afinal, como menciona a lei que obriga o ensino de história local no município em seu Artigo 5º “A Secretaria Municipal de Educação deverá, no início de cada ano letivo, capacitar o corpo docente organizando cursos, seminários e encontros que venham a elevar o conhecimento sobre a história e a geografia do município de São Mateus” (SÃO MATEUS, 1998). Neste ponto, flagrantemente, a Lei não é cumprida.

A questão se torna ainda mais relevante se levarmos em conta que a maioria dos professores de história aprovados no último concurso do magistério municipal vieram de outras cidades e até mesmo de outros estados. Portanto, as informações referentes à obrigatoriedade do ensino de história local deveriam ter sido repassadas aos docentes logo após a assunção ao cargo. Nas entrevistas, questionamos aos

professores se eles tinham ciência da existência da referida Lei e alguns simplesmente a desconheciam. Quando questionado, um dos professores, responde que

Descobri recentemente, não fazia ideia. Descobri que... me parece que uma das aulas que a gente tem aí, eram três no passado, passaram a ser quatro, porque uma era destinada ao ensino de história local. Descobri semana passada isso, não fazia a menor ideia (GOMES, 2018).

É importante esclarecer que a quantidade de horas/aulas semanais da disciplina de História não está especificada na Lei 583/98 que trata do ensino de história local. A mesma apenas cita no artigo 3º que

“a carga horária para a aplicação do ensino será definida, após estudos, pela Secretaria Municipal de Educação, devendo, entretanto, ser observados, para as aulas práticas, o mínimo de 18 (dezoito) horas distribuídas de acordo com o calendário anual (SÃO MATEUS, 2018).

No entanto ficou decidido pela Secretaria Municipal de Educação que as aulas de história passariam de três para quatro horas/aulas semanais, sendo este acréscimo destinado ao trabalho com a história local. Uma das professoras entrevistadas menciona este episódio. De acordo com ela,

[...] São Mateus tem uma história tão rica que de três aulas, que era o currículo escolar, eu lembro que em 1999, nós organizamos nosso grupo de história e a gente, assim, de três aulas que era no currículo, nós colocamos quatro, uma por semana a gente fazer o reflexo da história do nosso município (DUTRA, 2018).

Assim sendo, percebemos que a garantia do ensino de história local em São Mateus trazida pela lei municipal 583/98, bem como, a existência de uma hora/aula semanal a mais para se trabalhar os conteúdos locais, tratam-se de grandes avanços. No entanto, constatamos também uma carência no que se refere à formação continuada dos professores, esta que, como visto, é um direito garantido pela mesma lei que estabelece que esta formação deveria ser ofertada no início de cada ano letivo.

2.4 A PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA LOCAL EM SÃO MATEUS

Quanto às pesquisas em história local no município de São Mateus, destacamos que até pouco tempo atrás predominavam aquelas feitas por historiadores amadores. Nesse sentido, relatou Russo (2007), em seu estudo acerca das relações de poder em São Mateus durante o Segundo Reinado, sobre a dificuldade de escrever sobre a

região de São Mateus, uma vez que, os estudos históricos até então haviam priorizado o sul da província. No entanto, começam a surgir estudos históricos acadêmicos que privilegiam temas regionais.

Nesse aspecto, é importante mencionar alguns estudos, entre artigos, teses e dissertações, produzidos ao longo dos últimos anos e que tem como foco a região de São Mateus. Primeiramente, destaco a tese de Anna Lúcia Côgo (2007) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. Côgo privilegia a [...] “caracterização na caracterização das estruturas agrárias da região norte da província do Espírito Santo na segunda metade do século XIX, mais especificamente no espaço geo-econômico denominado neste estudo de região de São Mateus [...] (CÔGO, 2007, p.11).

Outros dois estudos importantes que podem auxiliar na compreensão da realidade local em São Mateus são os trabalhos de Maria do Carmo Oliveira Russo. Um desses estudos de Russo (2007) trata-se de uma dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN/UFES e tem como foco as relações de poder na região de São Mateus. Para tanto, a autora aborda aspectos da formação política, social econômica do município de São Mateus e toma como recorte temporal o período imperial.

O próximo estudo da autora que mencionamos é sua tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Na pesquisa, Russo (2011) faz uma análise dos aspectos econômicos e demográficos referentes à escravidão em São Mateus entre os anos de 1848 e 1888.

Além desses trabalhos, destacamos o texto de Sofia Maria Valente Simões dos Santos (2017). Referimo-nos à sua dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFES intitulada “*São Mateus: Do Lugar à Vila*”. Em sua pesquisa, que se insere no âmbito da História do Urbanismo Colonial no Brasil, Santos analisou criteriosamente várias fontes cartográficas, relatos de históricos, livros, dentre outras a fim de compreender a evolução urbana de São Mateus. O

resultado é um estudo minucioso que nos ajuda a entender os momentos de povoação da região de São Mateus.

Ainda em relação aos estudos locais na região São Mateus, é importante mencionar a contribuição do Centro Universitário Norte do Espírito Santo - CEUNES, o campus da UFES em São Mateus. O mesmo não oferece a graduação em história, porém, dispõe do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica – PPGEEB, que fora criado para oferecer um espaço de produção de conhecimento e formação para professores de São Mateus e adjacências. Desde a criação do programa, tem sido uma das possibilidades para a pesquisa de temas locais, uma vez que, o mesmo tem algumas linhas de pesquisa que privilegiam os estudos voltados para as temáticas regionais e locais, o que tem gerado bons resultados para a pesquisa de temas locais. Destacamos, por exemplo, a dissertação de Diego Romerito Braga Barbosa que em seu estudo abordou

[...] os possíveis diálogos e influências do ensino de História na construção identitária dos educandos/as do Ensino Médio regular da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Córrego de Santa Maria”, residentes nas comunidades remanescentes de quilombos do entorno do distrito rural de Córrego de Santa Maria, em São Mateus (ES) [...] (BARBOSA, 2017).

Outro estudo possibilitado pelo PPGEEB foi a dissertação defendida por Rosimar de Oliveira Silva, onde a autora apresentou “[...] como foco central a análise dos processos de construção de identidade entre alunos do 9º ano do ensino fundamental da escola Estadual Pio XII no Município de São Mateus no Norte do Espírito Santo [...] (SILVA, 2018). Portanto é possível perceber que o PPGEEB tem sido uma ponte importante para que professores da região de São Mateus, bem como outras regiões, possam ter contato com o mundo acadêmico e dessa forma, podendo aliar a teoria à prática.

Informações que podem auxiliar na compreensão da história local em São Mateus também podem ser encontradas na pesquisa de mestrado feita por Verônica dos Santos Santiago Augusto (2017) sob a orientação do professor Doutor Ailton Morila (PPGEEB). Em seu estudo, intitulado *Memórias de Sooretama: história, ensino e escola*, a pesquisadora traz uma parte dedicada a construção da BR 101, principal ligação da capital Vitória ao Norte do estado. Sendo assim, o estudo se mostra valioso para a história local, visto que a construção desta rodovia foi uma das causas da desativação do Porto de São Mateus.

Enfim, como percebemos, passaram-se vinte anos desde publicação de Nardoto e Oliveira (1999) que, segundo os mesmos, foi motivada pela falta de material para os professores trabalharem a história local, e ainda hoje, os docentes se queixam da mesma dificuldade de conseguir ou produzir materiais para se trabalhar a história local. No entanto, como demonstramos, já existem consideráveis publicações sobre temas locais e que podem ser usadas no estudo de temas locais. O viés demasiado positivista, a exaltação dos grandes homens e dos grandes acontecimentos locais são incompatíveis com os objetivos do ensino de história atual e, sendo assim, se faz necessário repensar nossos métodos, nossas práticas.

3 O QUE É PATRIMÔNIO?

O objetivo deste capítulo é, no primeiro momento, discutirmos sobre a noção de patrimônio e suas transformações ao longo da história. Nesse sentido, é necessário fazermos a distinção de termos que, às vezes, soam como sinônimos, por exemplo, patrimônio, patrimônio histórico e monumento. Posteriormente, faremos um reconhecimento do Sítio histórico do Porto de São Mateus, trilhando um pouco de sua História, analisando as políticas de tombamento e preservação, as restaurações que sofreu ao longo do tempo, bem como os usos do referido bem cultural pela comunidade local.

De acordo com Françoise Choay (2017, p. 11) a palavra patrimônio, em sua origem, é ‘ligada as estruturas familiares econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço’. O termo esteve por muito tempo relacionado aos bens adquiridos em vida e transmitidos aos descendentes em forma de herança, sendo “requalificada por diversos adjetivos” como genético, natural e histórico.

Quanto ao conceito de patrimônio histórico, Choay (2017, p.11) afirma que a expressão designa um bem destinado a usufruto de uma comunidade que se ampliou em dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”. Sendo assim, trata-se de “uma diversidade de objetos agrupados por um passado comum à população de um determinado lugar e constituído”.

Até recentemente, antes do surgimento da noção de patrimônio histórico, era comum o emprego do termo monumento histórico para designar tais bens. Para Choay, até a década de 1960 as expressões monumento histórico e patrimônio histórico eram consideradas sinônimos, mas atualmente,

[...] os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem (CHOAY, 2017, p. 12,).

É possível identificar que o ato de construir monumentos remonta à antiguidade, ou ainda a períodos mais remotos da humanidade. Tais monumentos objetivam a rememoração celebrativa. Nas palavras de Choay (2017), o monumento “se assemelha bastante a um universal cultural”.

Tais monumentos são classificados como intencionais e, de acordo com Fonseca (2017), o monumento intencional seria o único tipo conhecido durante a Antiguidade e a Idade Média. A partir de então, a noção de monumento amplia-se consideravelmente, até mesmo se distanciando de seu sentido original de rememoração, como é o caso de monumentos vivos quando se tratam de pessoas que se tornam referência em seu local de convívio ou Luiz de Camões considerado monumento literário.

Choay (2017) ainda nos traz uma especificidade relevante dos monumentos:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (p.18).

Nesta pesquisa, adotaremos a definição de Le Goff para monumento. Para o autor, a história é a forma científica da memória coletiva e os monumentos juntamente com os documentos são materiais dessa memória. Esse historiador entende o monumento enquanto herança do passado. Em suas próprias palavras, o monumento “é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos” (2013, p.486). Nesse sentido, Le Goff desmistifica a ideia dos monumentos somente ligados à arquitetura.

Portanto, é perceptível o alargamento da noção de monumento. No entanto, na atualidade, ele precisa ser compreendido enquanto parte do patrimônio cultural. Sejam monumentos, históricos, naturais ou vivos classificam-se enquanto patrimônios materiais ou imateriais. É importante lembrar que em 1972 a UNESCO na Conferência Geral de Genebra acrescenta o termo “cultural” ao termo “patrimônio”. A partir de então o patrimônio cultural passa a englobar os diversos bens culturais e, dentre eles, os monumentos.

Quando se fala em patrimônio histórico é possível identificar, principalmente em meio ao senso comum, a imediata associação a construções antigas como castelos, palácios, catedrais dentre outros. De fato, até pouco tempo atrás, o que se preservava estava diretamente ligado aos grandes vultos da sociedade ou às elites. No entanto,

a mentalidade do que é patrimônio histórico, a ideia de preservação do mesmo, e o que deve ser preservado vem sofrendo algumas mudanças. Nesse sentido, é importante mencionar alguns momentos da história em que tais mudanças são perceptíveis.

Um desses marcos importantes em relação a construção da noção de preservação do patrimônio é a Revolução Francesa. No processo revolucionário acontece uma grande destruição e depredação de patrimônios: “igrejas incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas castelos saqueados” (CHOAY, 2017, p. 95) o que leva à criação de uma comissão de monumentos que deveria providenciar a preservação de tais bens.

Ainda de acordo com Choay (2017), os bens que outrora pertenciam à aristocracia passaram a ser propriedade nacional e, nesse sentido, deveriam ser protegidos, tombados e inventariados o que significava tirá-los de circulação. Nesse contexto, é que surgem os primeiros museus que passaram a “servir à instrução da nação” (p.101). O patrimônio, desde então, passa a ser um recurso do Estado moderno com objetivo claro de legitimar e simbolizar a nação. Segundo Fonseca (2017),

[...] quando, no final do século XVIII, O Estado assumiu, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação que se definiu o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional (p.51)

Ainda sobre a atuação do estado na garantia do estatuto ideológico assegurado pelo estado, afirma Milet (1988):

A efetivação da preservação dos bens culturais só se encontra socialmente definida, ou seja, só aparece como fato social, quando o Estado assume a sua proteção e, através da ordenação jurídica, os institui e delimita oficialmente enquanto bem cultural, regulamentando o seu uso, a finalidade e o caráter desses bens dentro de leis específicas de propriedade, zoneamento, uso e ocupação do solo. (p.218)

Outro momento importante para a preservação do patrimônio foi o período após a Segunda Guerra Mundial. Um dos temas mais discutidos depois da guerra refere-se à coletividade humana, em face das grandes destruições ocasionadas pela mesma, a quantidade de vidas ceifadas, e a possibilidade de ataques que destruíram cidades inteiras, como é o caso das bombas atômicas, a proteção da vida humana tornou-se urgente.

Nesse contexto surge a mentalidade da necessidade de se preservar patrimônios que deveriam sobreviver para a posteridade, ou seja, devem continuar existindo a bem da coletividade humana. A proteção de tais bens ficou sob a responsabilidade da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), agência da ONU (organização das nações unidas). Na Convenção do patrimônio cultural e natural da humanidade, realizada pela UNESCO no ano de 1972 traz a definição da compreensão de patrimônio:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972).

Notamos que a noção de patrimônio ainda estava ligada ao excepcional, à arte erudita ou aos grandes monumentos. No entanto, percebemos, desde então, alterações no que se entende por cultura tanto material quanto imaterial e uma consequente ampliação de sentido e bens a serem preservados, sendo estes, “do mais significativo ao mais insignificante, os lugares de cultos religiosos e os lugares da indústria, os testemunhos de um passado secular e os de um passado recente” (CHOAY, 2017, p. 240). Ainda de acordo com a autora, finalmente chegou-se à conclusão de que esses bens culturais são múltiplos, diversos e expressam a imagem da identidade humana.

No Brasil, segundo Fonseca (2017), as medidas em relação à preservação do patrimônio têm início na década de 1920 por iniciativa do estado, visto que a falta de preocupação com a preservação condenava alguns bens ao desaparecimento. Nesse sentido é importante ressaltar o papel do movimento modernista, berço de intelectuais que foram pioneiros a ocuparem os órgãos criados para a gestão do patrimônio.

O ideal de civilização europeia cai no descrédito e deixa de ser referência com a ocorrência da grande guerra. Nesse sentido, o movimento modernista buscava uma cultura genuinamente nacional e os intelectuais que o compunha, passaram a se concentrar na busca pelas raízes brasileiras, reconhecendo-se como os mais aptos a

conhecer o Brasil, na intenção de, por meio da arte e da cultura, atingir o que seria, de fato a cultura nacional. Dentre os intelectuais que atuaram junto às políticas de preservação do patrimônio desse período, destaco a figura de Mário de Andrade. De acordo com, Márcia Chuva (2012), esse intelectual

Introduziu ideias fecundas acerca da cultura brasileira e das políticas públicas para a sua preservação, as quais se tornaram balizas que inspiraram o pensamento brasileiro em certos domínios da cultura – tanto aquele que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional com bens materiais (arquitetônicos; objetos da arte; conjuntos urbanos), quanto aquele que se interessava pelas práticas cotidianas ou extraordinárias, celebrações e ritos, manifestações da arte. Seu idealismo, sua produção intelectual e sua capacidade de execução - apesar da sua morte prematura, 1945 – legaram aos brasileiros um vastíssimo território semeado por seu pensamento criativo, cheio de paixão e vivacidade, que não envelheceu com o tempo (p. 149-150).

No entanto, apesar da influência de Mário de Andrade que “[...] apontava para uma concepção integral de cultura, na qual concebia o patrimônio em todas as vertentes e naturezas [...]” (CHUVA, 2012, p.151) e buscava uma cultura tipicamente brasileira, o que se preservou inicialmente no Brasil, foram as construções edificadas ligadas à elite, principalmente relacionadas ao período colonial. O Decreto-lei nº 25/37 deixa bem claro o que deveria ser preservado

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Apesar da limitação da definição de patrimônio, a qual privilegiava apenas aqueles que ficaram conhecidos como “pedra e cal”, o Decreto-lei de 1937 foi um marco importante para a preservação patrimonial no Brasil. Segundo Figueira e Miranda,

Esse decreto organizou a proteção do patrimônio histórico e arquitetônico nacional e iniciou uma política de tombamento e restaurações com a finalidade de garantir a integridade dos acervos arquitetônico, urbanístico, documental e etnográfico do Brasil, assim como das obras de arte e dos bens móveis (2012, p. 32).

E para cuidar dos assuntos relacionados ao patrimônio foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que ficou encarregado de forjar uma identidade única para a nação e para tanto, “[...] o passado seria uma matéria prima a ser resgatada como referencial [...]” (CHUVA, 2012, p.153).

O conceito de patrimônio no Brasil, até meados da década de 1970, esteve firmemente voltado à preservação de construções, ou seja, os bens imóveis que eram entendidos como relíquias, do passado, um fragmento da história que deveria ser usado pedagogicamente para a instrução da nação. Para Rodrigues (1998),

Consagrados pelo poder público, estes bens ganhavam uma espécie de aura que os situava acima do presente, dos conflitos e diferenças manifestos no cotidiano. Estavam ali preservados, apropriados, a informar o passado como uma das instâncias do conhecimento social, como jóias culturais, para serem vistos com a reverência própria que merecem os lugares fundadores; para serem estudados em sua forma e técnica construtiva; para ensinarem o que era brasileiro (p. 90).

Seguindo uma tendência internacional, à qual era, em grande parte, influenciada pela Unesco, o conceito de bens a serem preservados no Brasil é gradativamente ampliado, possibilitando o tombamento não só de bens de natureza material, mas da mesma forma de bens de natureza imaterial. De acordo com a Constituição Federal de 1988,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A partir dessa nova perspectiva, o patrimônio passa a ser entendido dentro de sua pluralidade e diversidade. Se as políticas iniciais em torno da noção de patrimônio o entendia como algo uniforme e, pedagogicamente, formador de uma identidade única para a nação, a partir da Constituição de 1988 ele passa a ser entendido como plural, valorizando a preservação das mais variadas manifestações culturais tão presentes em nossa sociedade.

3.1 O PORTO DE SÃO MATEUS: DOS ASPECTOS HISTÓRICOS À SITUAÇÃO ATUAL

“Venham nos visitar mais vezes. Estamos aqui esquecidos neste paraíso”

(Artista do Porto)

Ouvimos a frase acima em uma das primeiras vezes que visitamos o Sítio Histórico do Porto de São Mateus. O autor, um artista local que sobrevivia da confecção e venda de objetos artísticos que retratam diversos aspectos da cultura material e imaterial da região, deixou transparecer em suas palavras o pesar pelo “esquecimento” do Porto. Recordamo-nos das palavras de Ecléa Bosi (1994) quando a mesma afirma que “fica o que significa”. Logo, para pessoas como o morador, que viveram por tanto tempo no Porto, conheceram versões sobre sua história e, portanto, criaram laços de afetividade com o referido bem cultural, o mesmo é carregado de significados. Portanto, é compreensível tal sentimento de pesar.

No entanto, nem todos em São Mateus parecem compartilhar do sentimento do referido artista. Não é para todos que o Porto foi considerado um paraíso. Para muitos, ele foi purgatório. É o caso dos africanos que ali foram vendidos, explorados e açoitados. Para os vários moradores da cidade alta, durante o período em que nos casarões funcionaram luxuosos cabarés, o Porto era considerado um verdadeiro inferno, um local destinado à prostituição e promiscuidades e, por isso, deveria ser evitado, isolado e esquecido. Contraditoriamente, os antecessores dessa mesma elite viveram por décadas o paraíso dos grandes lucros nos tempos áureos da farinha de mandioca e da venda de cativos, afinal como afirma Benjamin (1996), “[...] os que num dado momento dominam são herdeiros de todos os que venceram antes [...]” (p.225) e a história, principalmente a local e regional, mesmo depois das grandes renovações ocorridas ao longo de século XX, ainda tem privilegiado temas ligados à elite vencedora. Nesse processo, segundo os pressupostos teóricos de Benjamin (1996), bens culturais como o Sítio Histórico Porto são despojos de um cortejo triunfal e somos chamados a refletir sobre eles.

Atualmente, é inegável que existe uma carga de preconceito em relação à região do Porto. Quando conversamos com os alunos sobre o Sítio Histórico percebemos que muitos sequer o conhecem e justificam o fato dizendo que seus pais afirmam que “a região é perigosa”. Tal preconceito foi percebido pelo historiador Valdir Castiglione. Em entrevista ao Jornal A gazeta de 1998, ele traz uma possível explicação para o abandono e o preconceito com a região do porto:

[...] essa rejeição vem da memória de um passado tido como marginal. ‘Já na década 60 esse preconceito já existia devido aos cabarés. E se perpetuou com a expulsão das prostitutas em 1968, quando o local passou a ser habitado por retirantes e mendigos’, conta. Segundo Valdir, esse ranço impede a revitalização do Porto. E faz uma constatação triste: ‘A população não tem amores pelo sítio. Se o porto fosse derrubado, acho que ninguém iria se manifestar’ (MATTEDI, 1998).

Afirmar que ninguém se importaria caso o Porto fosse demolido é um tanto demasiado, afinal, como veremos mais adiante, a restauração do casario só foi possível porque pessoas se mobilizaram e lutaram por isso. Porém, é inegável que existe certo preconceito em relação ao referido patrimônio. Se comparado há algumas décadas atrás, constatamos que o casario está relativamente preservado e é sem dúvida um importante monumento que guarda vestígios do passado local. No entanto, tal processo de tombamento e restauração não aconteceu rapidamente, sem disputas e embates e, sendo assim, é preciso analisá-lo historicamente, questionando os motivos e sentidos usados para justificar sua preservação.

Isso posto, questionamos: quais as justificativas foram usadas para demonstrar a importância de se preservar o porto? E as novas gerações de crianças, jovens e até mesmo moradores recém-chegados na região de São Mateus, qual o sentido, o significado de se preservar o Porto e tantos outros patrimônios culturais locais? Fala-se muito do Porto quando o assunto é relacionado à História de São Mateus, mas qual é a importância histórica do mesmo?

O sítio Histórico do Porto é um dos bens culturais existentes na região de São Mateus. Trata-se de um conjunto de casarões construídos às margens do rio São Mateus, localiza-se na parte baixa da cidade e é compreendido como o responsável pelo desenvolvimento econômico, social e político da região. Tal importância motivou seu tombamento pelo Conselho Estadual de Cultura em 1976. Segundo relatório do referido Conselho,

A cidade, edificada sem simetria e à pequena distância do rio, seguia os padrões urbanos das cidades portuguesas. A área situada próxima ao rio e ao porto tornou-se um centro aristocrático e o principal núcleo de atividades da população. Essa aristocracia local trouxe arquitetos portugueses que edificaram a maioria dos casarões do porto. Além disso, as ruas foram calçadas com pedras trazidas pelos navios e o cais do porto pôde ser protegido, facilitando a atracação dos navios (SECULT, 2008, p. 09).

Quando se fala da história de São Mateus, é comum as pessoas citarem o Porto da cidade como referência. Nesse sentido, nosso objetivo neste momento da pesquisa é analisar alguns aspectos históricos, não necessariamente de maneira linear do referido patrimônio cultural, demonstrando sua centralidade para a região enquanto porta de entrada e saída de pessoas e produtos, bem como sua atual situação enquanto patrimônio tombado a nível Estadual. Para Russo (2011),

O processo histórico verificado em São Mateus é predominantemente caracterizado por sua agricultura baseada na produção de farinha de mandioca, assim como pelas condições naturais favoráveis, à exemplo da navegabilidade de seu rio e a localização privilegiada e estratégica do seu porto fluvial muito próximo à costa brasileira, possibilitando o estabelecimento e consolidação das relações comerciais de São Mateus ao longo do período estudado (p. 13).

É consenso entre os estudos sobre a história de São Mateus que o que movimentava a economia da região era a produção e exportação da farinha de mandioca, sendo que, [...] “as boas condições de navegabilidade do rio São Mateus, o transformou na via natural de escoamento da produção agrícola da cidade de São Mateus até o Porto marítimo da Vila da Barra de São Mateus” (RUSSO, 2011, p.13) que servia como ancoradouro para as embarcações de maior porte. Ainda de acordo com Russo (2011),

Durante praticamente todo o período imperial, São Mateus se apresentou como maior produtor de farinha de mandioca da província do Espírito Santo e um dos mais importantes da costa brasileira, além de inserir com relativo sucesso na incipiente produção cafeeira da província capixaba. O rio São Mateus, atuando como uma via natural de escoamento da produção agrícola regional deve ser considerado vetor de peso no desenvolvimento dessa região, pois viabilizou uma movimentação dos fluxos mercantis no porto fluvial de São Mateus, próximo à costa brasileira, onde se sobressai também um ativo mercado de escravos (p.14).

Ainda segundo a autora, a farinha produzida em São Mateus era “[...] que tinha melhor cotação nos mercados consumidores das grandes cidades. Durante o primeiro e segundo reinados, São Mateus se notabilizou como exportador de farinha, sendo que

a partir de meados do século, esse produto passa a ter uma cotação própria na corte [...]” (RUSSO, 2011, p. 52).

Como mencionado pela autora, além da importância relacionada ao escoamento da produção agrícola, principalmente a farinha de mandioca, a movimentação portuária em São Mateus também se destacou no comércio de escravos. A população de cativos na região de São Mateus aumentou consideravelmente durante o século XIX. De acordo com um recenseamento feito pelo então presidente da província Inácio Accioli de Vasconcelos em 1827, a população cativa de São Mateus somava 3027 escravos para uma população que na totalidade era de 6255 pessoas (VASCONCELLOS, 1978). É importante mencionarmos que a movimentação de escravos se intensificou ainda mais com a proibição do tráfico transatlântico em 1850, uma vez que tal proibição colaborou com o tráfico interprovincial de cativos (RUSSO, 2011).

Ainda sobre o comércio de escravos, o relatório produzido pela secretaria estadual de Cultura menciona que “as transações eram feitas na praça em frente ao cais, onde os escravos ficavam presos para serem marcados e depois seguiam para o pátio onde eram expostos aos senhores. No Porto de São Mateus desembarcou um grande número dos negros que vieram para o Brasil. (SECULT, 2008, p. 9.).

De acordo com Cunha em texto publicado em comemoração aos 450 anos de São Mateus,

A chegada de um negreiro, ao porto de São Mateus era uma verdadeira festa. A população ali estava toda reunida, compradores e curiosos. Tudo era movimento (...) devidamente desembarcados, os negros acorrentados em filas indianas, eram tangidos até o mercado. Ali eram examinados por sua compleição física e até a origem tribal (CUNHA, 1994).

Além das condições já mencionadas, é importante destacarmos outro fator que colaborou para aumentar ainda mais a importância e a centralidade do Porto para a região de São Mateus. Refiro-me à descoberta do ouro na região das Minas Gerais e a consequente proibição da entrada naquela região através do Rio São Mateus objetivando evitar o extravio do ouro. Segundo Russo, “A estratégia da coroa portuguesa de isolar toda a região oeste do Espírito Santo, transformando-a num espaço impenetrável, limitou definitivamente o território desta província, durante o século XIX, confinando-a à faixa litorânea (2011, p.20). Ainda segundo a autora,

A coroa portuguesa proibiu que os capixabas e outros exploradores subissem o rio São Mateus (que possuía uma extensão de aproximadamente quarenta léguas: mais exatamente 188 km em seu braço sua e 244 km em seu braço norte) até a sua nascente na Serra da Safira em Minas Gerais, proibindo-se simultaneamente aos mineiros descerem até o mar por vias fluviais. Assim como a rota do rio doce, a do São Mateus foi também rigorosamente controlada pela coroa portuguesa e a circulação de pessoas proibida, considerando que ambos nascem em Minas e atravessam todo o território centro-norte capixaba até desaguar no mar, o rio Doce na vila de Regência, região de Linhares (2011, p. 19).

Além disso, como nos mostra Santos (2017), em estudo sobre a evolução urbana da região de São Mateus, além da proibição por parte da coroa portuguesa existem fatores naturais que impediam o acesso à região tanto pela “estrada do mar” quanto pelo oceano que contribuíram para o isolamento da região como, por exemplo, a proximidade relativa aos recifes dos Abrolhos, o que levava os navios a viajarem pelo alto mar no intuito de contornar a região de Abrolhos. De acordo com a autora,

A historiografia, no entanto, nem sempre considera esta dificuldade quando aborda o pouco desenvolvimento ou isolamento da capitania do Espírito Santo, optando por justificar pela presença do índio ou pela muralha natural que a coroa portuguesa teria promovido em prol da defesa das Minas Gerais (p.31).

Ainda de acordo com Santos (2017), diante da análise de “vários documentos coloniais, manuscritos, relatórios de governo da Província, relatos de viagem e até mesmo cartografia, é flagrante as consequências da difícil acessibilidade à região situada entre o Rio Doce e Caravelas”. (p.31)

Outra alternativa para se alcançar a região de São Mateus era através do caminho do mar. No entanto, um relato do geógrafo Charles Frederick Hartt (1870), que percorreu a região em 1865 mostra as condições desse trajeto:

[...] estende-se uma praia de areia, interrompida unicamente por uma ou duas barras do rio, tendo por trás, entre a praia e as costas alcantiladas terciárias, uma área larga de pântanos e lagoas, — região quase intransitável, e ainda não figurada nos mapas, justamente ao norte do Doce e próximo à costa, está uma grande lagoa, chamada Monserras. Durante a estação seca é separada do mar por uma praia de areia, mas quando vem a chuva, abre por si própria um canal para o mar, que permanece aberto até a volta da estação seca (p.134).

Sendo assim, percebemos que por diversos fatores naturais ou impostos pela coroa portuguesa, a região de São Mateus manteve-se isolada sendo o porto o meio mais fácil e eficaz para se chegar à mesma. Por essas razões é possível imaginar a

importância do Porto para a região, uma vez que ele era um lugar de intensa movimentação de pessoas entre comerciantes, cativos e viajantes:

Até o final da década de 1930, os meios de transporte de passageiros ou de mercadorias para toda a região norte do ES eram os animais e os pequenos navios que aportavam em São Mateus. O movimento no Porto era intenso, com os trapiches cheios de mercadorias para exportar e as vendas ou armazéns com mercadoria para vender aos moradores locais e aos das vilas 10 do interior como Barra de São Francisco, Nova Venécia, Boa Esperança e outras, todas ainda pertencentes ao território de São Mateus. A maior parte das mercadorias produzidas nas fazendas era trazida em canoas e vogas para o Porto, onde eram vendidas para consumo local ou exportação para outras cidades. O trem de ferro também chegava ao Porto lotado de madeira e de mercadorias que eram trazidas de Nova Venécia e das outras localidades daquela região. O comércio de São Mateus estava todo localizado na cidade baixa, com poucos estabelecimentos na cidade alta. Por causa da profundidade e largura do rio em alguns lugares, os navios só podiam entrar ou sair de 15 em 15 dias com as marés mais altas. (SECULT, 2008, p9.).

Sobre a movimentação do Porto após a criação do município em 1848, Russo destaca que

Seu porto que atuava como entreposto comercial de escravos e de diversas outras atividades comerciais principalmente a farinha de mandioca, tornou-se parada obrigatória para muitos vapores das companhias brasileiras de navegação. O grande número de negros, escravos e livres mantinha elevada a produção de farinha. Mesmo com introdução do café e sua expansão a partir de meados do século XIX, o comércio da farinha foi a sua principal fonte de renda no decorrer do período estudado (2011, p.27).

Ainda sobre o Porto de São Mateus após a criação do município, o Livro Patrimônio Cultural do Espírito Santo afirma que “[...]É nesse período que o porto vive sua época mais representativa, com um comércio marítimo-fluvial muito intenso [...] por ele eram feitas todas as exportações e as comunicações das mercadorias produzidas na região, já que o transporte marítimo e fluvial eram os únicos existentes no local”. (ESPIRITO SANTO, 2009, p. 298).

Como vimos, o Porto de São Mateus foi por muito tempo o centro do comércio local e da circulação de pessoas e continuou assim até a abertura das primeiras estradas que dão acesso à região, processo que aconteceu gradualmente a partir de 1850, como nos mostra Russo (2011):

A partir de 1850, novas alternativas de comunicação são tentadas, como por exemplo, com o interior de Minas: uma ‘picada’ de São Mateus, unindo ente município à região do Peçanha, em Minas, atravessando todo o sertão norte da província do Espírito Santo, porém este caminho não passou de uma estrada exploratória [...] (p. 43).

Ao que tudo indica, a falta de estradas era uma constante na província do Espírito Santo, sendo que as principais vias de comunicação eram os rios e o mar, como mencionou o presidente Leão Velloso, “[...] a população foi se aglomerando à beira do mar, e dos rios navegáveis, e a fazer por água sua comunicação e transporte de productos” (VELLOSO, 1859, p.45). No entanto, a preocupação com a abertura ou melhoria das poucas estradas existentes podem ser identificadas nas falas de alguns presidentes como é o caso do relatório produzido em 1854 pelo então presidente da província do Espírito Santo Sebastião Machado Nunes:

Abrir comunicações novas, e melhorar as existentes para facilitar condução dos productos da lavoura aos portos do litoral, é, como sabeí, a maior necessidade da época. A estrada São Pedro D`Alcântara, a de Santa Thereza, e essa outra que se projeta no município de São Mateus São as principais, de que a província tem uma necessidade imperiosa (p. 45).

Em outro relatório, produzido pelo presidente Nascentes D' Azambuja em 1852, o mesmo evidencia a importância da “estrada que comunique directamente pelo sertão a Villa de Linhares com a Cidade de São Matheus, por ser este o único meio de levantar a Villa do atrazo e abatimento que está” (D' AZAMBUJA, 1852, p.44).

Sendo assim, é possível notar que, na segunda metade do século XIX, existia uma preocupação e esforços em prol da abertura de novas vias de acesso à região de São Mateus. No entanto, esse processo aconteceu de forma lenta e a alternativa fluvial continuava sendo o meio mais eficaz de se chegar à região, o que contribui para manter uma intensa movimentação no porto da cidade. É importante ressaltar que é justamente nesse período, segundo Russo (2011), que “O movimento no Porto intensifica-se, especialmente a partir da autorização da navegação regular a partir de 1850” (p. 42).

É nesse período também que acontecem algumas melhorias na parte estrutural do Porto e suas imediações, como nos mostra Russo (2011):

Desde 1863 já havia sido autorizado pelo governo provincial a cobrança do imposto de 1% sobre os produtos exportados pelo município para a construção do cais do porto. Também o calçamento da praça do comércio, onde as atividades do comércio portuário se desenvolviam, a iluminação a gás e a pavimentação das ladeiras e ruas próximas ao porto, foram realizadas com subvenções do governo provincial, como era de costume na época (p. 49).

No livro “História de São Mateus” já mencionado, escrito por Nardoto e Oliveira (1999) os escritos sobre o local ocupam algumas poucas páginas de seu estudo. No tópico referente ao Porto, o autor menciona que os casarões e sobrados foram construídos em meados do século XIX e que antes disso, “ali só existia um terreiro para depósito de mercadorias que chegavam e das que eram exportadas” (p.50).

De certo, o período áureo das movimentações no Porto de São Mateus ocorreu no século XIX, como foi possível identificar nos relatórios de presidentes de província, portanto, faz sentido que os sobrados mais imponentes tenham sido construídos nesse período. Em um trecho do diário do Bispo D. Coutinho que visitou a região em 1819, o mesmo afirma “No dia 18 tornei a crismar, e de tarde na enchente da maré parti para a vila, [...] estava muita gente no porto, que me acompanhou para cima para a vila [...]” (COUTINHO, 2002, p.63). O bispo não descreve a estrutura do porto mas afirma que tinha muita gente a sua espera, o que permite inferir que fosse um lugar de dimensão considerável.

3.2 DECADÊNCIA E TOMBAMENTO

“Salve são Mateus, salve o Porto, salve a preservação do casario, salve o Festival, salve a fantasia dos infelizes, o dia-a-dia das meretrizes e tudo que será”

(Chico Buarque de Holanda)

O poético trecho acima refere-se ao Porto de São Mateus e foi escrito em apoio a uma campanha mobilizada em prol da restauração do conjunto arquitetônico que deu origem ao primeiro sítio histórico tombado pela Secretaria Estadual de cultura do Espírito Santo. Chico Buarque de Holanda é uma dentre as tantas personalidades que apoiaram a restauração do sítio Histórico Porto. A campanha aconteceu, pois, o outrora movimentado, porto da cidade baixa, vetor da economia local com seus casarões e sobrados imponentes agora definhava e corria sérios riscos de desaparecer.

Como vimos, o Porto de São Mateus desempenhou por muito tempo um papel estratégico e primordial para a economia da região. Porta de entrada e saída para

escravos, viajantes, comerciantes, mercadorias, principalmente a farinha de mandioca e posteriormente o café. Foi possível constatar também que o auge da movimentação no porto aconteceu no século XIX, período em que acontecem melhorias estruturais no mesmo, como o calçamento de ruas e a própria construção do cais.

No século XX a movimentação do Porto começa a dar sinais de decadência. Os historiadores e escritores que tratam do porto apontam que a decadência do mesmo se deu em razão da construção das primeiras estradas na região e a consequente crise do transporte via rio ou mar. No entanto, é preciso considerarmos que o fim da escravidão também colaborou para a decadência do mesmo, pois, como vimos anteriormente, ele recebia grande quantidade de cativos, mesmo após a proibição do tráfico em 1850 e com o consequente aumento do tráfico interprovincial. É importante mencionar que, como afirmou Caio Prado Junior (1985), na região de São Mateus aconteceu a apreensão do último navio negreiro que chegou à costa brasileira. Tratava-se da embarcação Mary E. Smith que transportava 350 cativos vindos da África, sendo interceptada pela Marinha de Guerra do Brasil.

Como já mencionamos, a preocupação com a falta de estradas na região de São Mateus já se fazia presente nas falas de alguns presidentes da província desde meados do século XIX. No entanto, é no século XX que acontecem efetivamente a abertura das estradas como vemos no trecho a seguir:

Contudo, o bom desenvolvimento da região portuária perdura até a década de 1920. É fato que depois de superada a fase áurea da economia cafeeira no estado, entre 1920 e 1950, o porto de São Mateus começa a demonstrar sinais de decadência, mas os maiores danos à economia se acentuaram quando foram traçadas as primeiras estradas de rodagem (ESPÍRITO SANTO, 2009, p.299).

Com relação à crise do transporte marítimo, importa destacarmos a construção da estrada de ferro que ligaria São Mateus à Colatina passando por Nova Venécia e seria um meio trazer os produtos do interior para serem comercializados e exportados através do porto. No entanto, a construção da ferrovia não foi concluída, assim:

[...] as exportações centradas nos produtos vindos do interior, caíram sensivelmente com a dificuldade de transporte até o porto. Em 1925, no lugar onde seria construída essa estrada de ferro, foi feita uma estrada de rodagem, que possibilitou uma integração mais efetiva de São Mateus com outros núcleos econômicos (ESPÍRITO SANTO, 2009, p.299).

Outro fator que contribuiu decisivamente para o declínio das atividades portuárias em São Mateus foi o início da construção da BR 101 por volta de 1963 ligando a região à Vitória. Sendo assim, “[...] esse fato foi certamente, o que mais contribuiu para o declínio do Porto e para a substituição do rio, que até então fora a principal via de acesso à cidade [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p.299).

Em consequência dos fatores mencionados, as atividades portuárias em São Mateus vão decaindo significativamente durante o século XX e as movimentações comerciais passam a acontecer na parte alta da cidade, nesse contexto “[...] os casarões abandonados passaram a ser ocupados por prostitutas que os transformaram em cabarés[...]” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p.302).

Quem visita o Porto atualmente se depara com uma placa afixada num pedestal junto ao chafariz com os seguintes dizeres: “às prostitutas que preservaram e defenderam este sítio histórico, o reconhecimento e a gratidão do povo”. Ela é uma homenagem às meretrizes que ocuparam os casarões após a decadência do porto. Hoje já existe um reconhecimento por parte de algumas pessoas em São Mateus de que o papel delas foi importante evitando o desaparecimento por completo do Porto. Mas, de acordo com Maciel de Aguiar,

Sob os auspícios da ditadura militar, que se instalara no país, as prostitutas do Sítio Histórico do Porto de São Mateus eram expulsas das casas e dos sobradões que conservavam a mais que meio século, quando a burguesia mateense transferiu suas residências luxuosas e seus estabelecimentos comerciais para a cidade alta, em busca de melhores dias (AGUIAR, 1989).

Em 2008 o jornal “A Tribuna” entrevistou dona Maria Dajuda, mais conhecida como Neném Preta. Trata-se da dona de um dos antigos cabarés do Porto. Em um trecho da entrevista ela afirma que sente “[...] saudades de um porto agitado e frequentado por todo o tipo de gente [...]” e ainda complementa: “[...] aqui tinha vida, agora tem abandono [...]”. Dona neném também afirma que as meretrizes eram “[...] proibidas de ir à cidade alta [...]” (SEGANTTINI, 2008, p.17).

Na mesma matéria também foi entrevistada dona Alzira de Melo, mais conhecida como “Cumadinha”, na época da entrevista tinha 80 anos de idade. Segundo ela, “[...] poderíamos ter ficado mais tempo na ativa. Mas o pessoal da Cidade Alta pediu para

o governo expulsar a gente. Eram políticos, policiais e empresários que vinham ao porto cair nos nossos braços [...]” (SEGANTTINI, 2008, p.17).

Segundo Maciel de Aguiar,

A justificativa do despejo das ‘moças damas’ era que o porto se convertera num ‘antro de marginais e prostitutas que denegriam a memória das mais tradicionais famílias do Espírito Santo, que deram ao estado grandes personalidades como Jones dos Santos Neves, Ceciliano Abel de Almeida, Barão de Aymorés, Desembargador Santos Neves, desembargador Faria Santos, nascidos em São Mateus. Sinônimos de ruas e avenidas não podiam ter suas memórias ‘denegridas por prostitutas’, que transformavam os sobradões da velha aristocracia mateenses em luxuosos cabarés. Com esse argumento reacionário, as ‘moças’ foram expulsas das casas e sobradões que conservavam por várias décadas, ficando o porto condenado ao desaparecimento pela ação do tempo e pelo abandono. Em nome da ‘moral e dos bons costumes’, como sentenciou um juiz, na época (AGUIAR, 1989).

Atendendo aos pedidos da classe dominante local, o juiz da comarca de São Mateus determinou a retirada das meretrizes do Porto. Segundo o livro “Porto das Águas e das Mágoas” as meretrizes seguiram em passeata até a sede do antigo Fórum, onde hoje funciona a sede da prefeitura municipal em São Mateus, mas nada adiantou:

Os cabarés do porto de São Mateus tiveram as portas lacradas a partir de 1968, com cerca de 80 meretrizes expulsas do local, sendo que muitas delas, mesmo doentes, foram transportadas nas carrocerias dos caminhões da prefeitura municipal para as suas cidades de origem, algumas não resistiram (AGUIAR, 2005).

Em consequência disso, os casarões ficaram abandonados e corria-se um grande risco de os mesmos desaparecerem. Muitos já estavam em ruínas, outros não suportaram a ação do tempo e desabaram. A partir do ano de 1975, iniciou-se por relatório do Conselho de Turismo e do Grupo de Trabalho para preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do ES, sob coordenação de Cecília Nascif, encaminhado ao Secretário de Educação e Cultura em 27 de maio de 1975 (SECULT, 2008).

Este relatório identificou “46 imóveis de interesse histórico no Porto e na cidade alta” e segundo o mesmo, “estavam em estado precário de conservação sendo sugerido que fosse feito de imediato um escoramento dos mesmos” (SECULT, 2008, p. 11). O tombamento ocorreu no ano seguinte:

Em 18/10/1976 a Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico manifesta-se favorável ao tombamento [...] e na mesma data, através da Resolução nº 01/76 [...] o plenário do CEC aprova o tombamento do Porto de São

Mateus. Contudo, essa resolução só abrangia 32 dos 46 imóveis de importância histórica edificados na região, ficando o restante sem qualquer respaldo legal para sua conservação, já que o tombamento atingia as edificações individualmente, não havendo qualquer menção quanto à preservação do entorno (SECULT, 2008, p.12).

Dos 46 imóveis identificados pelo relatório, 32 agora estavam sob a proteção legal, o que foi um grande avanço rumo à preservação do casario. No entanto, só o tombamento não garantia ou evitaria que os sobrados ruíssem, uma vez que a situação dos mesmos era extremamente precária. Nesse sentido, um grupo de pessoas de São Mateus “começou um movimento pelo resgate, restauração, revitalização e preservação do Sítio Histórico” (AGUIAR, 1989). O movimento contou com a colaboração da Universidade Federal do Espírito Santo, a qual realizava uma vez por ano no Porto “um programa cultural de cursos, shows, palestras, exposições e danças que se notabilizou como Semana Da Arte de São Mateus” (AGUIAR, 1989).

É importante também salientarmos a criação do Centro Cultural Porto de São Mateus pelo grupo de jovens que promovia campanhas em prol da restauração. Até o momento, o grupo atuava sem a chancela de uma entidade. Sendo assim, o CCP ficou sendo o responsável por coordenar todas às atividades e

[...] passou a buscar apoio das instituições e de intelectuais para a viabilização do projeto. Uma das primeiras instituições contactadas foi a Fundação Roberto Marinho, logo resolveu apoiar a ideia. Foi então elaborada a campanha **Vamos Restaurar o porto**, levada ao ar em rede nacional, pela **TV Globo**, com cartaz De Ziraldo, um dos primeiros a se incorporar ao desejo da comunidade mateense. O porto passou a ser divulgado nacionalmente e a receber apoio de artistas e intelectuais do pote de Jorge Amado, Rubem Braga, Josué Montello, Oscar Niemeyer, Afonso Arinos de Melo Franco, Darcy Ribeiro, Chico Buarque de Holanda, Fernando Gabeira, Austragésilo de Athayde, Barbosa Lima Sobrinho entre outros (AGUIAR, 1989).

Com o apoio da Fundação Roberto Marinho e também de grandes nomes do cenário artístico e intelectual nacional, a expectativa era de que a restauração do Porto fosse concluída em um prazo de dois anos, porém, como relata Maciel de Aguiar, divergências políticas a respeito da posse do casarão onde estava sediado o CCP envolvendo prefeito de São Mateus, o Secretário de Estado da Educação e membros do Departamento Estadual de Cultura resultaram na retirada do apoio da Rede Globo ao projeto de restauração. Em uma matéria de jornal, Maciel de Aguiar narra o acontecido:

[...] a sede do CCP Foi invadida, violentada e depredada, numa ação conjunta comandada por Glecy Coutinho, na época diretora do Departamento Estadual de Cultura; Wilson Haese, secretário de Estado da Educação, e Amocim Leite, então prefeito de São Mateus, escoltado por vários funcionários da municipalidade. E para melhor ilustrar o ato criminoso, subtraíram bens, objetos de arte e farta documentação do Centro Cultural, lacrando também suas portas, sob o argumento estapafúrdio de que a casa onde estava instalado o CCP pertencia ao Governo de estado, quando na realidade a referida casa tinha sido apenas restaurada pela administração anterior do Departamento Estadual de Cultura [...]. Com o episódio, que teve repercussão nacional, a Fundação Roberto Marinho retirou-se do Projeto quando as primeiras verbas para a restauração das casas já tinham sido captadas, causando um inestimável prejuízo aos planos de restauração e estrangulando financeiramente o movimento (AGUIAR, 1989).

De acordo com Maciel de Aguiar, depois deste fato pensou-se até mesmo que atividades do CCP não teriam continuidade diante dos grandes prejuízos financeiros devido a perda da sede e do apoio da Fundação Roberto Marinho. No entanto, se por um lado as ruínas dos casarões estavam iminentemente correndo o risco de desaparecerem, por outro nota-se nesse período uma grande efervescência cultural ligada à campanha de restauração do Porto. Começamos destacando a Semana da Arte de São Mateus, evento realizado anualmente no Porto pela Universidade Federal do Espírito Santo. De acordo com Maciel de Aguiar,

A Universidade Federal do Espírito Santo atendendo ao apelo daqueles jovens, realizou um programa cultural de cursos, shows, palestras, exposições e danças que se notabilizou como Semana da Arte de São Mateus, o que fortaleceu a ideia de revitalização do velho Porto. Como o vento acontecia uma vez por ano, no ano subsequente o estado de conservação das casas e sobradões era cada vez pior, pois não havia objetividade na restauração e revitalização do espaço de tempo deixado entre um evento e outro (AGUIAR, 1989).

Não podemos deixar de mencionar o teatro Anchieta, alternativa pensada pelos membros do CCP para manter viva a campanha de restauração do Porto. De acordo com Maciel de Aguiar (1989), “O Teatro Anchieta, mesmo não ficando no Porto, era uma continuidade da luta pela preservação do casario e tudo dependia da sobrevivência do CCP, que iria administrar um teatro”. Durante o tempo em que esteve em pleno funcionamento, o teatro recebeu grandes artistas nacionais:

Primeiro veio Dina Sfat, com a peça **irresistível Aventura**, aceitando o desafio de inaugurar um teatro no interior. Depois, com o sucesso da inauguração, veio Tônia Carrero e Cecil Thiré em **A Divina Sarah**, com um sucesso redobrado, e mais tarde Chico Anysio em **Oitava na Peneira**, Dercy Gonçalves com **Dercy 80 anos – Adeus Amigos**, entre outros nomes como João do Vale, Sérgio Sampaio, etc. (AGUIAR, 1989).

Além dessas grandes peças teatrais, no Anchieta realizou-se também diversos festivais nacionais de teatro amador, os quais movimentavam São Mateus e lhe davam projeção nacional, além de manter acesa a ideia de restauração do Porto.

Quanto à restauração do casario, constatamos que a mesma aconteceu de forma muito lenta sendo o primeiro entregue em 1981 e a conclusão dos demais só aconteceu no ano de 1998. Ao longo desse período, identificamos que em várias publicações de jornais evidenciam-se as dificuldades, os descasos e as demoras em torno do processo de restauro que vão desde disputas políticas até a própria dificuldade com as obras de restauro dos casarões antigos. O trecho da reportagem de Christina Abelha publicada no jornal A Gazeta demonstra a demora na restauração:

Passo a passo, a restauração seguiu o seguinte 'cronograma tartaruga': em 1981 – restauração da casa onde instalou-se a Câmara Municipal, com recursos do Governo Federal. Em 1984 foi a vez da casa que abriga as escolas municipal, estadual e a creche. Nos anos 1989, 90 e 91 foram restauradas cinco casas, dentro de um acordo firmado entre a Aracruz e o Governo do Estado, já citado. A casa número 18 começou a ser restaurada em 1993, aproveitando os recursos do mesmo acordo, e ficou inacabada. Desse ano em diante nada se fez (ABELHA, 1994).

O projeto inicial de restauração foi elaborado pela Fundação Jones dos Santos Neves (1978) – FJSN – (atual Instituto Jones dos Santos Neves) com o apoio do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo e da Escola Técnica Federal do Espírito Santo. O mesmo foi dividido em duas fases: primeiramente, fez-se o [...] levantamento histórico, delimitação da área de interesse, levantamento de dados físicos, reabilitação da área, e aspectos socioeconômicos da reabilitação [...]. O que se pretendeu nessa primeira fase é justamente mostrar às autoridades a importância histórica do conjunto arquitetônico.

No projeto da FJSN (1978), apesar de identificarmos a intenção de “[...] reabilitação e integração do Porto de São Mateus à cidade e a sociedade [...]” percebe-se que o principal objetivo era “[...] criar uma estrutura suporte para a atividade turística [...]” (p.22). Sendo assim, toda a restauração do Porto serviria para que sua atividade principal fosse o turismo e, para tanto, sugeriu-se a construção de instalações gerais, tais como: camping e anexo, estacionamento de visitante, salões para cursos, restaurante, escritório de turismo, restaurante turístico e, além disso, uma “sede administrativa: para coordenação de todas as atividades do local. Talvez vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo” (p.22).

Fernando Schwuab Firme (1979), técnico da Fundação Jones dos Santos Neves, publicou na época um artigo bastante esclarecedor acerca das movimentações que ocorriam em prol da restauração do casario do Porto de São Mateus. Firme (1979) menciona as duas fases da elaboração do projeto feito pela FJSN e destaca nesse momento o apoio da UFES:

Para executar esta tarefa, valemo-nos do entusiasmo dos alunos do Centro de Artes da UFES, frequentadores e promotores anuais das semanas de arte na área do porto para conseguirmos formar 4 grupos de trabalho, os quais, com certo risco, mediram por dentro e por fora todos os prédios, completando a informação apenas visual fornecida pelos esboços.

Firme (1979) refere-se ao projeto feito pela FJSN como uma “[...] proposta preliminar de utilização do Sítio Histórico, motivada grandemente pela influência das semanas de arte e que propunha uma espécie de campus avançado para as artes, com atividades permanentes e um festival anual para maior divulgação do local e dos trabalhos ali realizados”. Destaca-se neste momento que segundo Firme (1979) o CRUTAC/UFES deu as “[...] coordenadas para o início dos estudos de um restaurante, alojamentos feminino e masculino, algumas oficinas de arte, um alojamento de professores e a residência do diretor do campus avançado”.

Portanto, ao que percebemos, a proposta inicial da Fundação Jones dos Santos Neves em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo era a de criar um campus avançado no Porto de São Mateus voltado para as artes e com estrutura para atividades relacionadas ao turismo. Firme (1979), em seu artigo, ainda critica a atuação da imprensa na divulgação desses acontecimentos, uma vez que a mesma noticiou a proposta preliminar da FJSN como Projeto de Reabilitação como se as obras já estivessem até mesmo contratadas.

A proposta preliminar da Fundação Jones dos Santos Neves recebeu críticas de alguns especialistas, tendo em vista que a mesma privilegiou a restauração do Porto voltada para o turismo. O arquiteto Reinaldo Machado (1979), que esteve no local em 1979, a convite da Fundação Cultural do Espírito Santo para auxiliar nos trabalhos de levantamento e restauro concedeu entrevista ao jornal A Gazeta explicitando sua análise. Quando perguntado sobre o projeto elaborado pela FJSN no ano de 1977 ele afirma que:

O projeto da fundação foi feito há dois anos [...]. Acontece que neste projeto anterior, o turismo era função principal e a chamada atividade cultural.

Naquela época, a cidade de São Mateus tinha a Semana da Arte uma vez por ano, eu acho que isso impressionou o pessoal o influenciou, e eles projetaram em termos desta Semana de Arte, a Universidade, na época, mostrou-se interessada em participar da coisa e instalar lá alguns cursos e tudo mais. Então, o projeto da Jones dos Santos Neves era basicamente a área cultural e a área turística, eu acho que hoje mudaram completamente as condições, turismo hoje já não pode ser (MACHADO, 1979).

Reinaldo Machado (1979) defendeu que o turismo não deveria ser a função principal do Porto de São Mateus e sim uma atividade secundária. Para ele, “[...] a cidade é uma coisa viva, e é mesmo, não é só opinião. Então, quando a área da cidade deixa de ser útil, morre, apodrece. O que aconteceu com o porto de São Mateus foi exatamente isto [...]”. Portanto, Machado defendeu que as casas fossem, de fato, usadas e afirmou que:

[...] as casas só podem ficar conservadas quando elas forem úteis de fato, porque, com as pessoas ocupando, vão tratar delas, vão cuidar, uma goteira que aparece o cara tira; quando está desocupada, a goteira aparece, apodrece a madeira, cai lá dentro e vai ficando, cada vez mais. Sendo habitada, a pessoa abre a janela, ventila a casa, fecha a janela quando chove. Não tem ninguém, o negócio fica fechado o tempo todo, desenvolvendo mofo, animal, cupim e tudo. Nenhuma conservação. Eu só acredito que é possível conservar se for usado de fato. O uso conserva melhor que o abandono (MACHADO, 1979).

Outro especialista que criticou o projeto de restauração voltado para as atividades turísticas foi o Dr. Raul Pastranã, perito da UNESCO. Como destaca Firme (1979),

Segundo o Dr. Pastranã, a proposta da FJSN seria basicamente centrada numa atividade externa à cidade de São Mateus, já que se apoiava nas semanas de arte e nos programas de treinamento do CRUTAC. Segundo seu ponto de vista, o caminho da reintegração da área do porto à cidade e à região deveria partir da análise da cidade, seu equipamento e estrutura de prestação de serviços, para, identificadas as carências e aspirações, utilizá-las na proposta de reconstrução do porto, atraindo assim a vida cotidiana da população para a área dos casarões (FIRME, 1979).

Nos dias atuais julgamos necessário refletir sobre a importância de tais críticas, afinal, tratam-se de problemas que o sítio histórico enfrenta. A necessidade de integrar esse espaço à vida cotidiana da cidade de São Mateus precisa ser discutida. É preciso preservar o Porto em função da história e da cultura local e conjuntamente pensar soluções para integrá-lo ao cotidiano local.

Atualmente, se comparado a outros períodos, o Porto encontra-se relativamente preservado. No entanto, como afirma Fonseca (2017), “[...] uma política de preservação é uma prática bem mais ampla que um conjunto de atividades que visam a proteção material de determinados bens” (p.25). Não basta somente cuidar da parte

física do porto, é necessário, portanto, que se criem laços entre a população e o referido bem cultural levando à compressão dos significados e valores que justificam a sua preservação. Ainda de acordo com Fonseca (2017),

[...] a proteção da integridade física dos bens patrimoniais não é por si só suficiente para sustentar uma política pública de preservação. Isso porque a leitura de bens como bens patrimoniais pressupõe as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação (p.41).

É nesse contexto que entendemos como importante a educação patrimonial, ação que deve acontecer nas escolas e também fora dela. É necessária uma educação patrimonial que aproxime a população de seus bens culturais, e não apenas promova a “difusão das significações produzidas pelos agentes institucionais” (FONSECA, 2017, p.45) responsáveis pela preservação, mas que possibilite a compreensão, a significação e a ressignificação dos bens culturais pelos diversos setores da sociedade.

Sendo assim, questionamos: o que tem sido feito em relação ao sítio Histórico Porto de São Mateus para uma preservação que ultrapasse os limites da conservação da parte física do mesmo? O que tem sido feito para mudar a imagem negativa que ainda persiste em relação à região onde situa-se o porto? Como o porto pode ajudar a contar a história local?

3.3 O SÍTIO HISTÓRICO PORTO E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM SÃO MATEUS

Nos parágrafos anteriores procuramos demonstrar a centralidade do Porto ao longo da história de São Mateus e, além disso, buscamos mostrar que mesmo depois do processo de restauração e tentativas de integrar o mesmo à rotina da cidade, ainda existe certo preconceito em relação à região do Sítio Histórico, fato este, que contribui para que as pessoas se afastem cada vez mais desse patrimônio.

Sendo assim, neste ponto da pesquisa, almejamos investigar como o Porto vem sendo utilizado pelos professores, principalmente da disciplina de história, tendo em vista, que a educação patrimonial pode oferecer possibilidades que vão ao encontro da

grande carência percebida no Porto, ou seja, da necessidade de ser ressignificado e compreendido pela população local.

Para tanto, iniciamos esta reflexão recorrendo ao livro de Nardoto e Oliveira (1999), visto que, o mesmo consta como referência básica para o ensino de história local no município de São Mateus. Procuramos identificar na referida obra os trechos em que a mesma aborda o porto e, ao mesmo tempo, analisar como este importante patrimônio local é compreendido pelos autores. Posteriormente, analisamos a parte da entrevista em que questionamos os professores sobre os usos desse patrimônio local. Além disso, recorreremos também à entrevista realizada com a secretaria de cultura do município, onde buscamos informações acerca da situação atual do porto, bem sobre a existência de projetos de educação patrimonial.

Inicialmente é possível identificar que, considerando a importância econômica e a centralidade do Porto para a história de São Mateus, o mesmo é abordado poucas vezes na obra de Nardoto e Oliveira(1999). Inicialmente, os autores dedicam meia página de sua obra para apresentar o Porto aos leitores. Nardoto e Oliveira (1999) citam, neste ponto, a construção dos imponentes sobrados e também as melhorias ocorridas na estrutura do Porto:

“De 1840 a 1870 foram sendo construídos imponentes sobrados de mirantes, pátios internos, cobertos com telha canal, gradil de ferro trabalhado, símbolo do poderio econômico da elite de então. É nessa época que surgem melhoramentos como iluminação pública por lampiões. Calçamentos nas ruas com as pedras trazidas nos lastros dos navios, entre outros. Só em 1917 é que chegou a energia elétrica na cidade, produzida, primeiramente, por motores (p.50).

Os autores também mencionam o fato do mesmo ser a única via de acesso à região de São Mateus. Para eles, a inexistência de outras vias de escoamento da produção agrícola aumentou o movimento no Porto, especialmente após a autorização da navegação regular, em 13 de julho de 1860 (p.50). Nardoto e Oliveira (1999) também citam os navios que faziam a navegação regular no Porto de São Mateus. Segundo eles,

O porto de São Mateus tornou-se parada obrigatória para muitos vapores da companhia Espírito Santo de Caravelas. Navios do Lloyd Brasileiro, como Mayrink, Vitória Miranda e Jordão & Cia aportavam em São Mateus com regularidade quinzenal (p.50).

Posteriormente, na parte do livro dedicada a aspectos econômicos de São Mateus, Nardoto e Oliveira (1999) retornam à temática do Porto. Neste ponto eles discorrem sobre a grande importância do cultivo de mandioca e da produção de farinha. Mencionam também que “como a entrada e saída de mercadorias acontecia por via fluvial, a maioria desses negociantes instalou-se na Cidade Baixa (Porto) onde construíram sobrados que lhes serviam como moradia e estabelecimento comercial” (p.256).

Em relação ao comércio na região do Porto, Nardoto e Oliveira (1999) nos trazem informações que consideramos de grande importância para compreendermos a amplitude das atividades comerciais naquele Local. Os autores citam um levantamento feito na década de 40 e publicado no jornal ‘O NORTE’ que traz as principais atividades comerciais que aconteciam no porto. Dentre estas, constata-se que ali existiam lojas de ferragens, louças, tecidos, calçados, secos e molhados, brinquedos, padaria, bar, açougue, farmácia e, até mesmo, fábrica de vinhos.

Em um trecho do livro dedicado aos pontos turísticos de São Mateus, Nardoto e Oliveira (1999) voltam a mencionar o Porto. Desta vez já o trazem como sítio Histórico e citam seu tombamento pelo Conselho Estadual de Cultura, fazem alguns elogios às belezas do patrimônio restaurado e apresentam algumas fotografias do mesmo, onde é possível perceber que fora recentemente restaurado. No entanto, os autores trazem poucas informações sobre o processo de tombamento, bem como, da restauração do casario, acontecimentos estes que se arrastaram por mais de vinte anos. A respeito desse assunto, apenas mencionam vagamente a iniciativa de Maciel de Aguiar e demais integrantes do Centro Cultural Porto – CCP. Segundo o autor,

Após inúmeras atividades desenvolvidas sem a chancela de uma entidade, um grupo de jovens preocupados com a restauração e preservação do casario histórico do Porto de São Mateus se reuniu num velho sobrado do Porto e ali lançou a semente da criação do Centro Cultural Porto de São Mateus (p.319).

Sendo assim, temas como o longo processo de tombamento e restauração desse patrimônio, o qual se arrastava a mais de duas décadas e contou com o apoio de grandes nomes do cenário artístico e intelectual nacional como, por exemplo, Gilberto Freire, Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer, Chico Buarque de Holanda dentre outros não fora abordado pelo autor. Eles também não citam o período de decadência e os acontecimentos polêmicos como a expulsão das meretrizes que passaram a ocupar

os antigos casarões. É importante mencionar que as meretrizes preservaram os sobrados por décadas, evitando seu total desaparecimento. Mais uma vez o Porto é lembrado por sua importância econômica, seu vigoroso comércio e pouco se fala sobre os escravos, as prostitutas, os pobres, ou seja, aqueles que sempre estão invisíveis para uma história que somente privilegia os grandes personagens e grandes feitos. Tais fatos reforçam as evidências da existência de um certo tipo de preconceito para com a região do Porto de São Mateus.

Neste ponto da pesquisa, nos valemos também das entrevistas realizadas com os professores de história, visto que, algumas das perguntas foram feitas com intuito de compreender a relação desses professores com o Sítio Histórico Porto e como este vem sendo utilizado pelos por eles para o trabalho com temáticas envolvendo a história local. Primeiramente, salientamos que São Mateus possui diversos patrimônios, tanto materiais, quanto imateriais e, logo em seguida questionamos se os docentes fazem uso da educação patrimonial em suas aulas (APÊNDICE I). Posteriormente, perguntamos, especificamente, sobre os usos do Sítio Histórico Porto nas aulas de história. Passamos, a partir de agora, a analisar as falas dos docentes quanto a essas questões.

Sobre o questionamento a respeito do trabalho com Educação Patrimonial, a maioria dos professores entrevistados disseram que abordam tal questão durante suas aulas. Nesse momento, algumas falas deram indícios do que tem sido feito em sala de aula a respeito dessa temática. Vejamos a fala da professora Ellen:

Sim, trabalho sim com educação patrimonial, principalmente no sexto ano. Porque quando você ensina introdução aos estudos históricos, você acaba trabalhando sobre fontes históricas e você acaba falando de patrimônio. [...] E o que eu percebi trabalhando isso em sala de aula? Que os nossos alunos, os nossos educandos, eles conhecem pouquíssimo sobre o patrimônio do município em que eles moram. A grande parte deles nunca visitou um museu, não sabe nem da existência de alguns museus que tem aqui no município de São Mateus [...] E o principal, esse desconhecer dos alunos mostram uma realidade no município de São Mateus: História não é importante par São Mateus, as pessoas não valorizam história. Eles veem, por exemplo, um monumento antigo como a Igreja Velha e para eles é só mais um prédio antigo que está lá e já poderia ter sido derrubado. Eles não percebem qual é a importância real daquele monumento para a cidade, a história que ele conta (MOURA, 2018).

Esta resposta, em particular, despertou-nos mais atenção, pois compartilhamos com a professora Ellen a mesma percepção de que a história local em São Mateus parece ser constantemente deixada de lado, portanto, um campo do saber que carece de

maior atenção. Esse distanciamento para com a história é perceptível no trato com o patrimônio, muitas vezes negligenciado e, até mesmo, esquecido pela população local. Cabe lembrar que esta percepção, inclusive, foi um dos motivos que nos levaram a propor esta pesquisa.

Em outra entrevista, o professor Rodrigo Fernandes (2018) destaca, além do patrimônio material, o imaterial. Especificamente, ele ressalta a capoeira. Segundo ele, considera “muito interessante nessa cultura imaterial, a própria capoeira” e menciona que “a escola aqui tem um projeto de intercâmbio de capoeira, em parceria aí com o professor, a gente faz isso todo ano, já até aconteceu esse ano”.

Alguns poucos professores afirmaram não trabalhar a temática do patrimônio em suas aulas ou pelo menos não trabalham de forma satisfatória. De acordo com o professor Rafael Gomes (2018), “[...] atualmente, para falar a verdade, eu não tenho feito. Não é algo que eu trabalhe [...]. O docente ainda complementa que quando é possível, cita algo relacionado ao conteúdo.

Numa perspectiva parecida, destacamos, também, a fala do professor Bruno Oliveira (2018). Segundo ele, em suas aulas aborda o assunto “De forma superficial” e salienta que costuma “falar dessa questão da educação patrimonial no início, logo no início do ano letivo, na introdução da história no sexto ano, programa do sexto ano, inclusive” Oliveira (2018).

A propósito, foi possível identificar que a maioria dos professores que abordam o patrimônio cultural em suas aulas, o fazem com mais frequência nas turmas de sexto ano, logo no início do ano letivo pois, segundo eles, esse assunto se encaixa nas temáticas ligadas a `introdução aos estudos de História. De acordo com a professora Lorena, ela ensina tais conteúdos,

Principalmente também no sexto ano. Sexto ano é o que eu mais trabalho história local e essas questões, porque no conteúdo de sexto ano, a gente tem história... cultura, aquela parte inicial. E aí na hora de trabalhar cultura material e imaterial, eu utilizo a história local, as peças locais, os monumentos locais, as questões imateriais também, a Festa de Reis, tudo eu insiro local (SANTOS, 2018).

A justificativa dos professores para o trabalho com a temática de patrimônio no sexto ano se deve ao fato de que os currículos, bem como os livros didáticos, trazem para este período da vida escolar alguns temas introdutórios ao ensino de história, tais

como, fontes históricas, patrimônio histórico, tempo histórico. Sendo assim, os professores utilizam-se do patrimônio local como exemplos mais próximo à realidade dos alunos.

O programa de ensino de História da rede municipal de ensino de São Mateus não menciona o termo patrimônio em específico, no entanto, a partir do tópico “Introduzir as noções de cultura, cultura material, cultura imaterial e etnocentrismo” (SÃO MATEUS, p.166, 2018) é possível incluir as ideias de patrimônio cultural. Além disso, sendo o patrimônio uma fonte para a compreensão da história, é possível desenvolver tal conteúdo a partir da definição do conceito de fonte histórica.

Entretanto, o trabalho com educação patrimonial não deve ficar restrito somente às turmas de sexto ano. Nesse período, inicialmente deve-se trabalhar o conceito de patrimônio e, obviamente, são válidos os exemplos de patrimônios locais, porém a temática da educação patrimonial deve permear toda a vida escolar e até mesmo fora dela, afinal,

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG, MONTEIRO, p. 4, 1999).

Os professores foram também questionados a respeito do uso específico do Sítio Histórico Porto de São Mateus em suas aulas. Apenas dois, dentre os onze entrevistados, afirmaram que levam seus alunos para visitar e conhecer o Porto. De acordo com Maria Helena (2018), “[...] eu tento todo ano, assim, fazer projetos. Eu gosto de dar uma aula viva lá no porto, porque lá é um cenário histórico. Eu levo meus alunos [...] então todo ano eu levo meus alunos para lá. Ali a gente faz uma aula histórica, mostrando tudo”.

A professora Lorena também afirmou levar suas turmas para conhecer o sítio histórico Porto. Segundo ela,

[...] eu tenho um projeto que eu aplico nas minhas turmas de sextos anos, em leva-los até lá para poder apresentar, porque a formação da cidade se deu naquele espaço e a gente tenta trabalhar algumas questões com eles,

levando-os até o local, aquela questão de visualizar o espaço (SANTOS, 2018).

Além das visitas, foram identificadas outras formas de se abordar o Sítio Histórico. Os docentes citaram o uso de textos, como os livros de Maciel de Aguiar, as imagens do porto, os vídeos e também as atividades em forma de pesquisas.

Outros professores demonstraram abordar o Sítio Histórico Porto de maneira menos aprofundada. O professor Bruno Oliveira (2018), por exemplo, menciona que trabalha o Porto de forma superficial e justifica afirmando que “até pelo fato de você não ter esse contato com frequência, de estar ciente que há um abandono em relação ao patrimônio e tal, então isso acaba até, de certa forma”.

O professor Rafael Gomes também demonstra não abordar o Sítio Histórico de maneira satisfatória. No entanto, culpa o poder público pelas dificuldades em relação ao trabalho com o referido bem patrimonial. Vejamos um trecho de sua fala:

[...] eu fui lá particularmente uma vez, mas que existe até um descaso do poder público, não é um local que proporciona a visitação, né? Não sei em que pé está isso atualmente, mas a gente enxerga que também não tem uma estrutura necessária para o trabalho ser realizado de forma correta. [...] a questão da capacitação, de material, as dificuldades que a gente tem de conciliar, acaba que uma coisa soma à outra e aí não dá para realizar, né? (GOMES, 2018).

Aproveitando a fala do professor acerca das condições do Sítio Histórico para receber os alunos e demais visitantes, bem como o papel do poder público nesse processo, cabe fazer algumas considerações a partir das observações realizadas nas visitas ao local durante a pesquisa. Foram úteis também para esta análise, a entrevista com a atual secretária de cultura do município de São Mateus, Domingas Dealdina (2018). Destacamos que esta entrevista foi essencial para nos aproximarmos um pouco mais da realidade cotidiana do Porto.

Inicialmente, questioneei à secretária Domingas se existem, atualmente, projetos voltados para a questão da educação patrimonial, principalmente relacionado ao Sítio Histórico Porto. Ela afirmou, que até agora foram poucos avanços em relação à Educação Patrimonial. Ressaltou também que “[...] conta com a parceria da secretaria de Estado da Cultura, tem algumas faculdades particulares com cursos de arquitetura, mas não tem nada, assim, voltado mesmo para a questão da educação patrimonial” (2018). No entanto, ela também afirma que existe pretensão de envolver a secretaria

de Educação em prol de projetos voltados para a educação patrimonial. Domingas ainda lamenta o fato de ter se findado um projeto da UFES que acontecia no Porto. Segundo ela,

[...] já teve uma atuação muito mais presente também da Universidade aqui, porque eles tinham um projeto que era a UFES no Porto, uma vez por mês. Tem uns dois anos que esse projeto parou de acontecer e era um projeto muito bacana, porque você trazia um outro público, que era um público da academia, formadores de opinião [...] ajudava bastante na divulgação, na questão da preservação. Era muito bacana ter esses alunos, esses universitários aqui mais presentes também no Porto (DEALDINA, 2018).

Outro questionamento feito à Domingas foi a respeito das visitas de alunos que o Porto tem recebido nos últimos anos e, de acordo com ela, o local recebe “não só alunos de São Mateus, mas também de cidades vizinhas. Ela prossegue dizendo que

[...] na verdade, eu pude perceber, pelo menos esse ano, que, assim, os alunos que vieram visitar são mais de outros municípios do que daqui de São Mateus mesmo [...] acabei não fazendo um histórico, mas a grande maioria são de outros municípios. Daqui de São Mateus mesmo, esse ano foram poucas escolas que eu recebi aqui no porto para visita (DEALDINA, 2018).

Sabe-se que uma das condições para que as visitas aconteçam no Porto é necessária a existência de condições físicas mínimas. Quanto a essas condições, em relação ao Sítio histórico Porto, constata-se, que alguns casarões necessitam de restauração. O fato é que a falta de uso do casario contribui para a deterioração ainda mais rápida dos mesmos. Alguns deles encontram-se ocupados, sendo que, um abriga uma creche, outros funcionam como bares e um outro funciona como oficina de peças de cerâmica, além disso, um projeto social está instalado em um dos antigos sobrados. O restante não está sendo utilizado. Segundo Domingas (2018), “alguns estão interditados [...] com paredes com rachaduras, que aí, são os que precisam passar por um restauro, para poderem dar uso”.

O casarão mais bem conservado do sítio histórico é onde está sediada atualmente a Secretaria Municipal de Cultura. De acordo com Domingas Dealdina (2018), ele foi “reformado em 2015/2016, por uma parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e o Sincades que foi quem financiou essa restauração”. Na parte do térreo funciona a secretaria de cultura, já no andar superior funciona um espaço denominado “Arena Cultural Porto de São Mateus”, a qual, fica disponível para a realização de eventos culturais. É importante destacar, que o prédio atende às exigências quanto à questão da acessibilidade de pessoas com deficiência, possuindo, inclusive, elevador.

Portanto, a partir das entrevistas foi possível perceber que o Sítio Histórico Porto, apesar de sua relevância na história de São Mateus e da riqueza de possibilidades em prol do ensino de História vem sendo pouco utilizado pelos professores. Dentre as justificativas para este afastamento dos docentes em relação ao porto destacam-se a falta de conhecimento mais aprofundado sobre a história do mesmo, a falta das condições necessárias para levar os alunos até o Sítio Histórico e também, a falta de estrutura do local para receber visitantes.

4 O SÍTIO HISTÓRICO PORTO DE SÃO MATEUS E SUAS POSSIBILIDADES ENQUANTO FONTE PARA ENSINO E PESQUISA DA HISTÓRIA LOCAL

*Tudo na vida se acaba, mas ainda resta uma esperança
Seu nome ficou na história, o passado como lembrança
O que era o velho porto, hoje não passa de grande ruína
Feito com braço forte e ajuda da mão divina
Suas casas caíram, os trapiches abandonados
Mas aqui já teve coisa linda.*

(Lauro Santos)

Diante do cenário apresentado nos capítulos anteriores acerca do ensino de história local, principalmente na região de São Mateus, propomos neste momento uma reflexão para pensarmos possibilidades e alternativas para os usos do sítio histórico Porto de São Mateus, bem como os discursos produzidos sobre o mesmo, no ensino da história local que, como é perceptível, ainda é fortemente marcado pelo viés positivista, linear e impregnado pela noção de progresso. Para tanto faremos uso das contribuições de Walter Benjamin (1996) e Marc Bloch (2001), uma vez que, resguardadas as particularidades, ambos nasceram no final do século XIX e experienciaram as duas grandes guerras mundiais, foram perseguidos pelos regimes nazifascistas e seus escritos, que muito combateram a história metódica ou positivista, colaboraram significativamente para com as grandes mudanças ocorridas na pesquisa e no ensino de história durante o século XX.

Walter Benjamin é compreendido como um grande crítico da modernidade capitalista e transitou por diversas áreas do conhecimento como história, filosofia, literatura e diversas outras, sendo impossível classificá-lo como pertencente a um único campo do saber. Benjamin, que era membro da Escola de Frankfurt, se apropriou de elementos do marxismo, do romantismo e do judaísmo na formulação de seu pensamento. Um ponto importante a ser destacado é o fato de Benjamin não ter produzido teses, e sim aforismos, pequenos textos conhecidos como mônodas, que apesar de sua brevidade são capazes de desestabilizar aquilo que aceitamos, até então, como verdades absolutas, engessadas. E é a partir de alguns de seus principais conceitos como experiência, narrativa e memória que inicio esta reflexão, consciente de que tal autor tem muito a contribuir em prol de uma história local mais humana, atenta às sensibilidades, às inquietudes e questionamentos do presente.

A história e a memória, como demonstrado por Maria Carolina Bovério Galzerani (2008), são conceitos originados na antiguidade Greco-clássica sendo que o primeiro se aproxima do sentido de investigação e o segundo da ideia de conhecimento. Ainda segundo a autora,

Data do final do século XIX a construção do conceito de história como disciplina, quando esta deixa de ser intimamente articulada à arte e à filosofia, para adquirir conotações mais específicas, isto é, técnicas e científicas. Data, ao mesmo tempo, deste final dos oitocentos, com o avanço da modernidade capitalista, a hierarquização dos saberes, o prevalecimento da história como ciência, como disciplina, em relação à memória (p.19).

Desde então, a memória passa a ser um conhecimento preso à história, uma das fontes de pesquisa da mesma. Autores consagrados da historiografia compactuam com tal hierarquização entre história e memória, como podemos perceber em um trecho onde Le Goff (2013, p.32) afirma que “A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a ratificar seus erros”.

Em Benjamin (1996), percebemos uma ressignificação do conceito de memória. Para o pensador berlinense, ela é conhecimento, porém atravessado por sensibilidades, visões de mundo, esquecimentos, entrecruzamentos entre presente e passado. Segundo Galzerani (2008),

Benjamin nos oferece um dado conceito de memória, capaz de ampliar a dimensão de ser sujeito – tanto sob o ponto de vista social tanto sob o ponto de vista psicológico. Conceito de memória capaz de dinamizar a visão de produção de conhecimentos, entrecruzando diferentes espaços, diferentes temporalidades, diferentes sujeitos, diferentes visões do mundo (p.19).

Tais memórias perderam importância no rol dos saberes. Nas escolas, o que interessa a ser ensinado é o saber mecânico, sistematizado e decorativo. A memória aparece como o simples ato de decorar, memorizar conteúdos. Comunicar experiências, narrar memórias de experiências vividas, repletas de sabedorias ou até mesmo dar conselhos está em vias de desaparecimento, “parece hoje algo de antiquado” (BENJAMIN, 1996, p.200).

Um dos textos importantes de Benjamin refere-se à perda da experiência na modernidade. Para ele, a experiência traz um tipo de ensinamento e sempre fora comunicada aos jovens pelos mais velhos por meio de narrativas. Nesse sentido, a arte de narrar refere-se à comunicação de experiências vividas. Em Experiência e Pobreza, Benjamin (1996) afirma que

Tais experiências nos foram transmitidas, de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos: "Ele é muito jovem, em breve poderá compreender". Ou: "Um dia ainda compreenderá". Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a pais e netos (p.114).

Sendo assim, em comunhão com Benjamin (1996, p.198), compreendemos a arte de narrar como a “faculdade de intercambiar experiências”, comunicar, principalmente aos mais novos, algum ensinamento, alguma moral, alguma sabedoria. E é justamente essa experiência que Benjamin afirma estar em baixa na modernidade capitalista, sendo a mesma substituída por meras vivências. Segundo o autor, “O primeiro indício da evolução que vai culminar na morte da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno” (p.201). Além disso, a aceleração produzida pela máquina se reflete em nossas vidas, perdemos a consciência do todo, lógica que existia na produção artesanal, a trocamos por saberes esfacelados. Para Benjamin (1996) a arte de narrar estava ligada ao modo de produção artesanal. Na era da aceleração produzida pela máquina, é a informação ganha importância:

[...] Por outro lado, verificamos que com a consolidação da burguesia - da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes - destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antigas que fossem suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica. Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora, de resto, provoca uma crise no próprio romance. Essa nova forma de comunicação é a informação. (p.202)

Nas entrevistas realizadas com alguns dos professores de história da rede municipal de ensino, quando questionados sobre o uso do Sítio Histórico Porto de São Mateus em suas aulas, a maioria demonstrou usá-lo apenas a título de informação, exemplos ou menções durante algum tema que fosse possível encaixar tal objeto de estudo. Apenas três, entre os onze professores entrevistados, mencionaram a visita ao Porto como prática de ensino, mas ficou claro em algumas falas as dificuldades em realizá-la com os alunos, pois “[...] nos últimos anos ficou difícil a questão do transporte [...]” (RIBEIRO, 2018) ou “[...] a gente, assim, não tem muitos recursos para ir em loco visitar, para os meninos terem esse contato, verem [...]” (RODRIGUES, 2018).

Sendo assim, questionamos: quais experiências os professores de história têm com o referido bem para poder produzir narrativas sobre o mesmo? Quais experiências seriam possíveis entre alunos e professores com o Sítio Histórico Porto? Como a história do Porto deve ser contada? Sendo o referido bem um monumento, uma

construção que pertencera a antiga elite local, como produzir narrativas que nos ajudem a conhecer a história local a partir do sítio histórico do porto que privilegie não somente à história dos vencedores, mas também nos conte a história dos esquecidos, dos silenciados?

Seria muita pretensão exigir que professores, tanto de história quanto de outras áreas do conhecimento, pudessem ensinar por meio da narrativa de experiências vividas todos os temas pertinentes às suas respectivas áreas. Como demonstrara Bloch (2001), é impossível conhecer toda a história e, portanto, é necessário delimitá-la. Obviamente muitos assuntos serão passados como uma simples informação e isso é compreensível. No entanto, trata-se aqui de um patrimônio, um objeto de estudo que nos é muito próximo e que tem passado despercebido ou, numa interpretação Bejaminiana, é uma vítima do fantasma do esquecimento, mas que pode oferecer inúmeras possibilidades enquanto objeto de ensino e pesquisa referente à história local.

O uso do conceito de experiência em Walter Benjamin (1996) trazido nesta pesquisa vai ao encontro a uma necessidade flagrante do Sítio Histórico, pois é a partir dela se produzem significados, narrativas, histórias e memórias. Levar os alunos a terem, contato e experiências com o Porto, bem como com os discursos produzidos sobre o mesmo abrirá a possibilidade do mesmo ser ressignificado e só então compreendido pela população local. A educação patrimonial tem um papel de grande importância nessa dinâmica pois, não basta somente preservar a estrutura física dos bens por meio da legislação. Como mencionado por Fonseca (2017, p.41), “a leitura dos bens como patrimoniais pressupõe as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação”.

Não se trata de uma tarefa fácil pois, como já demonstrado, o bairro onde está localizado o sítio histórico do Porto é alvo de preconceitos por parte da população local. É comum o discurso de que a região é perigosa e violenta, e essa mesma fala passa a ser apropriada pelos alunos desde muito cedo, contribuindo assim para que as pessoas se afastem ainda mais deste patrimônio e, conseqüentemente, privando os mais jovens da experiência de conhecer um pouco mais sobre história local a partir do Sítio Histórico.

Como mencionamos, Benjamim (1996) faz uso de termos judaicos em seus escritos, como por exemplo, o conceito de redenção, o qual é ressignificado pelo pensador. Para ele, a redenção verdadeira se dá no momento em que todos são resgatados dos esquecimentos, dos apagamentos ocasionado pela história dos vencedores. Nas consagradas teses sobre o conceito de história ele afirma que

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um de seus momentos (BENJAMIN, 1996, p.223).

A história redimida é aquela que resgata os esquecidos. Aqueles que a história dos vencedores escondeu e negligenciou, protagonistas de um passado que nos “dirige um apelo” (BENJAMIN, 1996, p.223). Aqui, questionamos: até que ponto estamos apenas contando uma versão da história dos vencidos escrita pelos vencedores? Quando damos, de fato, voz aos esquecidos da história? No caso de São Mateus e, especificamente o Porto de São Mateus, o quanto os excluídos tem aparecido em nossas narrativas? Quais as possibilidades o Sítio Histórico do Porto nos oferece acerca do conhecimento da história dos vencidos? Como encontrá-los no que restou casarões que nos remetem aos barões, aos grandes coronéis?

A ideia de história defendida por Walter Benjamim se aproxima de uma modalidade que nas últimas décadas vem ganhando força e espaço no meio acadêmico, a qual denomina-se história vista de baixo. Segundo Jim Sharpe (1992), é com Edward Thompson, a partir da publicação do artigo 'The History from Below', que esse modo de se investigar a história se concretizou. Desde então,

Essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história (p.41).

De fato, a contribuição de Thompson (1987) foi muito significativa para a consolidação da história vista de baixo. O autor deixou claro sua pretensão no prefácio de 'A Formação da Classe Operária Inglesa' ao estabelecer que

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual 'obsoleto', o artesão 'utopista'[...] Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários

podem ter-se tomado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não (THOMPSON, 1987, p.13).

Portanto, acreditamos que abordar a história local a partir de um patrimônio como é o caso do Sítio Histórico do Porto, recorrendo a uma perspectiva que privilegia uma visão de baixo, pode oferecer inúmeras possibilidades para a construção de conhecimentos sobre o passado local, uma vez que tal abordagem abre espaço para novas fontes, novas visões e versões sobre a história. Afinal, como mencionado por Jim Sharpe (1992).

Aqueles que escrevem a história vista de baixo não apenas proporcionaram um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornaram claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas (p.44).

Ainda de acordo com Jim Sharpe (1992), a história vista de baixo cumpre duas funções importantes, sendo que “[...] a primeira é servir com o um corretivo à história da elite, para mostrar que a batalha de Waterloo envolveu tanto o soldado Wheeler, quanto o Duque de Wellington [...]” (p. 53). E a segunda, refere-se ao fato de que “[...] a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história [...]” (53).

De acordo com a teorização tecida por Walter Benjamin (1996) sobre o patrimônio cultural, podemos pensar no Porto de São Mateus como um monumento à barbárie. De acordo com o pensador, tais monumentos “Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima de seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1996, p.223). Portanto a partir da perspectiva do pensamento de Benjamin, patrimônios como o Porto são símbolos de exploração de seres humanos, que só é perceptível se escovarmos tal história à contrapelo. Descobrimos histórias e memórias enterradas sob as ruínas que as paredes restauradas dos casarios escondem.

É necessário um projeto de educação patrimonial que leve nossos alunos à compreensão do espaço do Sítio Histórico do Porto, seus múltiplos significados, suas diversas temporalidades e também, as possíveis causas de seu esquecimento. Além

disso, é preciso estar claro para nossos jovens que naquele local se comercializavam pessoas e que as mesmas eram submetidas à trabalho escravo. Nossos jovens precisam saber que os construtores dos antigos sobrados não recebiam pagamentos, mas, por muitas vezes eram açoitados por fazerem “corpo mole”. Precisam saber também que muitos tentaram fugir, se aquilombaram, passaram a produzir farinha, esta que era transportada a partir do mesmo Porto, como demonstrado por Aguiar (2001).

É preciso salientar a ideia de temporalidade em Benjamin. O autor critica o que chama de “tempo homogêneo e vazio” (BENJAMIN, 1996, p.229) presente na concepção de história positivista onde a “massa dos fatos” é usada para preencher esse tempo. Sendo assim, a crítica do autor vai de encontro à concepção de que a história é uma simples sucessão de fatos e acontecimentos alinhados que caminham progressivamente. Benjamin também nos alerta quanto à crença no progresso que, para ele, é “considerado uma norma histórica” (BENJAMIN, 1996, p.226). Não nos enganemos a ponto de classificar Benjamin como um pessimista, afinal ele via o progresso técnico como algo benéfico até facilitador de nossas vidas. A grande crítica do autor é quanto à noção de uma história que caminha progressivamente para melhorias. Para ele, o progresso técnico não é sinônimo de progresso humano. As duas grandes guerras mundiais são exemplos cabais de que história da humanidade não caminha progressivamente para um futuro melhor, no sentido de um mundo mais justo, igualitário, harmonioso.

Trazendo estes questionamentos benjaminianos relativos à história linear, que avança progressivamente, para o ensino de história local em São Mateus é possível refletirmos até que ponto não estamos apenas entregando aos nossos alunos um passado “como ele de fato foi”, numa mera sucessão de acontecimentos ordenados cronologicamente, progressivamente em direção à um futuro melhor.

O grande desafio proposto neste ponto dessa reflexão é mostrar que é possível conhecer a história local a partir do Sítio histórico do Porto através de uma educação patrimonial que, ao mesmo tempo, ajude a ressignificar o mesmo. Em capítulo anterior procuramos demonstrar a centralidade do Porto na história Local como, por exemplo, sendo a único meio de se adentrar a região e ainda como o centro do comércio local e que hoje se encontra esquecido pela comunidade local. Em relação ao

esquecimento do Porto, a fala de um dos professores entrevistados nos chamou atenção:

[...] eu não morava aqui, eu venho de fora, venho da cidade de São Domingos do Norte. Nossa, lá nós sabemos mais da história de São Mateus e da importância da história de São Mateus, do que os moradores locais. Eles não têm noção do que é o Porto, eles veem o Porto, a região ali do Porto de São Mateus, como um lugar isolado, um lugar de bandido, um lugar de tráfico, mas não reconhecem a história local (AGUIAR, 2018).

Faz-se necessária uma educação patrimonial que vá muito além de apresentar o Porto aos nossos jovens como o espelho de um passado pronto e acabado, mas os ensine a questionar a própria constituição do mesmo enquanto bem cultural protegido por lei, os motivos de sua preservação e os conflitos em torno da mesma. Ressaltamos, também, a importância de se questionar o próprio “esquecimento” do referido bem cultural, os diversos silêncios em relação ao mesmo, afinal, “estamos certas de que, ao aprender a problematizar o silêncio, o professor ganhará força ao tecer novos fios em torno de suas realidades locais” (ALMEIDA; MIRANDA. 2017, p.168). Sendo assim, alguns questionamentos podem ser úteis neste percurso:

Quais os sentidos que determinado bem material ou intangível produz na sociedade? Ele pertence ou fala de algum grupo específico? Nessa direção, pode – se pensar qual Memória ele busca preservar? Por quê? Quem são os sujeitos que não se identificam com esse bem? Suas memórias estão representadas em algum lugar ou foram esquecidas? (ALMEIDA; MIRANDA. 2017, p.168).

No que se refere a abordagens que entendem os patrimônios materiais como espelhos capazes de nos trazer uma imagem fiel do passado, salientamos a importância de se trabalhar as diversas temporalidades que envolvem os mesmos. Especificamente em relação ao Sítio Histórico do Porto é preciso compreendê-lo dentro de seu tempo, ou melhor, dentro de suas diversas temporalidades. Dessa forma, conseguiremos compreender qual o seu lugar na comunidade local em diversos períodos.

No que tange à questão das temporalidades, é oportuno lembrarmos alguns períodos da história do Porto como o auge da extração aurífera na região das Minas durante o século XVIII e o conseqüente isolamento da região de São Mateus para evitar o extravio do ouro. Neste contexto, o Porto era a única maneira de adentrar a região. Já o século XIX é marcado por uma intensa movimentação no Porto em razão deste continuar sendo a única porta de entrada da região e, portanto, local da chegada

de navios negreiros e da saída da famosa farinha de mandioca produzida na região. É na segunda metade século XX que acontece a mudança da maioria do comércio para a parte alta da cidade e o conseqüente abandono dos casarões que passaram a abrigar cabarés e populações marginalizadas pela sociedade, fato que se agrava ainda mais com a expulsão das prostitutas.

Sendo assim, conhecer e compreender as diversas temporalidades que envolvem a história do Porto contribui para a compreensão história local, uma vez que ela sempre esteve ligada a própria história do Porto. Dessa forma podemos buscar entender os motivos do abandono, do esquecimento do referido patrimônio cultural. Como um local que outrora era considerado um importante centro comercial passa a ser deixado de lado pela sociedade local? Neste ponto reforço a importância da história cultural nesta empreitada, afinal, como demonstrado por Darnton (1988), ela serve justamente para estudar como as pessoas entendiam o mundo em outras épocas. Além disso, de acordo com Pesavento (2004),

Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além, pode-se dizer que a história cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representações da cidade que incidem sobre os espaços, atores e práticas sociais (p.78).

Enfim, para se compreender a história local em São Mateus a partir do Sítio Histórico do Porto com suas diversas temporalidades não basta apenas estudarmos sua importância econômica para a região, mas é preciso ir além e compreender como a população local compreendeu e compreende hoje tal espaço.

Para tanto, nos valem nesta pesquisa de fontes, até então, pouco utilizadas pela história local. Referimo-nos ao próprio sítio histórico como fonte para a pesquisa e o ensino e, além disso, recorreremos, também, a materiais repletos de memórias, tais como, vídeos, fotografias e entrevistas de jornais que trazem discursos sobre o sítio Histórico do Porto. Ressaltamos que as abordagens que faremos a tais fontes são apenas algumas das possibilidades, portanto não temos a intenção de trazer uma “verdade absoluta” sobre a história local, mas sim apontar caminhos e soluções possíveis e, que vão além dos manuais didáticos de história local, proporcionando assim um ensino mais humano e atento às realidades locais.

Um dos grandes problemas dentre os tantos outros enfrentados por professores no Brasil atualmente é a desvalorização salarial, o que obriga os mesmos a estenderem ao máximo suas cargas horárias a fim de satisfazer necessidades básicas de suas famílias. Atentos e imersos nesta dura realidade, procuramos privilegiar fontes de fácil acesso aos professores como, por exemplo, vídeos postados no *Youtube*, matérias de jornais disponibilizadas na internet, bem como fotografias do Sítio Histórico do Porto também facilmente encontradas na internet.

É importante lembrar que, por muito tempo, a história esteve presa ao texto escrito, porém, só serviam os textos oficiais, ou seja, aqueles produzidos pelo estado. A própria ideia de história enquanto ciência nasce alicerçada em tais documentos oficiais, paradigma que conhecemos como metódico ou positivista. De acordo com Reis (2006), “a história se limitaria a documentos escritos e oficiais de eventos políticos”. Nesse modelo historiográfico, “os fatos falam por si” (REIS, 2006, p.18) e a interpretação do historiador é irrelevante, cabendo-lhe a tarefa de ordenar e narrar os mesmos “tal como eles se passaram” (REIS, 2006, p.18).

Um dos grandes méritos de Bloch (2001) é romper com essa concepção de história limitada as fontes e aos documentos oficiais. Com ele, percebemos um alargamento considerável da definição de fonte histórica, que passam a ser compreendidas como tudo aquilo deixado pelos seres humanos, suas pistas, seus rastros. De acordo com o próprio Bloch (2001), o historiador fareja carne humana. A história passa a ser entendida como a ciência dos homens no tempo. Além disso, percebe-se também uma forte tendência à interdisciplinaridade, ou seja, um diálogo entre a história e as ciências sociais. Para Reis (2006),

A sociologia, a geografia humana, a economia, a demografia, a psicologia enriqueceram de tal maneira os *Annales* que até se pensou que a história tinha encontrado seu método definitivo e caminhava rapidamente em direção a um conhecimento exato (p.80).

Em especial gostaríamos de citar uma obra específica de Marc Bloch (2001), trata-se de *Apologia da história ou O ofício do historiador*, livro inacabado, devido a morte prematura do autor que se encontrava em poder dos nazistas. Neste importante texto, o autor faz uma grande defesa da história e, além disso, mostra como deve ser a escrita da história e o trabalho do historiador.

Nesse sentido, levando em conta que nesta pesquisa compreendemos o professor enquanto pesquisador e produtor de seu próprio material de ensino referente a história local, como os ensinamentos de Bloch (2001) podem contribuir nas pesquisas e nas aulas referentes à história local em São Mateus?

Nas entrevistas realizadas com os professores de História, quando perguntados sobre as principais dificuldades enfrentadas para ensinar história local, um dos pontos mais criticados pelos mesmos foi falta de materiais. De acordo com a fala de um dos docentes, “A maior dificuldade, creio que de todos, é material, né?” (RIBEIRO, 2018) ou de acordo com a fala de outro entrevistado, “Faltam documentos, falta informação, faltam livros, artigos. Tudo o que temos é uma coletânea de livros de um autor ou outro, aqui dentro das escolas, né?” (AGUIAR, 2018).

Sendo assim, em concordância com a possibilidades dos usos do documento em sala de aula e com os escritos de Bloch (2001), acerca do alargamento da noção de fonte histórica e a importância dos questionamentos em torno das mesmas. Passamos a tratar de algumas possibilidades de se pesquisar e ensinar a história local tendo como fonte o monumento que conhecemos como Sítio Histórico Porto de São Mateus e as diversas memórias que o mesmo carrega. A possibilidade do uso do documento enquanto monumento, foi analisada por Le Goff (2013). Para o autor, “todo documento é uma mentira” (p.497), é na verdade um monumento, ou seja, uma montagem e não um portador da verdade e, desse modo, deve ser desestruturado, desmontado para que se analise a própria produção do referido monumento.

Uma das possibilidades de se trabalhar a história local a partir do Sítio Histórico de Porto é o uso das diversas memórias referentes ao mesmo, no intuito produzir narrativas e significados que ajudem a compreender o referido patrimônio. É importante salientar, que abordaremos tais memórias no sentido Benjaminiano, ou seja, enquanto conhecimento e não como mera fonte hierarquicamente inferior à dita história oficial. As memórias sobre o Porto, muitas vezes guardadas por pessoas simples, estão repletas de conhecimentos sobre o mesmo. São fotografias, trechos de documentários, entrevistas em jornais que, como já mencionei, são facilmente encontradas na internet, das quais busco extrair as visões de mundo, os lamentos, os anseios, as preocupações de pessoas que viveram ou ainda vivem no Porto.

Antes de prosseguir, faz-se necessário esclarecer que as abordagens e questões aqui suscitadas nem de longe esgotam as possibilidades que tais fontes podem oferecer quando utilizadas no ensino de História. Sabemos que a bibliografia sobre o uso de tais fontes e documentos como as fotografias, documentários e jornais é vasta e não é objetivo desta pesquisa percorrê-las integralmente. Portanto, diante do problema da falta de fontes levantado pelos professores para o ensino da História Local, apontaremos alguns caminhos e possibilidades que estas podem oferecer em prol de um ensino de história local mais significativo.

4.1. VÍDEOS E DOCUMENTÁRIOS

Em consonância com a teorização tecida por Bloch (2001) acerca da definição de fonte histórica, começamos abordando um pequeno documentário intitulado *Neném Preta - São Mateus/ES* (2012) que facilmente pode ser encontrado no *Youtube*. Na descrição do mesmo constatamos que fora “produzido integralmente por alunos da oficina permanente de Audiovisual do Instituto Parceiros do Bem, projeto Rede olhares do mundo, ano 2. Parceria com o Projeto Araçá”. Trata-se de uma entrevista com Maria Dajuda, que ficou conhecida na região de São Mateus pelo apelido de Neném Preta e comandou um dos cabarés que movimentaram o porto em meados do século XX após o início da decadência das atividades financeiras do mesmo.

No vídeo, entre as memórias de uma vida difícil em que foi, inclusive, vítima de um estupro quando ainda era criança, Dona Neném Preta recorda com saudosismo os tempos áureos em que a vida noturna movimentava os cabarés do Porto. Menciona também as roupas que as mulheres usavam, se vangloria por dançar muito e até recorda que certa vez um rapaz veio de Teófilo Otoni – MG para lhe fazer par em uma apresentação de tango em uma das casas do Porto.

Ela ainda relembra no vídeo que antigamente “o Porto era mais movimentado”, fala sobre o comércio que ali acontecia e menciona alguns produtos que eram comercializados como farinha e lenha. Por fim, fala um pouco sobre o fim das

atividades dos cabarés quando, em certa ocasião, uma mulher foi ali assassinada e então o juiz local fechou as casas para que não houvessem mais mortes.

O documentário sobre Dona Neném preta (2012), aliado a outras fontes, pode ser um bom material para a introdução à história local e também à educação patrimonial abrindo um leque de questionamentos que nos dará fomento para buscar compreendê-la. Não se deve encará-lo como uma verdade absoluta sobre a história local, afinal, este não é objetivo das atuais tendências para o ensino de história e muito menos desta pesquisa. O documentário trata-se apenas da visão de alguém que viveu no Porto e presenciou seus momentos áureos e também viu sua decadência e quase desaparecimento. Portanto, o vídeo está repleto de memórias, aqui entendidas a partir do conceito benjaminiano, ou seja, revelador de sensibilidades, visões de mundo e conhecimentos entrecruzados que podem contribuir significativamente para uma reflexão sobre os discursos dominantes referentes a história local.

O documentário pode, inclusive, ser apresentado aos alunos antes de uma possível visita à região do Porto, uma vez que muitos discentes da Rede Municipal sequer conhecem o Sítio Histórico. Bittencourt (2009) chama esta prática de estudo do meio, e consiste em colocar o “aluno em contato com o meio social ou em situação de observação direta dos fenômenos naturais, para lhe proporcionar um estudo mais interativo e envolvente (p.272). Ainda segundo a autora, no caso específico da disciplina de história, “a observação do meio possibilita que os alunos, a partir das séries iniciais, sejam introduzidos no método de investigação histórica e desenvolvam o tão desejado pensamento crítico” (p.282).

Tal prática pedagógica exige uma preparação prévia, não se trata apenas de retirar os alunos do espaço escolar e leva-los para o local de estudo. “Por intermédio de bibliografia e outras fontes de informação” (p.281), como, por exemplo, o documentário sobre Dona Neném Preta, deve se apresentar previamente o referido local de estudo para os alunos e definir a “problemática a ser estudada” (BITTENCOURT, 2009, p.281). Afinal como alertara Bloch (2001), é necessário saber interrogar as fontes, pois as mesmas não falam por si só. Ainda em consonância com os escritos do referido autor, é importante destacar que “toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção” (p.79). Portanto,

o aluno deve ir para campo com questionamentos, com perguntas a serem respondidas, um roteiro de estudos.

Caso a visita ao Sítio Histórico se concretize, o aluno perceberá um ambiente bem menos movimentado que o descrito por Dona Neném Preta. O comércio se mudou para a cidade alta, muitos casarões estão vazios e fechados, em alguns funcionam bares, um outro abriga uma pequena escola, uma loja de artesanatos. Ainda existe algum movimento, mas nada comparado aos tempos descritos pela dona de um dos antigos cabarés que ali existiram. Além disso, poderão constatar que o Porto não é uma região violenta e perigosa como afirmam os boatos que circulam pela cidade. Ao contrário, o que se percebe é uma região tranquila, onde paira, na maioria do tempo, o silêncio.

Aqui, aproveitamos para destacar que, ao longo desta pesquisa, procuramos visitar mais vezes o Sítio Histórico e, em certas ocasiões, passamos horas sentados em um dos bancos próximos ao antigo cais observando a rotina do Porto. Participamos também de parte das comemorações que ali aconteceram durante a semana da Consciência Negra quando ocorreram palestras, apresentações culturais e shows que, infelizmente contaram com número reduzido de público. Nesse tempo, tivemos a oportunidade de conversar com alguns moradores, comerciantes, e pudemos perceber em suas falas a sensação de abandono que vai além daquele existente por parte do poder público, mas um abandono oriundo de uma população que deu as costas para um de seus patrimônios culturais.

A questão do abandono da região do Sítio Histórico pode, inclusive, ser uma das problemáticas a serem levantadas previamente, caso os professores se proponham a realizar um estudo do meio. Por que um local que outrora era uma dos mais importantes e estratégicos para a região que hoje se encontra esquecida, silenciada, e é vista com olhar preconceituoso por uma parte da população local?

Na impossibilidade de se realizar um estudo do meio, visto que, como relatado por alguns professores, as vezes faltam recursos para tanto, podemos recorrer a outros recursos como, por exemplo, as fotografias do Porto, estas que também são facilmente encontradas em livros locais, na internet e, até mesmo nos arquivos das famílias dos próprios alunos. Além disso, outros documentários relacionados ao Sítio

Histórico também podem ser introduzidos nas aulas como, por exemplo, o que se intitula “Sítio Histórico Porto São Mateus” produzido por Raphael Verly no ano de 2013. A descrição do vídeo diz que o mesmo se trata de “Uma tarde no Sítio Histórico Porto de São Mateus - imagem de um dos pontos mais antigo do Brasil” (VERLY, 2013).

Ao som da canção *Oro Mi Maió* do grupo Bantos do Iguape o vídeo segue mostrando cenas rotineiras no Porto. São crianças brincando no rio Cricaré, no largo do chafariz, num campo de futebol improvisado entre as ruínas de um velho casarão, são alunos saindo da escola que funciona em um dos casarões, são jovens conversando em um dos bancos posicionados no cais de frente para o rio. Cenas como estas se repetem nos fins de tarde e muito se diferem da euforia de um Porto muito movimentado descrito por Dona Neném Preta, porém, difere também do cotidiano de violência imaginado e até propagado por parte da população local.

É importante ressaltar que mesmo trabalhando com excelentes vídeos e documentários em sala de aula, tal prática não substitui uma visita ao sítio histórico. Um estudo do meio bem planejado é capaz de levar o aluno a ter experiências com este patrimônio cultural e a partir de então produzir narrativas, significados e criar laços de afetividade com o mesmo. Sendo assim, se temos a intenção de levar nossos alunos a terem experiências com o Sítio Histórico, não basta somente falar sobre ele, mas sim, leva-los a ter esse contato direto. De acordo com Chauí (1980),

O professor de natação não pode ensinar o aluno a nadar na areia fazendo-o imitar seus gestos, mas leva-lo a lançar-se n`água em companhia para que aprenda a nadar lutando contra as ondas, revelando que o diálogo do aluno não se trava com seu professor de natação, mas com a água. O diálogo do aluno é com o pensamento, com a cultura corporificada nas obras e nas práticas sociais e transmitidas pela linguagem e pelos gestos do professor (p.39)

Nesse sentido o professor pode amparar-se na lei que regulamenta o ensino de história local em São Mateus, uma vez que, a mesma estabelece que tal ensino “constituir-se-á em aulas práticas e teóricas” sendo que “[...] as aulas práticas terão a finalidade de levar o aluno aos locais históricos [...]” e, além disso, essas aulas devem atingir no mínimo 18h distribuídas ao longo do calendário anual (SÃO MATEUS, 1998).

Sobre a infraestrutura para realização das aulas práticas, é importante lembrar que a lei que trata do ensino de história local no município estabelece em seu Art. 4º que

“caberá a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde – Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Obras e Transportes a articulação” (1998). Portanto, as aulas práticas nos locais da memória do município é um direito do aluno e uma possibilidade de leva-lo a ter experiências com este bem cultural que muito pode contribuir para contar a história local, mas vem sendo esquecido pela população local.

4.2 FOTOGRAFIAS

Paralelamente ao uso dos vídeos e documentários e reforçando a ideia da multiplicidade de fontes defendida por Bloch (2001), destacamos também o uso de fotografias, no intuito de questionar, discutir e compreender as diversas temporalidades que envolvem a história do Porto de São Mateus. No entanto, como mencionado por Bittencourt,

O problema central que se apresenta para os professores é o tratamento metodológico que esse acervo exige, para que não se limite a ser usado apenas como ilustração para um tema ou como recurso para seduzir um aluno acostumado com a profusão de imagens e sons do mundo audiovisual. (2009, p.360,361).

O trato com as imagens no ensino de história deve superar a crença de que elas contêm a verdade absoluta sobre determinado acontecimento ou como uma visão fiel de algum fato histórico. Para tanto, como demonstrado por Bittencourt (2009), historiadores tem se debruçado sobre as mesmas amparados pelo conceito de representação. Para a autora, “é preciso entender que a fotografia é uma representação do real” (p.366).

Dessa forma, as imagens precisam ser questionadas, criticadas e, além disso, assim como outras fontes de pesquisa, não devem ser usadas de maneira isolada no ensino de história, sendo de importância primordial a confrontação das mesmas “com outras fontes, notadamente com os textos escritos” (BITTENCOURT, 2009, p.364).

Bittencourt (2009) chama também a atenção para a necessidade de desconstrução das fotografias para compreendê-las. Nesse processo, é de grande importância entendermos o papel do fotógrafo na produção da mesma. De acordo com a autora,

Existe sempre um sujeito por trás da máquina fotográfica. Existe sempre a manipulação da fotografia por ele, apesar da aparente neutralidade da imagem produzida pelo aparelho mecânico. A escolha do espaço, das pessoas em determinadas posturas, a luminosidade, o destaque a determinados ângulos das pessoas ou dos objetos ficam a critério do fotógrafo (p. 367).

Portanto, é necessário descartarmos a neutralidade das fotografias. É preciso questionar a intenção, seja do fotógrafo ou de quem o incumbiu de produzir a mesma. Um autor importante que nos ajuda a questionar a fotografia, bem como, seus usos na pesquisa e no ensino de história é Boris Kossoy (2001, p. 32). Segundo ele, as fotografias “São uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifração de seus conteúdos, e por consequência, da realidade que os originou”.

Além de fonte de informações e vestígios para compreendermos outras temporalidades, outras épocas, um outro aspecto importante que deve ser salientado nas pesquisas que fazem uso de fotografias é o fato das mesmas despertarem e revelarem diversas emoções e sentimentos. Sobre esta questão, Kossoy (1989) afirma que:

É a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções. Segunda vida perene e imóvel preservando a miniatura de seu referente: reflexos de vida congelados pelo ato fotográfico. Conteúdos que despertam sentimentos profundos de afeto, ódio ou nostalgia para uns, ou exclusivamente meios de conhecimento e informação para outros que os observam livres de paixões, estejam eles próximos ou afastados do lugar e da época em que aquelas imagens tiveram origem (p.16).

Sendo assim, em sintonia com a ideia da multiplicidade das fontes, o uso de fotografias no ensino de história tem potencial para produzir bons resultados desde que as usemos de maneira crítica, ou seja, munidos de uma metodologia que nos ajude a ler tais fontes, capaz também de interrogá-las, desconstruí-las.

No que se refere ao ensino de história local, a partir do sítio histórico Porto de São Mateus, discutido por esta pesquisa, selecionamos algumas fotografias correspondentes a momentos distintos da história do referido bem cultural. Começamos destacando o período em que o Porto ainda era bastante movimentado e concentrava grande parte do comércio local.

É importante destacarmos que as fotos aqui utilizadas estão também disponíveis em uma comunidade criada no *Facebook* e denominada “*Fotos antigas São Mateus e Norte do ES*” a qual conta com quase 12 mil membros. Nela, é possível encontrar diversas fotografias postadas por moderadores do grupo e demais participantes e que podem ser muito úteis para o ensino e pesquisa da história local. Recentemente, o criador da página foi homenageado pela câmara de São Mateus em razão dos relevantes serviços prestados à história local.

FIGURA 1: VISTA PARCIAL DO PORTO



Fonte: Coleção Eutychio d'Oliver. 1908.

FIGURA 2: VISTA PARCIAL DO PORTO

Fonte: Facebook "Fotos antigas São Mateus e Norte do ES"

Uma das grandes críticas de Walter Benjamin, como já mencionamos, refere-se à noção de tempo homogêneo e vazio tão presente na historiografia positivista. Nesta perspectiva historiográfica, os fatos e acontecimentos são dispostos a partir de uma narrativa linear. Além disso, tal modelo é impregnado pela ideia de progresso. Ao trabalharmos o Porto de São Mateus enquanto fonte de pesquisa em nossas aulas, é necessário destacar as diversas temporalidades que envolvem o mesmo, salientando períodos áureos e de decadência e dessa forma, romper com a noção de história que fixa o referido patrimônio como fruto de um progresso linear e ininterrupto até ser tombado como bem a ser preservado.

Nas fotos acima, percebemos um Porto movimentado. São os tempos áureos da venda da farinha de mandioca. A primeira imagem trata-se de parte da coleção do fotógrafo Eutychio d'Oliver produzida em 1908. De acordo com Paulo de Barros, Eutychio d'Oliver foi o

[...] protagonista da realização do “Álbum do Espírito Santo”, que pode ser considerada a maior empreitada relacionada com o trabalho de fotografia do início século XX realizada no Estado do Espírito Santo. O álbum foi produzido para divulgar as cidades, vilas, negócios, belezas naturais, produtos econômicos entre outras coisas, na histórica Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro. O conjunto de fotografias de Eutychio d’Oliver Vasconcellos se consolida como um dos principais documentos iconográficos do Estado, raro pelo número de imagens que contém e pelo fato de que escassos fotógrafos deixaram registros significativos sobre o Espírito Santo tanto no século XIX como no início do século XX (BARROS, 2016).

Nessa fotografia, tirada de uma distância maior em relação ao Porto, é possível verificarmos as casas imponentes tanto na parte baixa quanto na cidade alta. É de grande importância analisarmos que no momento desta imagem, as casas da cidade alta eram ainda construídas de frente para o Porto, tendo o mesmo e o rio Cricaré como uma vista privilegiada. Na atualidade, verificamos o contrário. Os prédios e casas construídas recentemente parecem não mais valorizar esta paisagem. Este fato foi percebido por Raquel Fialho, arquiteta que trabalhou na restauração do Casario do Porto. Em entrevista ao Jornal A gazeta, ela afirma que o descaso

[...] pode ser observado até mesmo na arquitetura da cidade. ‘As fotos do início do século mostram as casas sobre a encosta com suas fachadas voltadas para o Porto. Mas, apesar da bela vista, a cidade cresceu com os prédios novos dando às costas para o seu passado’, diz Raquel, e completa: ‘Isso dá uma idéia da falta de importância dos moradores com a sua história’ (MATTEDI, 1998, p17).

Comparar esta imagem com uma fotografia atual do Sítio Histórico levará o aluno a identificar esta diferença nas construções que outrora eram feitas de frente para o Porto e na atualidade parecem ter lhe dado as costas. Esse exercício mostra-se como uma excelente introdução à temática do esquecimento do referido bem cultural. O que levou a cidade a dar as costas àquele que em outros momentos era considerado o centro econômico local?

A segunda imagem chama a atenção pela quantidade de pessoas presentes no Porto naquele momento. Seria esta uma cena comum naquele local ou seria uma data especial? Para Peter Burke (2004, p.99), “[...] as imagens são valiosas na reconstrução da cultura cotidiana de pessoas comuns [...]”. Portanto é possível levantar algumas hipóteses sobre a mesma. Estariam as pessoas ali presentes esperando a chegada ou a saída de um dos vapores que fazia a navegação na região? Ou talvez, aguardavam a chegada de alguma pessoa importante? Ou seria uma festividade?

As roupas usadas pelas pessoas que aparecem na foto são características de um tempo bem distante do nosso. No entanto, é importante compreender que a fotografia é apenas um recorte que nem de longe dá conta da totalidade histórica e, além disso, no caso das vestimentas há que se considerar que as pessoas procuravam sempre sair bem vestidas nas fotos, em vista das poucas vezes que elas eram produzidas. Sendo assim, a fotografia é capaz de nos dar indícios e não conclusões totais sobre costumes de determinada época.

Outro ponto que nos chama a atenção nesta foto é uma construção localizada no largo do chafariz, trata-se do antigo mercado municipal, que por muito tempo, também colaborou para manter uma movimentação comercial intenso na região do porto. De acordo com a matéria de José Carlos Mattedi (1998) publicada pelo jornal A GAZETA, “O mercado do largo do chafariz foi construído nos anos 30. Uma medida para revitalizar o porto após este perder sua importância comercial [...]”. No entanto, ele ficou de fora da lista de imóveis tombados em 1976, sendo o mesmo demolido no contexto da restauração do casario no ano de 1998. Na mesma reportagem do jornal foi mencionada a questão da demolição do referido mercado:

O imóvel deveria ou não ser derrubado? A secretaria estadual de cultura diz que sim, o conselho estadual de cultura diz que não. Polêmica. O secretário Maciel de Aguiar alega que o sobrado era posterior aos casarões e que não fazia parte dos imóveis tombados (MATTEDI, 1998).

Para Maciel de Aguiar, que na época ocupava o cargo de Secretário Estadual de Cultura, o mercado era um “corpo estranho na memória do porto [...] não fazia parte do conjunto arquitetônico e não estava no convênio com o Ministério da Cultura” (MATTEDI, 1998).

Ainda de acordo com a matéria de Mattedi (1998), parte da população local não concordou com derrubada do antigo mercado:

“Não deviam ter feito isso. Poderiam tê-lo utilizado para venda de lembranças da cidade”, destaca o industriário Alberto Muniz. E arremata: “eles foram loucos em derrubar aquilo”. O comerciante Haroldo Lyrio, 80 anos, também concorda. “Foi um absurdo. Frequentei aquele mercado, um imóvel importante”, diz para concluir: “fiquei triste com a sua demolição”.

FIGURA 3: INAUGURAÇÃO DO MERCADO DO PORTO

Fonte: Facebook “Fotos antigas São Mateus e Norte do ES”

A fotografia acima retrata a festividade de inauguração do mercado municipal no Porto. Sabe-se que a construção do mesmo foi uma tentativa de revitalizar o comércio no local que aos poucos decaía. O mesmo serviu à população local por mais de quarenta anos até ser demolido no contexto da restauração do casario, como demonstrado. Tal imagem não deve apenas ser a ilustração de conteúdos da história local. Em coerência com a ideia de história problema de Bloch (2001), essas imagens devem ser usadas como ponto de partida, ou seja, como detonadores de questões sobre a história local.

O trabalho com fotografias no ensino de história pode auxiliar na investigação da paisagem urbana, visto que ela tem potencial na compreensão das diversas temporalidades que envolvem as cidades. É o geógrafo Milton Santos (2008, p.67) que nos ajuda na compreensão do conceito, para ele, “[...] tudo o que vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem [...]”. No entanto, o autor salienta que

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições [...]. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos [...] suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir espaço (p. 73; 75).

Em relação ao Porto de São Mateus, através das imagens podemos perceber essas sobreposições, acréscimos e substituições que alteraram a paisagem do mesmo ao longo do tempo. Dessa maneira, a análise das imagens levando em conta este conceito de paisagem é capaz de nos ajudar a compreender as diversas temporalidades presentes no Sítio Histórico do Porto.

O mercado construído no Porto na tentativa de revitalizar o comércio e também sua demolição no contexto da restauração do conjunto arquitetônico exemplificam esta constante mudança a qual as paisagens urbanas estão submetidas. O que é questionável é a real necessidade da demolição. É clara a intenção de se preservar a imagem do período do apogeu das movimentações no Porto, como se os resquícios de outras temporalidades não estivessem ainda presentes na paisagem do mesmo.

Selecionamos, também, algumas fotografias do período em que os casarões do Porto estavam em precárias condições de conservação. Essa situação se agravou muito após a expulsão das meretrizes e o fechamento dos cabarés que ainda movimentavam o porto. A partir de tais imagens é possível detonar questões acerca da história local e do próprio Porto.

IMAGEM 4: CASARÃO ANTIGO NO PORTO DE SÃO MATEUS. SÃO MATEUS-ES



Fonte: Acervo da Fundação Jones dos Santos Neves

IMAGEM 5: VISTA PARCIAL DA PRAÇA GRACIANO NEVES NO PORTO DE SÃO MATEUS. FOTO DE FERNANDO BETARELLO (1979)



Fonte: Acervo da Fundação Jones dos Santos Neves

Nas fotografias 4 e 5 é possível analisarmos o estágio avançado de deterioração em que se encontrava o casario do Porto de São Mateus, sendo que do imponente casarão da imagem 4 hoje só resta uma parede. As fotos datam do final da década de 70, período em que as prostitutas já tinham sido expulsas do local e a campanha do CCP em prol da restauração já estava acontecendo.

As comparações e as críticas às fotografias do Porto produzidas em tempos distintos nos ajudam a questionar o mesmo enquanto reflexo fiel do passado quando, na verdade, ele é fruto de embates, disputas sobre o que deveria ou não ser preservado para a posteridade, portanto, uma montagem intencional, um monumento que deve ser desmontado para ser compreendido. Além disso, a partir destes fragmentos, podemos questionar o que deve ser preservado. Seriam só os bens protegidos e tombados por lei?

É necessário compreendermos o espaço, a paisagem do porto levando em conta que a mesma fora construída em diversas temporalidades. Ressaltamos que os casarões não foram construídos no início das movimentações portuárias, bem como, o cais só fora construído no auge do comércio no Porto em São Mateus e mercado municipal

só foi construído em meados do século XX, como demonstrado, na tentativa de manter viva a movimentação comercial no local. Sendo assim, se desejamos contar a história de São Mateus a partir do Sítio é histórico é preciso salientar essa coexistência diversas temporalidades e as fotografias, produzidas em distintos períodos, quando trabalhadas com os devidos tratamentos metodológicos, podem produzir bons resultados nesse sentido.

4.3 JORNAIS

A propósito, o trabalho com jornais tem se mostrado como um forte aliado do ensino de história, sendo uma de suas principais possibilidades, o fato de proporcionar o contato direto do aluno com fontes primárias. Nesta pesquisa, propomos o uso dos mesmos como alternativa para analisar a história local. Especificamente, por meio dos mesmos, abordaremos o período em que o Porto se encontrava em ruínas, referimo-nos ao contexto do fechamento dos Cabarés e a expulsão das prostitutas que ali viviam e o conseqüente abandono dos casarões.

O trabalho com jornais pode contribuir significativamente para desnaturalização do Porto enquanto patrimônio histórico, uma vez que os mesmos evidenciam os embates, as divergências em torno do tombamento do referido bem e as disputas que envolveram o processo de restauração do casario. Para Ricardo Aguiar Pacheco (2017, p. 72), “Notícias de jornal e situações do cotidiano podem ser utilizadas como elemento detonador de questionamentos e curiosidades”. Portanto, as notícias de jornal não serão aqui entendidas como verdades absolutas sobre a história local, mas apenas ponto de partida, mais uma fonte a ser criticada.

Como afirma Raquel Fialho, em uma matéria do Jornal A GAZETA produzida por José Carlos Mattedi (p.1,1998), “[...] a deterioração desse patrimônio começou mesmo após a saída das prostitutas. Com o abandono, tudo começou a ruir [...]”. Comparar tais matérias de jornais com as fotografias que usei anteriormente para problematizar o período em que o Porto ainda era movimentado, pode ser uma ótima possibilidade de trabalhar conceitos como temporalidade e progresso.

O trabalho de comparação entre tais fontes pode contribuir para desconstruir a história local de cunho linear e progressista que nos dá a falsa ideia de que a história caminha rumo a melhoramentos em forma de progresso. A decadência do Porto é prova de uma história envolta em temporalidades distintas, progressos técnicos, regressos, continuidades e descontinuidades. Ressaltar os diferentes aspectos e temporalidades do Porto nos ajuda a entender a história e o tempo de maneira menos vazia e onde, segundo Benjamin (1996), os fatos são distribuídos linearmente.

Para tanto, selecionamos alguns, dentre os tantos artigos e matérias escritas nas três últimas décadas do século XX, os quais foram publicados em jornais que circulavam tanto a nível local, como estadual. A maioria dos textos trata do abandono e do risco iminente do desabamento de alguns casarões, bem como, das campanhas em prol da restauração. É importante destacarmos que as matérias e artigos aqui trabalhados são facilmente acessadas a partir da biblioteca online do Instituto Jones dos Santos Neves, portanto, trata-se de uma fonte também de fácil acesso aos professores interessados em inclui-las em suas aulas.

Porém, assim como outras fontes históricas, os jornais precisam ser criticados, questionados a fim de se extrair deles informações sobre o passado que sirva à construção do conhecimento histórico. Afinal, como afirma Bittencourt (2009), acerca da neutralidade dos jornais,

O importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial. A veiculação das notícias e informações, com ou sem análise por parte dos jornalistas, precisa ser apreendida em sua ausência de imparcialidade, para que se possa realizar uma crítica referente aos limites do texto e aos interesses de poder implícitos nele (p. 337).

Sendo assim, percebemos que os jornais selecionados, em sua grande maioria promovem uma defesa em relação à restauração do casario. Para justificar a necessidade de preservação do mesmo, as matérias procuram demonstrar a relevância histórica de tal patrimônio para a sociedade local, bem como para a própria história do Brasil e, dessa forma fomentar a urgência e a importância em relação as obras de restauro.

São justamente essas narrativas publicadas nos jornais nas décadas finais do século XX acerca da história do Porto, as quais pretendiam salientar a importância do mesmo

para a história local e do Brasil, que aqui nos interessam. Afinal, tais textos trazem versões sobre história local, entrevistas com antigos moradores, fotografias, informações sobre o processo de tombamento e restauração do casario. Sendo assim, tais matérias usadas como fonte para o ensino de história têm grande potencial enquanto ponto de partida para debates e discussões da história local.

Em uma matéria escrita por Maciel de Aguiar (1889) e publicada no Painei: Informativo cultural fica evidente desde as primeiras palavras enaltecimentos e justificativas para a preservação do Porto:

O porto de São Mateus, um sítio histórico, às margens do legendário rio Cricaré, viveu, no passado, momentos de esplendor e riqueza, quando ditava as normas da economia capixaba, berço da civilização Espírito-Santense, onde nasceram vários governadores, famílias tradicionais e personalidades da vida pública de nosso Estado, viveu, também, momentos de decadência. Ocupado, durante a maior parte desse século, por prostitutas, que transformaram as casas e os sobradões da velha aristocracia rural mateense em cabarés, chegou até os nossos dias em precário estado de conservação. (p.3)

Já em uma matéria publicada pelo jornal A Gazeta em 1978, o Porto é descrito como representante do “[...] início da colonização do Estado e palco da chegada de Dom Pedro II quando veio visitar o Espírito Santo” (CICATELI, p.6, 1978). Informações estas que, em parte, são inverídicas. De fato, São Mateus tem um papel importante no início da colonização do Espírito Santo, no entanto, a informação sobre a chegada do imperador, sabe-se que é equivocada pois, quando da viagem do imperador à referida província, o mesmo só chegou até a vila de Linhares, como demonstrado por Levy Rocha (2008) no livro que narra a viagem de D. Pedro II à província do Espírito Santo no ano de 1860.

Em outro texto, escrito por Mariza Cavalcanti (1981) para o jornal A Tribuna, também é possível perceber o destaque dado a importância econômica do Porto para o Espírito Santo:

Até a década de 20, o porto de São Mateus era o principal centro econômico e cultural do estado, chegando inclusive a superar a capital. Com o início da decadência do transporte pluvial, porém, o casario, suporte das atividades econômicas mantidas pelo porto, começou a se destruir. (p.15)

É inegável a importância econômica do Porto e da região São Mateus, no entanto, é preciso problematizar alguns dos argumentos citados pelos jornais da época para justificar a restauração e preservação do casario. Ao que tudo indica, fazia-se

necessário ressaltar os grandes feitos e personagens ligados ao Porto no intuito de justificar sua restauração. Seria o Porto importante somente por que ali “nasceram vários governadores, famílias tradicionais e personalidades da vida pública de nosso estado” ou por ter sido um importante centro econômico do estado”?

É importante salientar que, no contexto em que ocorreram as movimentações em prol da restauração do casario do Porto, a história ainda era fortemente marcada por heranças do paradigma metódico ou positivista, bem como o campo do patrimônio ainda era marcado por um viés que priorizava os monumentos de pedra e cal ligado às elites, portanto, é compreensível a evocação de grandes feitos e acontecimentos relacionados ao poder local para justificar sua preservação. No entanto, na atualidade, diante das novas possibilidades historiográficas, como devemos justificar a necessidade de continuar se preservando o referido sítio histórico?

Neste ponto, valemo-nos da própria definição de história trazida por Bloch (2001). Para o autor, ela é a ciência dos homens no tempo, portanto, de todos os homens. Sendo assim, o Porto de São Mateus, além de ser preservado por ser o berço de alguns “homens bons”, deve ser compreendido como um espaço de diversidade de pessoas, de vozes e também de resistência e suas ruínas devem ajudar a contar essa história. Portanto, símbolos de exploração, como demonstrado por Benjamim (1996) os monumentos históricos, tais como o sítio histórico Porto, podem e devem nos ajudar a contar a história a partir de outros pontos de vista, outras versões.

Sendo assim, compreendemos o Porto como um patrimônio plural, repleto de significados e, portanto, não deve ser preservado apenas por ter sido, em outros tempos, ligado a elite econômica local. Além de estudarmos a história do poder local, é necessário também incluir em nossas aulas as pessoas comuns, aqueles que, até algumas décadas atrás, ficavam totalmente de fora das narrativas históricas. Com as novas tendências para a pesquisa e ensino de história é possível incluir tais sujeitos que até então eram considerados insignificantes no processo histórico.

Além das narrativas que privilegiam grandes personagens, nas matérias de jornais que abordam o Porto de São Mateus também é possível encontrar relatos e pontos de vista de pessoas comuns. Em uma matéria do jornal A GAZETA de 1982 encontra-

se uma entrevista com Lauro Santos que, juntamente com Rosalvo, alegravam as noites dos Cabarés. De acordo com Aguiar (1996),

O casario histórico do Porto de São Mateus teve suas noites de lua grande embaladas pelas canções de uma das mais importantes duplas de cantadores e tocadores da região: Lauro e Rosalvo. Durante anos a fio, os cabarés luxuosos disputavam aqueles dois seresteiros para animar seus salões ainda iluminados à luz das lamparinas a querosene (p.11).

Na entrevista, concedida por Lauro ao jornal A Gazeta encontramos algumas informações importantes acerca do cotidiano dos tempos em que os cabarés movimentavam as noites no Porto. Perguntado sobre quais eram os principais cabarés do Porto, Lauro diz que

Tinha muitos. Três eram importantes. Não tinha um mais do que o outro, não. O clube daqui chamava-se Rosedá, Era numa casa que caiu ali. Era o melhor carnaval que tinha aqui, era melhor do que os clubes lá de cima. Aqui no Rosedá era cheio de mulheres bonitas, tinha os marinheiros, aquele povo todo, com cinco navios atracados aqui, só dava eles. Nego bom de pistão, de saxofone. Aí foi se acabando tudo. A comunidade disse que as mulheres não podiam ficar mais aqui, tocaram elas pra outro lugar, então foi acabando tudo (SANTOS, 1982).

Lauro Santos que, por tantas vezes cantou seus versos nos cabarés do Porto, deixou também um caderno de memórias em que procurou registrar histórias trazidas na memória e cenas do cotidiano que ele mesmo presenciou. Trata-se de um manuscrito, o qual ele denominou “RAIZ DO CRICARÉ Folclore Mateense”. Material este, que tivemos a oportunidade de ler. No texto, é facilmente perceptível a dificuldade na escrita, os erros gramaticais que demonstram pouco estudo, fato que não o impediu de fazer seus registros. Ao nosso ver, trata-se de um material importante para compreensão do cotidiano dos tempos áureos do Porto, visto que, traz informações que vão desde os antigos enterros na roça até comércio na praça do Porto. Em um trecho, Lauro Santos cita costumes ligados à venda de carne nos Mercados do Porto:

São Mateus há muito tempos atrás o povo usava comprar carne no gancho, no mercado do porto. Se a pessoa não levasse o gancho, vinha sem carne. No mercado não tinha papel. O povo daquele tempo não gostava que enrolasse carne no papel. [...] todo mundo que ia comprar carne ia com o ganchinho na mão (s/d p.34).

Relatos como os de Lauro Santos são provocadores, nos desafiam a conhecer um universo de costumes, fazeres e crenças que existiram no mesmo espaço em que vivemos, porém, em outras épocas. Sendo assim, reconstruir a história local a partir de versões ligadas ao cotidiano de pessoas comuns que até pouco tempo atrás eram

privadas de protagonizarem as narrativas históricas oficiais mostra-se uma excelente e instigante alternativa de incluir novos temas, novas problemáticas, tornando a pesquisa e o ensino da história de São Mateus mais atrativo para alunos e professores.

5 PARA NÃO CONCLUIR...

Compactuamos com a ideia de que o que move o mundo são as perguntas e não as respostas, sendo assim, procuramos fugir da respostas e receitas prontas de como abordar o patrimônio cultural denominado Sítio Histórico Porto nas aulas de História. Além disso, como trazer conclusões dentro de uma área do conhecimento que se reconstrói a cada leitura, a cada aula, a cada instante presente? Aprendemos com Bloch (2001) que a ciência histórica não é a ciência do passado. Afinal, “[...] a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda [...]” (p.52). A história, sendo assim, é a ciência do presente ou, pelo menos, é a partir do mesmo que se formulam os problemas, os questionamentos. Portanto, o momento presente pode exigir outra abordagem, mudanças de estratégias, e é por isso, que procuramos fugir das receitas prontas e apenas apontar possibilidades.

Sendo assim, trazer uma receita pronta de como utilizar e pensar historicamente o patrimônio cultural jogaria por terra toda a defesa de uma história dos homens no tempo que, como afirmou Bloch (2001) “[...] é um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento [...]” e sendo dessa forma, “[...] descrever uma ciência tal qual é feita será sempre traí-la um pouco [...]” (p.46). Além do mais, é necessário levar em conta que a realidade que enfrentamos hoje para ensinar história na escola Dora Arnizaut Silveiras muito se difere daquela enfrentada por outros colegas em outras instituições ou em outros tempos. É a partir dessas premissas, que buscamos fugir de um roteiro pronto e acabado e optamos por apenas apontar possibilidades e direcionamentos valendo-nos das teorizações de autores como Benjamin (1996) e Bloch (2001).

O que buscamos fazer nesse percurso foi, em primeiro lugar, procurar identificar se os nossos colegas professores de história também percebiam certo distanciamento da população local para com seu passado, para com o patrimônio cultural local. Queríamos descobrir se eles também percebiam as dificuldades que notamos ao começar a lecionar na rede municipal. As entrevistas foram de extrema relevância nesse ponto da pesquisa: as memórias, a troca de experiências e, até mesmo as reclamações, tão corriqueiras quando professores, principalmente da mesma área do conhecimento se encontram, ajudaram a conhecer um pouco mais sobre como acontece o ensino de história local em São Mateus.

Identificamos inúmeros problemas, dificuldades e limitações. No entanto, conhecemos também, avanços, bons projetos, tentativas e êxitos no trato com a história local por parte dos docentes. Consideramos a obrigatoriedade do ensino de história local por força de lei e, principalmente, a carga horária semanal ampliada dedicada à aula de história local, como grande conquista para a disciplina de História. Porém, estas sozinhas não garantem um ensino significativo da mesma.

O que fica de mais importante ao final dessa pesquisa é a ideia de que a história local precisa ser repensada e discutida. O mesmo observa-se acerca do Sítio histórico Porto. Ele guarda fragmentos da história local e, se lido à contrapelo, pode nos oferecer novas visões, memórias esquecidas, pontos de vista que outrora eram ignorados sobre a história local. Sendo assim, se queremos que este patrimônio histórico local faça sentido para nossos alunos, precisamos discuti-lo, criticá-lo, questionando inclusive sua constituição enquanto tal, bem como os motivos que justificaram e ainda justificam sua preservação. Acima de tudo, é preciso ter experiências com o Porto.

Reafirmamos, que o conceito de experiência trazido a partir de Walter Benjamin (1996) foi crucial quando abordamos a necessidade de o Porto ser ressignificado. Afinal, “[...] qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? [...]” (p.115). Se a ideia de preservar o patrimônio cultural tem como uma de suas premissas a ligação com a nossa identidade, ao nosso pertencimento à comunidade local, qual o sentido de se preservá-lo se não mais o experienciamos e, portanto, estamos a cada dia mais distantes de sua história, seus sentidos e significados?

Para o autor berlinense, a narrativa provém da experiência. Sendo assim, procuramos mostrar a necessidade de levarmos nossos alunos a terem experiências de contato direto com o Porto e, quando estas não forem possíveis, que pelo menos os docentes as tenham, afinal como afirma o próprio Benjamin (1996), existem dois tipos de narradores, aquele que viaja e tem muito a contar, ou seja, aquele que transmite suas experiências aos outros por meio de narrativas de suas viagens, como testemunha daquilo que presenciou e experimentou, e também aquele que não viaja mas viveu honestamente em seu país e conhece sua história.

Sendo assim, a experiência é passada de pessoa para pessoa por meio de narrativas e estas muito se diferem de uma simples e rápida informação. Se queremos levar nossos alunos a conhecerem o Sítio Histórico de maneira significativa, é necessário ter a experiência de conhecer o Porto, ter contato com versões de sua história e ver de perto suas ruínas para que, a partir de então, passemos a usá-lo de forma mais significativa e não apenas como uma simples menção ou exemplo entre um conteúdo ou outro.

No entanto, isso exige investimento em formação continuada, no intuito de incentivar e preparar os professores para lidarem com esse patrimônio em suas aulas. Em primeiro lugar, cuidar para que os docentes tenham experiências com o Porto, estas que, de acordo com as entrevistas não vem acontecendo. A título de exemplo, mencionamos o professor que relatou durante a entrevista que visitou uma vez o sítio histórico no tempo que está residindo em São Mateus. Dessa forma, questionamos: como construir narrativas, sentidos e significados sobre o Porto juntamente com nossos alunos se nem nós mesmos o experienciamos?

O calendário escolar do município possui alguns dias, ao longo do ano letivo, destinados a estudos e formações para os professores. Por que não usar alguns desses para cursos e discussões acerca da história local? Tais discussões podem, inclusive, acontecer nas dependências do próprio Sítio Histórico Porto, visto que o mesmo dispõe de uma Arena Cultural localizada no casarão que sedia a secretaria de cultura do município. É urgente iniciar essa discussão entre professores, alunos e a população local rumo a consciência de que a história local não está pronta e acaba, mas está sendo construída, reconstruída, reinterpretada a cada instante presente.

Ao longo da pesquisa ficou evidente o afastamento da população local, alunos e professores em relação ao Porto. À medida que o tempo passa as experiências vão ficando mais escassas entre esses sujeitos e o bem cultural em questão. No sentido Benjaminiano, é preciso reconhecer e confessar esta pobreza de experiências que nos conduz à barbárie. Porém, de acordo com o próprio Benjamin,

[...] que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda. Entre os grandes criadores sempre existiram homens implacáveis que operaram a partir de uma tábula rasa [...] (BENJAMIN, 1996, p. 116).

Sendo assim, inspirados por Benjamin (1996) é preciso encarar esta barbárie de forma otimista e a partir dela reconhecer a necessidade de experiencarmos o Porto. Que ela nos conduza a reflexões, questionamentos e, finalmente, ações concretas em prol da ressignificação deste espaço que aos poucos, lamentavelmente desaparece de nossas narrativas.

Terminamos esta escrita sentados em um dos bancos do antigo cais do Porto, o mesmo lugar onde os primeiros questionamentos acerca do ensino de história local, bem como, os usos do Sítio Histórico nesse processo surgiram. Aqui, observamos atentamente algumas movimentações atípicas no local. O Porto, mais uma vez, passa por restaurações e isso reacende em alguns moradores do local a esperança de vê-lo vivo, movimentado e integrado à vida cotidiana da cidade. No entanto, é sabido que a preservação vai além da parte física. Sendo assim, reafirmamos: é preciso ressignificá-lo!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maciel de. Lauro e Rosalvo: **Cantadores e Tocadores**. São Mateus: Brasil Cultura, 1996.

AGUIAR, Maciel de. **Os últimos zumbis**: A saga dos negros do vale do Cricaré durante a escravidão. Porto Seguro: Brasil – cultura, 2001.

AGUIAR, Maciel de. **Porto das Águas e das Mágoas**. 2º Ed. São Mateus: Memorial, 2005.

AGUIAR, Maciel. **Brincantes e Quilombolas**. São Mateus: Memorial, 2005.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; MIRANDA, Sonia Regina. **Bagagens possíveis, entre alfenins, fitas e monumentos**: o tema do patrimônio no livro didático de história. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara de Castro. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2017.

CASTRO, Monica Rabello de; FERREIRA, Giselle; GONZALEZ, Wania. **Metodologia da pesquisa em educação**. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 213.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região. In: FARIAS, Sara Oliveira; LEAL, Maria das Graças de Andrade (org.). **História Local e Regional**: Reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino: Salvador: EDUNEB, 2015.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O Desbravamento das Selvas do Rio Doce**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

AUGUSTO, Verônica dos Santos Santiago. **Memórias de Sooretama**: História, Ensino e Escola. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica. São Mateus, 2017.

BARBOSA, Diego Romerito Braga. **Das roças do Sapê: estudantes quilombolas, identidades e ensino de história na EEEFM “Córrego de Santa Maria”, São Mateus (ES)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica. São Mateus, 2017.

BARROS, José D'Assunção. **História, região e espacialidade**. Revista de História Regional. 2005

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII E XVIII. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BRECHT, Bertolt. **Poemas**: 1913-1956. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2000

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e Educação. In: **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1980.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 34 / 2012

CÔGO, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX**: a região de São Mateus. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP). Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, 2007.

CONSTANTINO, Núncia Santoro. **O que a Micro-História tem a nos dizer sobre o regional e o local?** História Unisinos, 8:157-178, 2004.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **História Local e seu devir historiográfico**. v. 2, n. 2, p. 11-32, jul. /Dez. 2002

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX**. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação Capixaba e cultural, 2002.

CUNHA, Eduardo Durão. **“São Mateus e sua História”**. Revista São Mateus 450 anos, EDAL: São Mateus: 1994

DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Arquitetura. Conselho Estadual de Cultura. **Patrimônio Cultural do Espírito Santo**. Vitória: SECULT, 2009.

ESTEBAN, Maria T.; ZACCUR, Edwiges. A pesquisa como eixo de formação docente. In: ESTEBAN, Maria T.; ZACCUR, Edwiges (Orgs.) **Professora pesquisadora: umas práxis em construção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. Recife: ANPUH (texto mimeografado), 1995

FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação Patrimonial no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: Conceitos e Práticas**. São Paulo: Edições SM Ltda. 2012.

FIRME, Fernando Schwab. **A queda do Porto de São Mateus**. Revista da Fundação Jones dos Santos Neves, ano II – nº 4, outubro/dezembro de 1979, Vitória ES

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4ª Edição. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2017.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. **Programa de valorização do patrimônio histórico capixaba**; projeto de reabilitação da área do Porto, São Mateus. Vitória, 1978.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Memória, tempo e história: perspectivas teórico-metodológicas para pesquisa em ensino de História.** Cadernos do CEOM, 2008.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** RJ: LTC Editora, 1989.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOUBERT, Pierre. **“História Local” in História & Perspectivas.** Uberlândia, 6-45-47, Jan/jun. 1992.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **História, região e globalização.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARTT, Charles Frederick. **Geografia e geologia física do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 1. ed. 1870.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jaques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.28

MARTINS, Marcos Lobato. **História regional.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de história.** São Paulo: Contexto, 2009.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **História Local e Memória: Limites e Validade.** Campinas: Librum editora, 2015.

MENDES, Murilo. **A História no Curso Secundário**. São Paulo, Gráfica Paulista, 1935.

MILET, Vera. **A teimosia das pedras**: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano. Olinda: prefeitura de Olinda, 1988.

MORENO, Diogo de Campos. **Razão do Estado do Brasil**. Porto. Biblioteca Pública Municipal do Porto., 1616.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NARDOTO, Eliezer Ortolani e LIMA, Herinéa. **História de São Mateus**. 1.ed. São Mateus: Edal Editora Atlântica Ltda., 1999.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93, p. 143-162

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História e região**: tópicos de história regional e local. Ponta de Lança, São Cristóvão v.1, n. 2, abr.- out. 2008.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural**: Um Percorso Docente.1. ed. Jundiaí: Paco, 2017.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. História Local e Regional - Singularidades de uma História Plural. In: FARIAS, Sara Oliveira; Leal, Maria das graças Andrade. (Org.). **História Regional e Local II o plural e o singular em debate**. Salvador: EDUNEB, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. - 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRADO JUNIOR, CAIO. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1985.

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROCHA, Levy. **A viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público, 2008.

RODRIGUES, Marly. **Patrimônio, ideia que nem sempre é prática**. Departamento de patrimônio histórico e artístico do distrito federal. A Construção da cidade de Brasília. Brasília, 1998.

RUSSO, Maria Do Carmo de Oliveira. **Cultura política e relações de poder na região de São Mateus**: o papel da Câmara Municipal (1848/1889). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Programa de Pós-Graduação em História. Vitória, 2007.

RUSSO, Maria Do Carmo de Oliveira. **A Escravidão em São Mateus/ES**: Economia e demografia (1848-1888). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP) Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, 2011.

SANTOS, Lauro. **Raiz do Cricaré**: Folclore Mateense. Manuscrito: s/d.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SALIM, Maria Alayde de Alcântara. Ensino-Aprendizagem de História: Entre o Local e o Global. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel, SALIM, Maria Alayde de Alcântara (Org.). **Ensino de História, Seus Sujeitos e Suas Práticas**. Vitória: GM Editora, 2009

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. Revista Brasileira de História, vol. 9, nº 19. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, st., p. 219-243, 1989.

SANTOS, Sofia Maria Valente Simões Dos. **São Mateus**: Do Lugar à Vila. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Vitória, 2017.

SECULT. **SITIO HISTÓRICO DE SÃO MATEUS**: Análise da Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC. 2008.

SCHMIDT, Maria auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do imperador, D. Pedro II**: um Monarca dos Trópicos. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: Burke, Peter (org.); **A Escrita da história: novas perspectivas** / tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVEIRA, Marília Alves Chaves. **O Reconhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial nas aulas de História nos anos finais do Ensino Fundamental no município de São Mateus-ES**. Dissertação de Mestrado. Faculdade Vale do Cricaré (FVC). Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional. São Mateus, 2017.

SILVA, Rosimar de Oliveira. **A Escola e os Processos de Construção da Identidade Negra: Um Estudo Sobre a Escola PIO XII em São Mateus, ES**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica. São Mateus, 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio: Paz e Terra, 1987.

UNESCO - **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural**. UNESCO, 1972

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital, 1978.

RELAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 20 de fev. de 2019

D' AZAMBUJA, Nascentes. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Nascentes D' Azambuja 24/05/1852**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital, 1852.

NUNES, Sebastião Machado. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Sebastião Machado Nunes 25/05/1854** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital, 1854.

SÃO MATEUS. **Programa De Ensino Do Município De São Mateus: Ensino Fundamental II 6º ao 9º ano**. Secretaria Municipal De Educação, 2013.

_____. **Programa De Ensino Do Município De São Mateus: Ensino Fundamental II 6º ao 9º ano**. Secretaria Municipal De Educação, 2019.

_____. **Torna obrigatório o ensino e a inclusão da matéria 'História e Geografia do Município de São Mateus' na grade Curricular das Escolas de 1º e 2º Graus da rede municipal de ensino**. Lei nº 583 de 1998. São Mateus: 1998.

_____. **Lei Orgânica do Município de São Mateus**. Lei nº1 de 5 de abril de 1990. São Mateus, 1990. Disponível em <http://www.saomateus.es.leg.br/leis/04.pdf>. Acesso em: 01/05/2018

VELLOSO, Leão. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Leão Velloso 25/05/1859**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital, 1859.

ENTREVISTAS

AGUIAR, Juliana. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

ARAUJO, Eduardo. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

DEALDINA, Domingas dos Santos. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

DUTRA, Maria Helena. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

FERNANDES, Rodrigo. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

GOMES, Rafael. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

GONÇALVES, Raquel. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

MOURA Ellen. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

OLIVEIRA, Bruno. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

RIBEIRO, Patrícia. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

RODRIGUES, Alessandra. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

SANTOS, Lorena. **Patrimônio e ensino de história local em São Mateus – ES.** Entrevista concedida a Adilson Bulado Marques, São Mateus, 2018.

FONTES ICONOGRÁFICAS

INSTITUTO PARCEIROS DO BEM. **Neném Preta – São Mateus/ES**. 2012. (08m34s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vQlaiweHbiM>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

VERLY, Raphael. **Sítio Histórico Porto de São Mateus**. 2013. (04m06s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=M0tAofrqw1U> >. Acesso em: 14 abr. 2019.

TEXTOS JORNALÍSTICOS

ABELHA, Christina. Indecisão paralisa o Porto. **A gazeta**. Vitória, 05 dez. 1994.

AGUIAR, Maciel de. Porto De São Mateus: A História De Uma Resistência. **Painel: Informativo Cultural**. Vitória, ES, maio-jun. 1989.

BARROS, Paulo. Casa de Cultura em Colatina expõe fotos antigas do ES. **Tempo de Notícias**. Guilherme Moraes. 10 mar. 2016.

CAVALCANTI, Mariza. Mais uma vez em discussão, a restauração do Porto de São Mateus. **A Tribuna**. Vitória, 15 out. 1981, p. 15.

CICATELI, Annie. Porto De São Mateus: As Promessas E O Total Abandono. **A Gazeta**. Vitória, 23 abr. 1978. p. 6.

MACHADO, Reinaldo. Porto de São Mateus: Um arquiteto defende a ocupação das casas. **A Gazeta**. Vitória, 26 set. 1979. Entrevista concedida a Anne Cicatelli.

MATTEDI, José Carlos. Porto de São Mateus Revive. **A GAZETA**. Vitória, 15 mar. 1998. Caderno dois p. 1.

PESQUISADORES recontam toda a história. **A gazeta**. Vitória, p. 2, 21 de set. 1998.

SANTOS, Lauro. **Lauro Santos: o Cantador das histórias de São Mateus**. A Gazeta. 09 mar. 1982. Entrevista concedida a Graciano Dantas.

SEGANTTINI, Fabio. Lembranças dos Cabarés. **A tribuna**. Vitória. 09 nov. 2008, p. 17.

SÃO MATEUS Porto tem casario consolidado. **Boletim do SPHAN**. Nov./dez. Nº 15,1981, p.4.

ANEXOS

LEI Nº 583/98**TORNA OBRIGATÓRIO O ENSINO E A INCLUSÃO DA MATÉRIA “HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS”, NA GRADE CURRICULAR DAS ESCOLAS DE 1º E 2º GRAUS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

O Presidente da Câmara Municipal de São Mateus, Estado do Espírito Santo, com base no § 4º, Art. 53 da Lei Orgânica Municipal, **FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei :

Art. 1º - É obrigatório o ensino e a inclusão da matéria “História e Geografia do Município de São Mateus” na Grade Curricular das Escolas de 1º e 2º Graus da rede municipal de ensino.

Art. 2º - O ensino de “História e Geografia” do município de São Mateus, constituir-se-á em aulas práticas e teóricas.

§ 1º - As aulas teóricas deverão abordar, entre outros, aspectos históricos, econômicos, ambientais e sociais, registrados através dos tempos desde a fundação do município.

§ 2º - As aulas práticas terão finalidade de levar os alunos ao contato com os locais históricos e acidentes geográficos, bem como, para o reconhecimento das áreas de interesse ambiental.

§ 3º - A carga horária para a aplicação do ensino será definida, após estudos, pela Secretaria Municipal de Educação, devendo, entretanto, ser observados, para as aulas práticas, o mínimo de 18 (dezoito) horas distribuídas de acordo com o calendário anual.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, reformulará a Grade Curricular; treinará os professores, implementará o ensino e fiscalizará a aplicação do disposto nesta Lei.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 4º - Caberá a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde - Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Obras e Transportes a articulação para proporcionar a infra-estrutura necessária às escolas para elaboração dos Projetos e programação das aulas práticas, no que concerne ao deslocamento dos alunos aos locais de interesse histórico e geográfico do município de São Mateus.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Educação deverá, no início de cada ano letivo, capacitar o corpo docente organizando cursos, seminários e encontros que venham a elevar o conhecimento sobre a história e geografia do município de São Mateus.

Art. 6º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta de Dotação própria do Orçamento.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Mateus, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de 1998.


FRANCISCO BOTELHO NETO
Presidente

Registrado em livro próprio no Gabinete desta Câmara Municipal, na data supra.



APÊNDICES

ENTREVISTA PATRIMONIO E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM SÃO MATEUS ES

- 1) Nome?
- 2) Formação?
- 3) Atua na rede municipal desde quando?
- 4) Você trabalha história local em suas aulas?
- 5) De que forma você aborda a história local em suas aulas?
- 6) Quais as dificuldades que você enfrenta para colocar em prática o ensino de história local?
- 7) Para você, qual a importância do ensino da história local?
- 8) Você tem ciência de que o município de São Mateus possui lei que obriga o ensino de História Local?
- 9) Sabemos que a região de São Mateus possui patrimônios tanto materiais quanto imateriais. Você insere a temática da educação patrimonial em suas aulas?
- 10) Um dos importantes patrimônios de São Mateus é o Sítio histórico do Porto. Você trabalha esse patrimônio em suas aulas? Se sim, de que forma?